



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

SAMARA ALMEIDA CHAVES BRAGA

**ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS AO COMPLEXO DA ALIENAÇÃO NA
ONTOLOGIA DE LUKÁCS:
um estudo fundado na possibilidade da emancipação**

**FORTALEZA – CEARÁ
2011**

SAMARA ALMEIDA CHAVES BRAGA

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS AO COMPLEXO DA ALIENAÇÃO NA
ONTOLOGIA DE LUKÁCS:
um estudo fundado na possibilidade da emancipação

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação – CMAE, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, como exigência final para obtenção do grau de mestre em educação.

Orientadora: Prof^a. Ph.D. Maria Susana Vasconcelos Jimenez

FORTALEZA – CEARÁ
2011

B813c Braga, Samara Almeida Chaves

Elementos Introdutórios ao Complexo da Alienação na Ontologia de Lukács: um estudo fundado na possibilidade da emancipação / Samara Almeida Chaves Braga. — Fortaleza, 2011.

59p.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Susana Vasconceslos Jimenez.

Monografia (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Mestrado em Educação.

1. Trabalho. 2. Alienação. 3. Emancipação Humana. 4. Educação. I. Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Educação.

CDD: 371.11

SAMARA ALMEIDA CHAVES BRAGA

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS AO COMPLEXO DA ALIENAÇÃO NA
ONTOLOGIA DE LUKÁCS:
um estudo fundado na possibilidade da emancipação

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Educação.

Aprovada em: 28/01/2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ph.D. Susana Vasconcelos Jimenez – (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof.^a. Dr.^a. Ruth Maria de Paula Gonçalves – (Co-orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Frederico Jorge Ferreira Costa.
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof.^a. Dr.^a. Maria das Dores Mendes Segundo.
Universidade Federal do Ceará – UFC

A Deus; ao meu fiel companheiro Alexandre;
aos meus pais Tânia e Fernando; e aos meus
irmãos Emanuel e Kennedy.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Tânia, e ao meu pai Fernando, pelo exemplo de pais, que se dedicaram a vida inteira aos seus filhos, e que mesmo às custas de muitas privações, sempre priorizaram nossa formação.

Ao meu marido Alexandre, por estar sempre presente, em todos os momentos, alegres e tristes, de minha vida.

Aos meus irmãos, Emanuel e Kennedy, que prematuramente me deram a oportunidade de sentir a responsabilidade do sentimento de maternidade.

À minha professora orientadora, companheira de luta e amiga, Susana Jimenez, pela generosidade, confiança, paciência e amizade.

À minha professora Ruthinha, mais do que co-orientadora, uma amiga em todos os momentos.

À professora Betânia Moraes por ter me apresentado a Ontologia do Ser Social, e que por este referencial, passei a compreender melhor a vida.

À professora Jackline Rabelo, por sua amizade e por me inspirar a ser um ser humano melhor, com seu exemplo de personalidade.

À professora Mendes Segundo, por sua generosidade e por aceitar o convite para participação da nossa banca examinadora, pela correção cuidadosa do texto da qualificação e pelas importantes sugestões.

Ao professor Frederico Costa, por sua atenção, pela participação na banca examinadora, pelas significativas sugestões e a oportunidade de participar do seu grupo de estudo.

À professora Tereza, pela amizade, respeito e apoio em todos os momentos.

Aos companheiros do IMO e da linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, pelo convívio inesquecível, o aprendizado e afeto, principalmente, Adele, Dávilo, Cris Porfírio, Dianinha, Antônio, Andreza e Natasha.

Aos companheiros de orientação da UECE/UFC, sobretudo, Marteana, Helena Freres, Simone, Solonildo, Cleide, Helena Holanda, Rosangela e Leonardo, pelo apoio, carinho e conversas extremamente agradáveis e inspiradoras.

Aos companheiros da turma de mestrado 2009, pela convivência fraterna, especialmente, Wildiana, Marismênia, Ceição, Viviane, Francione e Fabricia, pela atenção e carinho especial.

À professora Maria Norma Holanda da UFAL, por sua atenção em ter nos enviado sua valorosa tese de doutoramento.

Às professoras Socorro Lucena, Marina Dias e Jeannete Ramos, pelo apoio e respeito.

Às queridas amigas Airles, Cristiane Lima e Gláucia companheiras de todos os momentos, irmãs de caminhada.

Às minhas queridas avós: avó-paterna Naide e avó-materna Duvirgem, pelo incentivo, carinho e companheirismo.

À minha cunhada e amiga Beninha, por sua fidelidade e cumplicidade.

À família de meu companheiro Alexandre, em especial, minha sogra Fátima, meu sogro Lucas e a avó Helena.

Aos meus queridos alunos, professores e funcionários da Escola de Ensino Fundamental e Médio Dom Helder Câmara, pelo apoio, incentivo e compreensão, especialmente, Analice e Patrícia.

Aos trabalhadores e companheiros de greve do mundo inteiro, sobretudo, Hermann, Renata, Nivânia, Fernanda e Raquel.

Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. (MARX, 1998, p.50).

RESUMO

A presente dissertação consiste, primordialmente, em um ensaio de compreensão acerca da questão dos fundamentos ontológicos da alienação, traçados por Lukács a partir de Marx. Evidenciando, a partir da obra de maturidade do filósofo húngaro, que a problemática da alienação está diretamente relacionada ao complexo objetivação/exteriorização/alienação, configurando-se, portanto, como um problema objetivo e subjetivo, tenta apreender as condições e possibilidades da superação do trabalho alienado, como de seus desdobramentos sobre a totalidade de complexos que constituem a sociabilidade humana sob o capital. Nesse sentido, recupera os pontos centrais da ontologia de Lukács, reafirmando o trabalho como fundamento ontológico do ser social, do qual decorrem todos os demais complexos socialmente construídos, inclusive a educação. Revisita, a seguir, o Trabalho Alienado, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, de Marx, referência basilar para as elaborações de Lukács, sobretudo, no seu Capítulo IV de *Para uma Ontologia do ser social*, objeto privilegiado deste trabalho. Com base nesse construto, tenta-se compreender as relações entre a alienação e o complexo da educação, mormente nas condições da crise contemporânea do capital. Na perspectiva da reafirmação da possibilidade onto-histórica da superação da alienação, numa sociedade livre das amarras do capital, ressalta-se a importância da luta no plano educacional, contra os paradigmas e políticas que contribuem para a deformação das personalidades do indivíduo, ao mesmo tempo, negando seu pleno acesso ao patrimônio genérico historicamente construído e entravando a formação de sua consciência de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Alienação; Emancipação Humana e Educação.

RÉSUMÉ

La présente dissertation consiste, primordialement, d'un essai de compréhension de la question des fondements ontologiques de l'aliénation tracés par Lukács à partir de Marx. En prouvant, à partir de l'œuvre de maturité du philosophe hongrois, que la problématique de l'aliénation est directement rapportée au complexe objectivation/extériorisation/aliénation en se configurant, donc, comme un problème objectif et subjectif, notre recherche essaye aussi d'appréhender les conditions et les possibilités du surpassement du travail aliéné, comme de leurs dédoublements sur la totalité de complexes qui constituent la sociabilité humaine sous le capital. Dans ce sens, elle récupère les points centraux de l'ontologie de Lukács, en réaffirmant le travail comme un fondement ontologique de l'être social, de ce que s'écoulent tous les autres complexes socialement construits, de même l'éducation. Elle revisite, à suivre, le Travail Aliéné dans *Les Manuscrits de 1844*, de Marx, de référence fondamentale pour les élaborations de Lukács, surtout, à son Chapitre IV de *Pour une Ontologie de l'être social*, objet privilégié de ce travail. Sur base de ce concept, notre étude s'essaye de comprendre les relations entre l'aliénation et le complexe de l'éducation, principalement dans les conditions de la crise contemporaine du capital. Dans la perspective de la réaffirmation de la possibilité onto-historique du surpassement de l'aliénation, dans une société libre des câbles du capital, on rejaillit l'importance de la lutte dans le plan scolaire, contre les paradigmes et les politiques qui contribuent à la déformation des personnalités de la personne, en même temps, en niant son complet accès au patrimoine générique historiquement construit et en empêchant la formation de sa conscience de classe.

MOTS-CLÉS: Travail, Aliénation, Émancipation Humaine et Éducation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	DO TRABALHO COMO COMPLEXO FUNDANTE DO SER SOCIAL AO TRABALHO ALIENADO NOS <i>MANUSCRITOS ECONÔMICO- FILOSÓFICOS DE 1844</i>	20
2.1	Apontamentos sobre o trabalho como gênese e fundamento do ser social.....	21
2.2	Introdutórios acerca da problemática da alienação nos <i>Manuscritos econômico-filosóficos de 1844</i>	31
3	LUKÁCS: OS TRAÇOS ONTOLÓGICOS GERAIS DA ALIENAÇÃO.....	53
3.1	Objetivação, exteriorização, alienação e alternativa.....	60
3.2	A sensibilidade, o ter e a alienação da sexualidade.....	70
3.3	A relação entre generidade em-si e para-si, personalidade particular e não- mais-particular e alienação.....	77
3.3.1	A relação entre personalidade, arte e alienação.....	81
3.3.2	A relação entre o desenvolvimento do gênero, formas ideológicas e alienação.....	84
3.4	Síntese conclusiva acerca dos fundamentos ontológicos da alienação.....	88
4	A EDUCAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DA ALIENAÇÃO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação assume, como problemática central, a questão dos fundamentos ontológicos da alienação, traçados por Lukács a partir de Marx, examinando à luz da ontologia do ser social, de Lukács, as condições e possibilidades da superação do trabalho alienado, como de seus desdobramentos essenciais sobre a totalidade de complexos que constituem a sociabilidade humana sob o capital.

Assim sendo, na contramão da lógica do capital, diante dos mais diversos referenciais teóricos que, direta ou indiretamente, fazem apologia à reprodução do capitalismo, situamo-nos numa perspectiva de compreensão do real que explicita os fenômenos sob investigação, em conexão com o processo de reprodução social e as mazelas sociais provenientes das relações fundadas na exploração do homem pelo homem.

Referenciamo-nos, com efeito, numa perspectiva ontológica do marxismo, entendendo que este referencial permite examinarmos, pela raiz, as contradições do real e, ao mesmo tempo, lançar perspectivas de construção do reino da liberdade.

Reafirmando a relevância histórica quanto ao pensamento marxiano recuperado por Lukács, na feição de uma ontologia do ser social, é interessante atentarmos para a explicitação de Costa, F. (2009):

Segundo Lukács, Marx instaura os fundamentos de uma ontologia de um novo tipo. Marx pensa as relações do homem com sua história não de uma maneira especulativa, mas da perspectiva do ser social historicamente determinado, o que conduz a uma orientação radicalmente nova tanto das relações do indivíduo com sua história do gênero – dimensões imanentes que constituem o processo histórico global. (COSTA, F., idem, p.09)

Para uma ontologia do ser social representa a obra de maturidade de Lukács, na qual, o filósofo opera, por excelência, uma autêntica recuperação do pensamento de Marx¹. Tertulian (2001, p.43), reafirma a fidelidade de Lukács ao pensamento marxiano em *Para uma ontologia do ser social*, advogando, outrossim, que, nesta obra, como durante sua longa e complexa trajetória, o filósofo húngaro jamais abandonou o conceito de consciência de classe, como fizeram, por exemplo Habermas e Adorno, dentre outros teóricos, que buscaram, por fora das categorias marxianas fundamentais, as explicações mais profundas

¹ Como será anotado adiante, somente nos anos 30 do século XX, o autor teve acesso aos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, dentre outras obras de Marx.

para os grandes problemas levantados no seu tempo histórico, como a falência da própria revolução socialista.

Lessa (2007) expõe alguns elementos sobre a trajetória do filósofo húngaro até a construção de sua Ontologia, posteriormente à Estética, sendo oportuno, aqui, recuperá-los:

Georg Lukács é uma personalidade singular na filosofia contemporânea. Ainda muito jovem, com o livro *A alma e as formas* (1910) obtém lugar de destaque no cenário europeu. Alguns anos após, abandona as influências kantianas deste escrito e adere ao Partido Comunista Húngaro. O primeiro momento da sua trajetória marxista resultou na sua produção de um dos textos mais significativos e de maior influência deste século, *História e Consciência de Classes*² e, tomando contato com os *Manuscritos de 1844* de Marx, inicia sua investigação ontológica, na maior parte das vezes pela mediação da estética. (LESSA, idem, p.11, grifos no original)

Ainda, arrematando a importância da recuperação ontológica da obra de Marx, operada por Lukács, Lessa (idem) salienta:

a Ontologia lukacsiana tem por objetivo demonstrar a possibilidade ontológica da emancipação humana, da superação da barbárie da exploração do homem pelo homem. Independente de se concordar ou não com o filósofo húngaro, o tema sobre o qual se debruçou, e a competência com o que o fez, tornam sua obra um marco do pensamento contemporâneo. (LESSA, idem, p.13)

Sem deixar de recorrer a Lessa, Lima (2009), por sua vez, nos oferece uma minuciosa descrição quanto à estruturação fundamental da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. Assim, expõe a autora,

a Ontologia de Lukács se constituiu, na realidade, de dois textos: *Per una Ontologia dell'essere sociale* e *Prolegomeni all'Ontologia dell'essere sociale*. O primeiro texto se compõe de duas partes. A primeira, a parte histórica, apresenta-se em quatro capítulos: I. Neopositivismo e existencialismo; II. O progresso de Nikolai Hartmann no sentido de uma ontologia verdadeira; III. A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel e IV. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. [...] A segunda parte, dividida em dois volumes; aborda as mediações através das quais os homens fazem a sua própria história. Nela, Lukács analisa quatro categorias ontológicas fundamentais: trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento [...]. As categorias Trabalho e Reprodução compõem o volume dois e Ideologia e Estranhamento são tratadas no terceiro volume, identificado por II** na versão italiana. (LIMA, idem, p.14-5)

Vale ressaltar a pretensão de Lukács de que essa relevante obra se traduzisse em uma grande introdução àquela a que o autor pretendia se dedicar, sobre a base da Ontologia:

² Devido aos limites do nosso tempo, não nos debruçaremos sequer minimamente sobre sua polêmica obra *História e Consciência de Classe*, produzida pelo autor em 1923, antecedendo, portanto, em longas décadas, ao desenvolvimento de sua obra *Para uma Ontologia do ser social*, precedida pela *Estética*.

a Ética. Devido à morte de Lukács, sua *Ética* não pôde ser desenvolvida, sequer sua *Ontologia do ser social* apresenta uma redação final.

Sobre esse ponto, vale a pena considerarmos a cuidadosa explanação de COSTA, F. (2009):

Aqui é de fundamental importância frisarmos o caráter provisório do estudo e das conclusões sobre a *Ontologia* de Lukács, obra rica, complexa e inovadora como foi a *Fenomenologia do Espírito de Hegel*, ou as principais obras de Marx, como entre outras, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a *Ideologia Alemã* e o *Capital*. Talvez nem o próprio Lukács tivesse consciência da inovação e de suas descobertas contidas em sua reflexão. Ainda mais que, quando Lukács a está redigindo encontra-se mal de saúde, devido ao câncer no pulmão, não chegando a ter a *Ontologia* uma redação final. Isso faz necessariamente com que os estudos da *Ontologia* até hoje sejam muitos parciais e até certo ponto transitórios. Também, não há até o presente momento nenhum estudo global sobre a *Ontologia* em sua totalidade ou que, pelo menos contemple sua parte sistemática composta por quatro capítulos, quais sejam: trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento (COSTA, F., idem, p.09, grifos no original).

Dessa maneira, contextualizando em linhas gerais a importância de Lukács para a recuperação da ontologia do ser social no pensamento marxiano, vale reafirmar que este se mantém fiel à construção de uma teoria autenticamente revolucionária, oferecendo valiosíssimas contribuições à compreensão da gênese e da processualidade onto-histórica do ser social.

É importante assinalar que, referenciando-nos em Tertulian (2001); Konder (2009); Lessa³ (2007); Holanda (2005); e Costa, G. (2005), no texto de nossa dissertação, *Entausserung* será traduzido como exteriorização e *Entfremdung* como alienação. Faremos uma exceção a esse procedimento apenas no momento da análise do trabalho alienado nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ou, também conhecidos, como *Manuscritos de Paris*, de Marx, recorrendo, em forma de citação, a algumas passagens desta obra editada pela Boitempo, onde se traduz *Entfremdung* como estranhamento. Vale destacar, contudo, que essa mesma edição utiliza, por vezes, o termo alienação no sentido de estranhamento, como, por exemplo, no seguinte trecho, logo na parte introdutória, assinada por Jinkings.:

Nesse processo ele identifica a “coisificação” do trabalhador, reduzido à condição de mercadoria. Aponta que o trabalhador, dentro do sistema industrial capitalista, inexoravelmente, leva à alienação do homem, que se “objetifica” diante da máquina e se torna uma ferramenta, instrumento utilizado pelo capital a fim de explorá-lo – transformado – em mercadoria, o operário se torna mais pobre quanto mais riqueza

³ A esse respeito, Lessa (2007, p.15) esclarece: “estou hoje seguro de que a melhor tradução para as duas categorias marxiano-lukacsianas é alienação para *Entfremdung* e exteriorização para *Entäusserung*, como primeiro havia sugerido Leandro Konder.” (grifos no original)

gera; quanto mais objetos produz, tanto menos ele pode possuir. (JINKINGS in MARX, 2008, p.08).

Longe de nos debruçar sobre essa polêmica, gostaríamos de deixar claro que, para os propósitos da nossa exposição, entendemos alienação e estranhamento como sinônimos. Por esse prisma, tentamos, a partir dos fundamentos da ontologia, apropriar-nos da complexa problemática do trabalho alienado, tendo em conta seus desdobramentos essenciais sobre as diversas dimensões da sociabilidade regida pela luta de classes. Em outras palavras, abordamos as objetivações e exteriorizações do trabalho alienado que se transformam em obstáculos ao pleno desenvolvimento da relação individualidade-generidade, provocando o acirrado processo de exploração do homem pelo homem. Tal estado de coisas é muito bem representado pelas sociedades de classes, em uma de suas legitimações mais cruéis, que é a propagação crescente da alienação humana. Em contrapartida, nosso estudo não poderia deixar de afirmar, no mesmo terreno ontológico, a possibilidade da superação do complexo da alienação efetivada em uma sociedade fundada no trabalho livre e associado.

Nesse sentido, é importante destacar que, conforme sustenta Mészáros (2009a), em sua obra *A teoria da alienação em Marx*, o núcleo central da análise de Marx, para além da compreensão do trabalho alienado, em suas raízes na sociabilidade capitalista, repousa na perspectiva de superação do fenômeno da alienação. Nas palavras de Mészáros, “o núcleo dos *Manuscritos de Paris*, que dá estrutura à totalidade do trabalho, é o conceito da ‘transcendência (ou superação) da auto-alienação do trabalho’.” (MÉSZÁROS, 2009a, p. 20)

Voltando à obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Lukács, é oportuno observar que os três primeiros capítulos do referido opúsculo já foram alvo de investigação no seio do nosso próprio Grupo de Pesquisa Marxismo, Educação e Luta de Classes, vinculado ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO. Nesse contexto, tivemos duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado versando diretamente sobre capítulos específicos de *Para uma Ontologia do Ser Social*. Assim, contamos com a dissertação intitulada, *O lugar do sujeito no processo de emancipação humana: um estudo exploratório sobre a individualidade em Marx e em Lukács*, na qual, Moraes (2001) revisita, parágrafo por parágrafo, o capítulo da Reprodução. O IMO disponibiliza também a tese de doutorado de Costa, F. (2007), *Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana*, onde este se debruça largamente sobre o capítulo da Ideologia. Contamos ainda com mais uma relevante dissertação de mestrado, de autoria de

Lima (2009), *Trabalho, reprodução social e educação em Lukács*, na qual, a autora realiza uma análise minuciosa dos capítulos: *Trabalho e Reprodução*.

Em âmbito nacional, localizamos, ainda, com relação ao capítulo referente à Ideologia, na obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Lukács, mais duas dissertações de mestrado, de autoria, respectivamente, de Vaisman (1989) e Pinho (2003).

Com relação às pesquisas localizadas sobre o capítulo relativo à Alienação em Lukács, foco de nossa investigação, além das publicações de Sérgio Lessa sobre *Para uma Ontologia do Ser Social*⁴, que contemplam a questão da alienação, encontramos trabalhos produzidos por Maria Norma Alcântara Brandão Holanda⁵ (1998 e 2005) e Elaine Cristina dos Santos Lima (2007), ambas do Grupo de Pesquisas sobre Reprodução Social, da Universidade Federal de Alagoas, na forma de dissertação de mestrado Holanda (1998) e tese de doutoramento Holanda (2005) e/ou artigos científicos⁶; além da tese de Fátima Maria Nobre Lopes (2006), da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Vale notar, ainda, que, como aponta Tertulian, a segunda parte da Ontologia, na qual, portanto, está contido o capítulo sobre a problemática da alienação, é pouco sistematizada, tendo em vista que Lukács o redigiu sob condições por demais adversas, encontrando-se muito doente, com câncer no pulmão em fase terminal. Tertulian (1984) assevera, ademais, que o autor, por muitas vezes, vai e volta para a mesma idéia, o que dificultaria uma leitura mais escorreita do texto:

Julgamos os *Prolegômenos* uma introdução indispensável para compreender o pensamento ontológico do último Lukács. Infelizmente o texto é marcado,

⁴ Nesse sentido, é importante conferir, do autor, o Capítulo VI de *Para Compreender a Ontologia de Lukács* (2007).

⁵ É importante registrar que Holanda foi a autora da tradução (do italiano para o português) do capítulo da Alienação da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Lukács. Nesta, a autora traduz o fenômeno do Estranhamento com o termo Alienação, o qual passa, contudo a significar no contexto de sua tradução, o mesmo que *Entfremdung*, que indica um fenômeno historicamente construído e que remete ao fenômeno da negação da realização da essência humana, inerente ao processo de exploração do homem pelo homem. Tal conceito se oporia àquele representado pelo vocábulo alemão *Entausierung*, também traduzido por alienação, no sentido positivo de, através do ato de trabalho, alienar-se o homem, dando de si e realizando sua essência no objeto que produz, configurando-se, nesse sentido, como uma condição intrínseca ao ser social e ao processo de objetivação e exteriorização dos indivíduos. Mesmo tendo em conta tal distinção, seguiremos aqui a tendência mais generalizada de utilização do termo alienação em sentido negativo, como sinônimo de estranhamento, consoante à tradução elaborada por Holanda. Vale observar, nesse mesmo terreno terminológico, que Mészáros (1981) apresenta os termos “alienação” e “estranhamento” do trabalho como equivalentes, argumentando que “a alienação humana foi realizada pela transformação de tudo em objetos alienáveis, vendáveis, em escravos da necessidade e traficantes egoístas.” MÉSZÁROS (2009, p.36). Tertulian, (1995), por sua vez, admite que a tradução para o português, dos termos *Entausierung* e *Entfremdung* não encontrou, ainda, “uma solução unanimemente aceita” (TERTULIAN, 1995, p. 97). Assim, em seu texto *Conceito de alienação em Heidegger e Lukács*, (1995), decide seguir a tradição francesa, representando o primeiro por exteriorização e o segundo por alienação.

⁶ As obras dos citados autores encontram-se devidamente referenciadas na Bibliografia do trabalho.

especialmente na última parte, por repetições cansativas, efeitos de redundância, que tornam a leitura, às vezes, árida. A idade muito avançada e talvez a doença tornavam o autor menos capaz de dominar o próprio discurso; desse modo, há lugares onde as mesmas idéias são retomadas em contextos que não conhecem a progressão rigorosa a que os seus escritos nos acostumaram (TERTULIAN, 1984, p.6, grifos nossos).

Não obstante tais dificuldades, o intérprete lukacsiano admite com indiscutível firmeza:

A parte mais interessante da *Ontologia do ser social* é dedicada àquilo que poderíamos definir como uma fenomenologia da subjetividade. As distinções entre objetivação (*Vergegenständlichung*) e alienação (*Entausserung*), entre reificação "inocente" e reificação estranhante, entre multiplicação das qualidades ou atitudes e sua síntese na harmonia da personalidade moral, entre o gênero humano em-si e o gênero humano para-si pertencem a este capítulo. O estranhamento é definido como contradição entre o desenvolvimento das qualidades e o desenvolvimento da personalidade. Continuando as análises hegelianas do capítulo sobre a "consciência infeliz" da *Fenomenologia do espírito*, ou então a distinção entre espírito objetivo e espírito absoluto, **Lukács pôde mostrar como é complexo e trabalhoso o caminho que leva à superação autêntica do estranhamento**. A seu ver, enquanto as objetivações da espécie humana, em sua maior parte (as instituições políticas, jurídicas, religiosas, etc.), nasceram para assegurar o funcionamento do gênero humano em-si, pelo contrário, as grandes ações morais, a grande arte e a verdadeira filosofia encarnam, na história, as aspirações do gênero humano para-si. As melhores páginas da *Ontologia do ser social* são provavelmente aquelas nas quais Lukács analisa a tensão entre essas aspirações irreprimíveis a uma *humanitas* autêntica do *homo humanus* e o poderoso acúmulo de mecanismos econômicos, de instituições e de normas que asseguram a reprodução do *status quo* social. (TERTULIAN, 1984, p.13, grifos nossos).

Com relação à complexa problemática da alienação, temos, por fim, o registro de Lessa (2007, p.136), salientando que: “Resta aos lukacsianos [...], entre as inúmeras outras tarefas que a história propõe, avançar a partir dos indícios deixados pelo pensador húngaro.” Para tanto, um primeiro passo imprescindível, nessa direção, é a compreensão do pensamento lukacsiano, tendo em vista que o nosso trabalho pretende se situar no escopo desse referencial teórico.

Nesse contexto, nossa pesquisa não poderia, com efeito, ultrapassar os contornos de um ensaio de compreensão acerca do complexo capítulo da Alienação, da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*.

A estruturação criada e delimitada por Lukács (1981), no Capítulo *L'estraniamento* (A Alienação, conforme a tradução acima mencionada), inserido às páginas 559 a 808, de sua *Ontologia Dell'Essere Sociale* obedece o seguinte desenvolvimento: 1. *I tratti ontologici generali dell'estraniamento* (pp. 559-616) – Os traços ontológicos gerais da alienação; 2. *Gli aspetti ideologici dell'estraniamento. La religione come estraniamento* (pp. 617-725) – Os aspectos ideológicos da alienação. A religião como alienação; 3. *La base*

oggettiva dell'estraniamento e del suo superamento. La forma attuale dell'estraniamento (pp. 727-808) – A base objetiva da alienação e de sua superação. A forma atual da alienação.

Em nosso estudo, realizamos, de princípio, uma aproximação preliminar ao complexo exame dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação, explicitada por Lukács, detendo-nos com maior particularidade, no primeiro momento do Capítulo tomado como foco da investigação, o qual indica os traços ontológicos gerais da alienação. Vale salientar que o tempo da realização do mestrado torna-se restrito para podermos analisar o segundo e o terceiro momento do capítulo da alienação elucidado por Lukács, o que demandaria um tempo significativamente mais longo do que o dispomos no breve período de feitura de uma dissertação. Confiamos que, no limite, a ausência desses pontos de análise não trará grandes prejuízos ao desenvolvimento de nossa pesquisa.

Todavia, destacamos que a presente elaboração, dada a relevância da problemática da alienação, representa o início de um estudo a ser desenvolvido dentro do quadro de dedicação de uma vida inteira.

Ressaltamos que, antes de nos debruçarmos propriamente sobre os traços ontológicos gerais da alienação, será necessário recuperar os pontos fundamentais da ontologia de Lukács, reafirmando o trabalho como fundamento ontológico do ser social, do qual decorreram todos os demais complexos socialmente construídos.

Será imprescindível, ainda, revisitarmos o Trabalho Alienado, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, de Marx, tendo em vista que o próprio Lukács alude sistematicamente a passagens dessa obra marxiana, valendo ressaltar que os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, estariam na base das elaborações do pensamento de Lukács, sobretudo, no seu Capítulo IV da *Para uma Ontologia do ser social*, como bem reconhecem os autores, que tratam essa problemática em Lukács. Nesse sentido, explicita, por exemplo, Lessa (2007, p.7): “Lukács tomando contato com os *Manuscritos de 1844* de Marx, inicia sua investigação ontológica”. Da mesma forma, Holanda analisa passagens da referida obra marxiana em dois artigos intitulados, respectivamente: *Lukács e a crítica ao capitalismo: a alienação na Ontologia*⁷ e, também, *Lukács e Estranhamento em Marx*⁸.

⁷ Holanda ressalta, a propósito: “Argumenta o pensador húngaro que Marx, por diversas vezes, se referiu a esse problema. Desde os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, por exemplo, ao refletir sobre a alienação do trabalho – raiz de todo processo de alienação – ele afirma (1963: 320-1) que ‘quanto mais produz o operário com seu trabalho, mais o mundo objetivo, estranho que ele cria em torno de si, torna-se poderoso, mais ele empobrece, mais pobre torna-se seu mundo interior e menos ele possui de seu’. Como resultado da produção capitalista, tem-se um processo em que a riqueza material é continuamente transformada em meios de valorização do capital e o trabalhador – fonte pessoal de riqueza – é despojado de todos os meios que possibilitariam tornar sua a riqueza por ele produzida. Trata-se de uma forma de sociabilidade em que a miséria do trabalhador está em razão inversa do poder e da grandeza daquilo que ele produz, fato profundamente

Isto feito, passamos ao estudo da Alienação em Lukács, nos termos acima anunciados. Para tanto, tentamos examinar cuidadosamente o texto lukacsiano, sem deixar, contudo, de fazer menção, quando oportuno, a contribuições consideradas pertinentes, de autores que nos precederam na tarefa de explorar esse desafiador capítulo, como, de resto, a ontologia do ser social, em sua devida abrangência, a exemplo daqueles aqui citados.

De acordo com nosso projeto inicial, em vista da própria relevância da questão, como da natureza do Curso que concluímos com a presente dissertação, o ensaio de compreensão em torno da ontologia da alienação deveria servir de base para uma explicitação devidamente consistente quanto ao imbricamento do complexo educacional com as condições atuais da alienação, com vistas à aferição do lugar da educação no processo de superação da alienação, mormente no quadro da crise contemporânea do capital, caracterizada por Mészáros (2009b), como de caráter estrutural.

No entanto, devemos admitir, o longo tempo demandado para o cumprimento da nossa primeira e árdua tarefa, qual seja, a compreensão da complexa problemática da alienação na ontologia de Lukács, a partir de Marx, esgotou, em larga medida, nossas possibilidades de abordar, nos limites temporais do curso de mestrado, com o necessário aprofundamento, a relação trabalho-alienação-educação-superação da alienação. Sobre esse complexo de relações, ou, dito de outro modo, sobre o lugar da educação nas condições atuais da alienação, sem perder de vista a consideração acerca do potencial da educação quanto a contribuir para a construção do reino da liberdade em direção a uma autêntica emancipação humana, fomos premidas a restringir-nos a uma aproximação muito preliminar, de caráter mais ilustrativo do que rigorosamente demonstrativo ou analítico, desafio este que poderá ser por nós retomado em uma investigação posterior.

Nesse sentido, apresentamos, no capítulo primeiro de nossa dissertação, alguns apontamentos essenciais sobre o complexo do trabalho como gênese e fundamento do ser

agravado no mundo moderno, já que a produção capitalista não produz unicamente o homem como mercadoria, mas o produz como ser espiritualmente desumanizado.” Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/marianorma.htm> Acesso em: 14. mar. 2010.

⁸ Aqui, Holanda considera: “Refletindo sobre o trabalho estranhado, Marx, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* escreve: ‘quanto mais produz o operário com seu trabalho, mais o mundo objetivo, estranho que ele cria em torno de si, torna-se poderoso, mais ele empobrece, mais pobre torna-se seu mundo interior e menos ele possui de seu’. Nesse preciso sentido, e partindo da via que lhe é central – a Economia Política Clássica – Marx demonstra que ‘a miséria do operário está em razão inversa do poder e da grandeza de sua produção’. Quer dizer, quanto mais produz, maior é a sua miséria.” Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../gt1/.../Maria_Holanda.pdf> Acesso em: 14. mar. 2010.

social, passando, sobre esta base, aos elementos introdutórios à problemática da alienação nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, de Marx.

No segundo capítulo, debruçamo-nos propriamente sobre os fundamentos ontológicos da alienação, explicitados por Lukács, no Capítulo IV de sua Ontologia.

Finalmente, no terceiro capítulo, esboçamos de forma preliminar, conforme indicado acima, o lugar da educação no processo de reprodução/superação da alienação.

Encerrando nossa Introdução, resumizamos que, para a elaboração desse estudo de caráter teórico-bibliográfico, nos fundamentamos, primordialmente, em Lukács, e, antes deste, e com este, no próprio Marx, sem dispensarmos, entretanto, as contribuições de intérpretes basilares do filósofo húngaro, como Mészáros, Konder, Holanda, Gilmaisa Costa, Lessa e Morais. Como acima sugerido, buscamos, ainda, as contribuições de autores que partem dos pressupostos teóricos da ontologia lukácsiana para tratar da problemática da educação, nas breves considerações sobre a temática que compõem nosso último capítulo, a exemplo, mais uma vez, de Mészáros, assim como Tonet, Jimenez, Mendes Segundo, Frederico Costa, Coggiola e Lima.

Vale, por fim, reafirmar que esta dissertação consiste fundamentalmente, em um ensaio de compreensão, com o objetivo de analisar o complexo da alienação, especificando os traços ontológicos gerais da alienação, da obra de maturidade de Lukács; reafirmando o trabalho como gênese do ser social, apontando, em última análise, para o horizonte de uma sociedade autenticamente emancipada, fundada no trabalho livre e associado.

Nesse contexto, ao optarmos, diante de tantas alternativas, pelo referencial teórico fundado na ontologia marxiana-lukacsiana, podemos afirmar, com base no próprio Lukács (1978), que devemos assumir uma atitude, acima de tudo, revolucionária. Por meio desta, podemos denunciar o processo de exploração vivenciado pelos trabalhadores, de maneira cada vez mais brutal, diante da crise estrutural do capital; ao mesmo tempo em que apontamos como possibilidade, a alternativa da emancipação humana. Assim fazendo, também amenizamos, por assim dizer, a sensação de impotência que tão frequentemente nos abate frente às injustiças forçosamente sofridas pelos trabalhadores na sociabilidade burguesa.

2 DO TRABALHO COMO COMPLEXO FUNDANTE DO SER SOCIAL AO TRABALHO ALIENADO NOS *MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS DE 1844*

Neste capítulo, pretendemos realizar uma primeira aproximação sobre a categoria trabalho como complexo fundante do ser social, tendo como base de sustentação teórica a ontologia marxiana/lukacsiana⁹. A partir desse referencial onto-histórico,¹⁰ podemos compreender o processo fundamental da instauração e reprodução do ser social, impelido pelo trabalho. Dividimos esse capítulo em dois momentos: Trabalho e Trabalho Alienado.

No primeiro item, trazemos elementos de compreensão do trabalho como complexo fundante do mundo dos homens, passando brevemente por categorias caras ao marxismo, a exemplo da teleologia primária e secundária, causalidade dada e posta, consciência, ideologia e salto ontológico. Aqui, apoiamos-nos em Marx (1998, 2006 e 2008), Lukács (1978), Lessa (2007) e Tonet (2005), com o intuito de nos aproximar da relação existente entre as categorias acima citadas e o complexo do trabalho que funda o ser social.

Entendemos que é necessário ser percorrido esse caminho, para podermos compreender melhor o conteúdo do segundo momento, ou seja, a problemática do trabalho alienado, posta por Marx nos *Manuscritos de Paris*. Outrossim, enfatizamos a crítica elaborada pelo autor à concepção hegeliana de alienação. Para tanto, adotamos como fontes principais de consulta: Marx (2004, 2005, 2006 e 2008), Mészáros (2006a, 2006b e 2009a), Konder (2009), Mendes Segundo (2005) e Tonet (2005). Sobre esta base, tentamos situar os traços gerais da alienação analisados por Lukács, em *Para uma Ontologia do Ser Social*, assunto tratado no segundo capítulo desta dissertação.

Fazemos, ainda, questão de enfatizar que Marx nos seus *Manuscritos de 1844*, mais especificamente em sua análise elucidativa sobre o trabalho alienado, o autor deixa explícito que a categoria trabalho é o fundamento do ser social. Todavia, em respeito aos que

⁹ “Marx nunca escreveu nenhum texto que tratasse explicitamente das questões ontológicas, de essência e fenômeno, no entanto, elas perpassam o conjunto da sua obra e nela podem ser encontrados os elementos que permitem diferenciar de outro modo estas duas categorias. Este trabalho foi realizado por Lukács (1976-1981). Retomando a questão de modo explícito, Lukács mostra como, ao contrário das ontologias anteriores, a distinção entre essência e fenômeno não reside no seu lugar de ser, mas na sua maior ou menor continuidade. Segundo ele, no plano do ser, essência e fenômeno não apresentam nenhuma distinção. Ambos são o resultado de atos humanos singulares e ambos comungam da mesma natureza do ser.” Tonet (2005, p.73-4).

¹⁰ Destacamos que o arcabouço teórico de Marx se distancia, a um só tempo, de concepções que apartam essência e fenômeno, das quais são representativas aquelas que supervalorizam a subjetividade em detrimento da objetividade, como fazem, por exemplo, os pós-modernos; e aquelas que majoram a objetividade em prejuízo da subjetividade, como fazem os estruturalistas.

nos antecederam, fizemos a opção de adotar como parte do nosso referencial teórico, os posicionamentos – sobre o trabalho como complexo fundante do mundo dos homens – de alguns interpretes de Marx, tais como Lukács, Tonet e Lessa, antes chegarmos diretamente à análise da própria obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*.

2.1 Apontamentos sobre o trabalho como gênese e fundamento do ser social

Lukács (1978) fornece um panorama crítico da obra de Marx com um edifício conceitual que traduziria uma nova ontologia, em contraponto às velhas tendências gnosiológicas e neopositivistas.¹¹

Antes, porém, de apresentar a ontologia materialista fundada por Marx, Lukács (1978) pontua duas perspectivas de análise do real, ensaiadas no plano da ontologia¹², das quais, fazemos menção, aqui, à tentativa representada pelo idealismo-ontológico de Hegel, pela evidente importância conferida por Marx, ao citado filósofo.

Esclarece Lukács que, ao contrário da ontologia religiosa, a ontologia de Hegel, com efeito, traça a história numa perspectiva evolutiva e, conseqüentemente, o homem aparece, nesse construto, como criador de si mesmo.

Sobre este núcleo essencial, todavia, Marx (2008) reconhece criticamente que

Hegel se coloca no ponto de vista dos modernos economistas nacionais. Ele apreende o trabalho como a essência do homem que se confirma; ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu [lado] negativo. O trabalho é o *vir-a-ser para si (Fürsichwerden) do homem* no interior da *exteriorização* ou como homem *exteriorizado*. O que forma, assim, a *essência* da filosofia em geral, a *exteriorização do homem que se sabe (wissender Mensch)*, ou a ciência exteriorizada que se pensa, isto Hegel toma sua essência, e por isso pode, frente à filosofia precedente, reunir seus momentos isolados, e apresentar sua filosofia como a filosofia. O que os outros filósofos fizeram – que eles concebem momentos isolados da natureza e da vida humana como momentos da consciência-de-si e, na verdade, da consciência-de-si abstrata – isto Hegel sabe como fazer da filosofia. Eis porque sua ciência é absoluta. (MARX, idem, p.124, grifos no original)

E mais adiante, enfatiza:

¹¹É interessante resgatar a análise de Tonet sobre as referidas tendências, marcadas pelo que o autor denomina de centralidade da hipercentralidade: “pode-se dizer que hoje predomina, não apenas a centralidade, mas a hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta sob as mais variadas áreas. Na esfera do conhecimento, desde a sua forma mais extremada, que é o irracionalismo, tônica das chamadas concepções pós-modernas, até as formas mais moderadas, como o neo-iluminismo, o pragmatismo e outras, todas elas têm em comum a ênfase na subjetividade ante uma objetividade que se recusa – total ou parcialmente – à compreensão.” (TONET, 2005, p. 46)

¹² A outra tentativa ontológica é apontada pelo autor como uma corrente de pensamento muito problemática no que concerne aos seus pressupostos teóricos e estaria representada pela corrente existencialista de Sartre.

o sujeito só vem a ser enquanto resultado; este resultado, o sujeito que se sabe enquanto consciência-de-si absoluta, é por isso, o *Deus, o espírito absoluto, a idéia que se sabe e aciona*. O homem efetivo e a natureza efetiva tornam-se meros predicados, símbolos deste homem não efetivo oculto, e desta natureza inefetiva. Sujeito e predicado têm assim um para com o outro a relação de uma absoluta inversão, *sujeito-objeto místico* ou *subjetividade que sobrepuja o objeto*, o *sujeito absoluto* como um *processo*, como *sujeito exteriorizando-se* e retornando a si da exteriorização, mas, ao mesmo tempo, retomando-a de volta em si, e o sujeito como este processo; o puro círculo *infatigável* em si. (MARX, idem, p.133, grifos no original)

Contrariamente à concepção hegeliana, segundo a qual, o sujeito é visto como espírito absoluto, na ontologia marxiana, como observa Lukács (1978), nega a identidade entre sujeito e objeto e afirma a função da consciência como um produto tardio do ser material.

Diferente da consciência epifenomênica como ocorre no reino orgânico, essa forma de consciência colada ao processo de trabalho é de extrema importância para entendermos o salto ontológico da esfera orgânica para a esfera do ser social¹³.

É essa a rota perseguida por Lukács, cujo arcabouço ontológico, em consonância com os princípios fundamentais postos por Marx, confere posição central ao trabalho na sociabilidade humana. Nesse sentido, Lukács recupera na obra marxiana, a função do trabalho, o qual, como complexo fundante do mundo dos homens, inaugura o ser social.

Recorremos a algumas mediações advindas do complexo social do trabalho fundante do mundo dos homens, como o papel do salto ontológico, da consciência e da ideologia. É importante explicitá-las, ainda que introdutoriamente, para chegarmos ao entendimento devido quanto ao processo de alienação do trabalho analisado por Marx em seu legado histórico, tal como faremos na segunda parte desse capítulo.

Nesse caso, para compreendermos a ontologia do ser social, reiteramos ser necessário, também, o entendimento do que vem a ser salto ontológico. Para isto, resgatamos que as três esferas do ser – inorgânica, orgânica e social – devem ser compreendidas por meio da ciência que estuda a especificidade de cada ser com suas formas preparatórias que possibilitam a passagem de um tipo de ser a outro. Nessa perspectiva, o salto ontológico que

¹³ Em conformidade com esse posicionamento, Tonet (2005) contribui para a compreensão acerca do trabalho como o primeiro ato humano, afirmando que: “Para Marx, aquilo que de mais imediato aparece: indivíduos, reais e ativos, que se encontram em determinadas condições materiais de vida, condições estas, por sua vez, que já são o resultado da atividade passada de outros indivíduos e que continuam a ser modificadas pela atividade presente. Indivíduos cujo primeiro ato, imposto pela necessidade de sobrevivência, é a transformação da natureza, ou seja, o trabalho. Desse modo, está identificado o trabalho como ato humano que por primeiro deve ser examinado” (TONET, idem, p.56).

opera a passagem do ser orgânico para o ser social, segundo o pensador húngaro, representa “a reprodução da vida em contraposição ao simples se tornar outra coisa; a adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente, em contraposição à adaptação meramente passiva etc.” (LUKÁCS, 1978, p. 04). Além da formação de um complexo de categorias com caráter transitório que caracterizam a passagem de uma forma de ser para outra, destacamos que o processo de reprodução orgânica deve apresentar um determinado grau de desenvolvimento para que o salto ontológico para a esfera do ser social possa ser realizado por meio do trabalho.

Destarte, Tonet (2005, p. 57) explica: “O trabalho é o elemento que torna possível integrar o natural e o social, preservando, ao mesmo tempo, a especificidade de cada um, a sua unidade indissolúvel e a sociabilidade como momento progressivamente predominante.” Reafirmando que o ato do trabalho operou a passagem do ser orgânico para o ser social, Lessa (2007) analisa, a partir das palavras do próprio Lukács, a essência do salto ontológico, constituída por um movimento de continuidade e ruptura,

“todo salto implica numa mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento repentino ou gradual, ao longo do tempo, da nova forma de ser.” (LESSA, idem, p.28-9)

O autor continua explicando a relevância do salto ontológico em conjunto com o complexo categorial do novo ser,

o salto correspondente ao momento negativo de ruptura, negação, da esfera ontológica anterior; é este momento negativo que compõe a essência do salto. Todavia, a explicitação categorial do novo ser não se esgota no salto. Requer um longo e contraditório processo de construção das novas categorias, da nova legalidade e das novas relações que caracterizam a esfera nascente. Este processo, cuja positividade (afirmação do novo ser) contrasta com a negatividade do salto, é o processo de desenvolvimento do novo ser. (LESSA, idem, p.29)

Conforme Lukács (1978), na essência do processo de trabalho, a atividade humana está subordinada a uma ação previamente idealizada, engendrada pela presença do papel da consciência com relação ao produto objetivado. A esse respeito, Lukács (idem, p.4) salienta que “o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia já na representação do trabalhador isto é, de modo ideal”.

Salientando o lugar da consciência na leitura ontológica de Lukács, Tonet (2005) elucida que:

Precisando ainda mais esta questão, Lukács (1981) mostra que o que possibilita, em última análise, o distanciamento do homem da sua atividade imediata é a capacidade de generalização, cuja base se encontra na consciência. É por meio dela que o homem forma conceitos, através dos quais pode tornar a sua atividade cada vez mais ampla, tanto no sentido do indivíduo quanto do gênero. É também a capacidade de generalização que permite que a reprodução do ser social se caracterize como uma produção permanente do novo e não como uma reposição do mesmo, como no caso dos animais. (TONET, idem, p.59)

Logo, podemos reafirmar que o papel ativo da consciência, vinculado ao mundo objetivo, é decisivo na determinação do salto ontológico do ser orgânico para o ser social. Ainda sobre a relevância dessa categoria, Tonet (idem) demonstra:

Vê-se, pois, que o combate ao idealismo não exige a diminuição do papel da consciência. O efeito desta diminuição sempre teve como consequência transformar o marxismo numa maneira determinista de pensar. Também não se trata de dar ênfase à consciência, como se isto fosse uma decisão subjetiva com o fim de valorizá-la. Para Lukács, trata-se simplesmente de apreender o ser como ele é, na sua efetividade, para além de qualquer decisão subjetiva em favor do materialismo ou idealismo. [...] Lukács constata que consciência e realidade objetiva são dois momentos, de igual estatuto ontológico. Vale dizer, a consciência não é mera derivação mecânica da realidade objetiva, também não é um simples efeito secundário desta realidade, como pensaram muitos marxistas, preocupados em se opor ao idealismo. Ela é tão ser como a realidade objetiva. (TONET, idem, p.61)

Não é demais insistir que a perspectiva teórica da ontologia do ser social atribui grande relevância à dimensão subjetiva em conexão com o mundo objetivo. Como salienta Lukács (1978, p.03), “Marx entendia a consciência como um produto tardio do desenvolvimento do ser material”. E ainda, no entendimento desse autor, “um produto tardio não é jamais necessariamente um produto de menor valor ontológico”.

Marx não deixa dúvidas quanto à importância do papel da consciência na constituição da realidade objetiva, afirmando seu poder de intervenção nessa realidade para que a mesma possa ser transformada.

Com efeito, o animal não se distingue da sua própria atividade, ao contrário do homem que desenvolve o trabalho como resultado de sua própria vontade e consciência. Sua ação é, assim, capaz de transformar e de intervir na realidade subordinada a uma finalidade previamente idealizada. Dessa maneira, podemos explicar a diferença entre a atividade desempenhada pelos animais e o trabalho realizado pelos homens com as clássicas palavras do próprio Marx (2008):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em

realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, idem, p.202)

Assim, reiteramos que o homem, por meio do trabalho, transforma-se em um ser capaz de dar respostas conscientes às suas necessidades, ao contrário dos animais que dão respostas cegas-mudas-fixas.

Como elucidada Marx:

A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital dos outros animais. Só por esta razão é que ele é um ser genérico. Ou melhor, só é um ser consciente, quer dizer, a sua vida constitui para ele um objeto, porque é um ser genérico. Unicamente por isso é que a sua atividade surge como uma atividade livre. (MARX, idem, p.165)

Lessa (2007) ressalta igualmente o papel da consciência na constituição do ser social, asseverando que, para Lukács, esta assume papel relevante no contexto de evolução concreta da substância social na reprodução do ser, formando a processualidade social. Nas palavras do autor:

Ao tratarmos o trabalho, vimos que a prévia-ideação pertence à essencialidade do mundo dos homens. Agora, ao estudarmos a reprodução, veremos num outro momento da presença determinante da consciência na reprodução social: a diferenciação cada vez mais nítida entre os indivíduos e a totalidade social. (LESSA, idem, p.90)

Com isso, o processo de continuidade e de ruptura intensifica-se, no que diz respeito ao afastamento da reprodução do ser social com relação à reprodução biológica. Essa ruptura não acontece de forma completa, por isso falamos em afastamento (não de ruptura completa) das barreiras naturais na formação do ser social, por meio do trabalho como complexo fundante do ser social e todas as relações estabelecidas entre os seres humanos.

Como anteriormente mencionado, no caso da reprodução dos animais dotados de uma consciência epifenômica voltada para atender às necessidades do ambiente, servindo apenas à adaptação da espécie sob pena de esta vir a extinguir-se, a consciência funciona como epifenômeno, nesta, o animal particular não contribui para elevação da esfera orgânica. Porém, na reprodução do ser social, a consciência dos indivíduos contribui, sobremaneira, para o desenvolvimento da sociabilidade possibilitando a complexificação crescente do gênero humano. Nesse processo, o indivíduo contribui para o enriquecimento do seu gênero este contribui para a elevação daquele. Em anuência com a ontologia marxiana-lukacsiana, dizemos que a consciência é o nexos ontológico entre a complexificação da sociabilidade e o

enriquecimento dos indivíduos, permitindo o crescimento da riqueza material e espiritual do mundo dos homens.

É oportuno ilustrarmos com Lessa (2007), o importante papel da consciência no cenário acima descrito, para evidenciar que a elevação do nível de auto-consciência dos indivíduos contribui para a elevação da generidade humana,

à medida que a generidade humana se eleva a patamares crescentes de consciência, à medida que o gênero humano se constrói cada vez mais como genérico e social, as individualidades necessariamente se complexificam. Elas também elevam o seu nível de auto-consciência. (LESSA, idem, p.91)

Com a complexificação dos indivíduos e da reprodução do gênero humano, a distinção entre subjetividade e objetividade se acentua. A esse respeito, Lessa (idem, p.92) elucida: “Em síntese, para Lukács, a distinção entre generidade e individualidade é ontologicamente distinta da contradição exemplar do singular/gênero biológico encontrada na natureza: ela é puramente social.” Nesse raciocínio, os atos humanos teleologicamente postos reproduzem a complexificação da substância social da totalidade e dos indivíduos que a compõem.

Por esse entendimento, Lessa (2007, p.94) assevera que “a questão central da análise da reprodução social é determinar como ocorrem esses dois processos sintéticos reflexivamente determinantes”. Sabemos que o trabalho funda a totalidade social, sem, contudo, esgotá-la, pois do trabalho, originam-se e desenrolam-se complexos de complexos constituindo o processo de generalização do mundo dos homens. Nesse processo, a intensificação das contradições e articulações entre singularidade e universalidade possibilita, ao mesmo tempo, a elevação da totalidade social e da singularidade humana, uma exercendo influência sobre a outra.

Conforme Lessa (idem):

Temos, com isso, os três nexos que, segundo Lukács, operam na síntese peculiar que constitui o gênero enquanto totalidade social. Em primeiro lugar, o processo de generalização inerente ao trabalho que torna social toda ação individual. Em segundo lugar, a ineliminável contradição entre o gênero e o particular em todo conflito social, que requer e possibilita que a contraditoriedade indivíduo/gênero se eleve à consciência em escala social. E, em terceiro lugar, a moral, os costumes, o direito e, em especial, a ética, enquanto complexos mediadores que operam na processualidade de elevação do gênero ao seu ser-para-si, à generidade humana autêntica, no dizer de Lukács. (LESSA, idem, p.99)

O momento predominante da totalidade social é responsável pela elevação das singularidades dos indivíduos. Nesse sentido, todo ato humano concreto está inserido numa totalidade social e histórica em situações concretas, ou seja, individuação e sociabilidade são

processos indissociáveis. Assim, o crescimento do gênero humano implica na elevação das individualidades no contexto da reprodução do ser social. A sociabilidade necessita da individualidade, bem como a segunda necessita da primeira para a perpetuação da reprodução social.

Em conformidade com essas reflexões, Lessa (idem) esclarece:

No contexto da ontologia lukácsiana, os indivíduos, ao responderem às demandas cotidianas, ao mesmo tempo, sinteticamente constroem a si próprios enquanto individualidades constroem a totalidade social. Individuação e sociabilidade apenas existem enquanto determinações reflexivas, enquanto dois pólos de um mesmo processo: a reprodução social. (LESSA, idem, p.102)

Portanto, ao empreendemos uma análise radical da totalidade social numa perspectiva fundada na ontologia marxiana, podemos compreender a relação dialética entre teleologia e causalidade, efetivada por meio do trabalho como o complexo que funda a práxis social. Percebemos que no processo de tomada de decisão entre alternativas de futuras objetivações de posições teleológicas, os indivíduos, “como delineia Marx são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo sob pena de se arruinarem.” (LUKÁCS, 1978, p.08).

Devemos levar em conta, ademais, que a essência do trabalho para a ontologia lukácsiana se encontra no movimento contraditório da totalidade social, onde as ações subjetivas previamente pensadas não podem ser previstas completamente na execução de suas objetivações, tendo em vista que a realidade é dialética, existindo uma distância entre a decisão do indivíduo e a execução idealizada por sua consciência nas condições objetivas arraigadas pela totalidade social. Aqui, nessa mesma direção, reiteramos com Lessa, a relevância da acepção fundada no arcabouço teórico marxiano-lukácsiano, “O que nos permite compreender com clareza que, no contexto da ontologia lukácsiana, a teleologia, longe de ser um epifenômeno da processualidade social, se constitui em ‘categoria ontologicamente objetiva’ pertencente à essência do mundo dos homens.” (LESSA, idem, p.31).

Evidenciamos que o processo de complexificação cada vez mais crescente do trabalho possibilitou ao homem constituir relações para além da relação entre homem e natureza, configurando uma nova modalidade de teleologia, ou seja, a teleologia secundária, caracterizada pela relação dos homens com outros homens, por meio das práxis sociais. Estas são complexos fundados pela complexificação do trabalho nos quais indivíduos agem sobre as consciências de outros indivíduos. Enfatizamos que as teleologias secundárias se fundam pelo

trabalho, mas são distintas deste. Além disso, essas não se configuram em trabalho no seu sentido ontológico, compondo outros complexos relevantes que enriquecem a totalidade social, como por exemplo: a linguagem, a ciência, a arte e a educação.

A totalidade social é formada, assim, pelo complexo de trabalho e os demais complexos que compõem a práxis social¹⁴. Estes, por sua vez, desenvolvem-se de maneira relativamente autônoma, apesar de sua dependência ontológica com relação ao complexo do trabalho. A teleologia transforma a causalidade dada em causalidade posta diante de possibilidades dentre alternativas numa realidade eivada de contradições.

Todavia, consideramos relevante registrar que, na forma social do capital, as teleologias secundárias se sobrepõem às teleologias primárias e, mediadas pela mercadoria, transformam as relações humanas em relações entre coisas, uma vez que a subjetividade do homem é afundada nas investidas para a reprodução do capital.

Entendemos que o estudo empreendido por Lukács acerca da categoria trabalho e suas conexões com a origem e o desenvolvimento do ser social torna-se imprescindível para a compreensão dos fenômenos essenciais ao mundo dos homens como complexo de complexos. Em conformidade com esse raciocínio, Lessa (2007) destaca que,

O ser, segundo Lukács, exibe um caráter de complexo de complexos. Os distintos processos que caracterizam cada uma das esferas ontológicas (por exemplo, o mero devir-outro inorgânico, a reprodução do mesmo na vida, e a reprodução social no mundo dos homens) se articulam enquanto complexos parciais de um complexo maior, o próprio ser em sua máxima universalidade. A totalidade consubstanciada pelo ser se manifesta, concretamente, pelas inelimináveis articulações das esferas ontológicas entre si. Já argumentamos que sem o ser inorgânico não há ser social: o universo, que é o ser em sua máxima universalidade, é uma totalidade composta por distintos processos que, de uma forma ou de outra, são articulados entre si. (LESSA, idem, p.67)

De todo modo, “se o trabalho é a categoria fundante do ser social, para Lukács, o ser social não é redutível ao trabalho e isso se manifesta em cada uma das categorias sociais bem como na totalidade social.” (LESSA, idem, p.38). A própria essência ontológica da reprodução social possibilita a complexificação das relações para além do próprio trabalho, fazendo nascer, por exemplo, o conhecimento científico fundado ontologicamente por esse processo. Sendo assim, a ciência se origina da necessidade da complexificação da reprodução do ser social, pois esta não se limita ao trabalho, embora tenha sido fundada por ele.

¹⁴ Lukács atribui especial atenção ao complexo da fala e ao complexo do direito. Seus estudos acerca desses dois complexos permitiram ao autor compreender também que a totalidade social é a mediação entre o trabalho e cada um dos complexos sociais do mundo dos homens. “Portanto, é o movimento da totalidade social o momento predominante na gênese de cada complexo social particular.” (LESSA, 2007, p.84).

No caso do desenvolvimento da ciência burguesa, entendemos que o conhecimento está arraigado aos limites das relações cotidianas, pois ela se desenvolve de forma bastante precária, quer dizer, os fenômenos são priorizados em detrimento da análise da essência do ser social, explicitamente agravados com a reprodução da sociabilidade de classes.

Ressaltamos, ainda, que o conhecimento – numa perspectiva da ontologia do ser social – sobre a totalidade social não é de forma alguma absoluto, nem tão pouco mecânico, pois como esclarece Lessa (idem, p. 47): “o ato de trabalho se apóia em um conhecimento já obtido do ser-precisamente-assim existente e, ao mesmo tempo, questiona, amplia, este mesmo conhecimento [...] é também um permanente salto sobre o desconhecido para incorporá-lo ao conhecido.”

Na continuidade dessa reflexão, Lessa (idem), fundamentado em Lukács, denomina o processo de captura da realidade pela consciência de *intentio recta*¹⁵ e *intentio obliqua*¹⁶, fruto da gênese de novos entes ontologicamente distintos das consciências que operaram nas subjetividades objetivadas. As escolhas das alternativas estão vinculadas a uma objetividade compondo uma totalidade específica de acordo com as idéias que permeiam o contexto histórico de cada modo de produção social vigente. Por conseguinte, cabe notar que esse conjunto de idéias tem uma função social na vida dos indivíduos, estes que são os únicos seres capazes de realizar trabalho e seus desdobramentos de complexos ontológicos.

Em outras palavras, “Tais idéias compõem, sempre, uma visão de mundo, e auxiliam os homens na tomada de posição frente aos grandes problemas de cada época, bem como frente aos pequenos e passageiros dilemas da vida cotidiana.” (LESSA, idem, p.48). Esse conjunto de idéias, nascidas para responder aos conflitos no âmbito do ser social, assumem funções sociais. Convém lembrar que, segundo Lessa, Lukács denomina essa função social de ideologia,

Partindo do famoso *Prefácio de 1859*, de Marx, Lukács argumenta que a ideologia é uma função social. A ontologia do ser social, a sua processualidade imanente, as diferentes funções que as idéias exercem nessa processualidade seriam o campo resolutivo da distinção ciência/ideologia. Postula que uma conquista da ciência, que nada tem de ideológica, pode, em dadas condições, se converter ou não, em seguida,

¹⁵ “A necessidade, essencial ao trabalho, de captura do real pela consciência, de modo que possa transformar com sucesso a realidade segundo uma finalidade previamente idealizada, é o fundamento ontológico de um impulso ao conhecimento do real que Lukács, após Hartmann, denominou de *intentio recta*.” (LESSA, 2007, p.34, grifo no original).

¹⁶ “Esse impulso à constituição de “ontologias fictícias”, e que tem seu fundamento ontológico último no trabalho, Lukács, após Hartmann, denomina de *intentio obliqua*. Fazendo uma contraposição com a *intentio recta*, a *intentio obliqua* se constitui enquanto uma interpretação globalizante do existente a partir de uma antropomorfização do ser.” (LESSA, idem, p.44, grifos no original).

em ideologia da mesma forma que uma dada ideologia pode se revelar base de apoio fundamental para o desenvolvimento posterior da ciência. (LESSA, idem, p.65, grifo no original)

A ideologia está diretamente relacionada às teleologias secundárias¹⁷. Estas são resultados da complexificação e dos desdobramentos das necessidades subjetivas objetivadas, e, por conseguinte, fundadas pelo complexo do trabalho. Desse modo, sobre a concepção de ideologia para Lukács, Lessa esclarece:

para o filósofo húngaro, a ideologia é uma função social. O que faz de uma ideiação uma ideologia é sua capacidade em conferir sentido às necessidades colocadas pela sociabilização, em dado momento da vida social, através da construção de uma visão de mundo. (LESSA, idem, p.54)

Nessa perspectiva, a ideologia tem a função de dar respostas genéricas às necessidades surgidas ao longo da história da humanidade, ou seja, “a crescente necessidade de respostas genéricas que permitam ao indivíduo não apenas compreender o mundo em que vive, mas também justificar a sua práxis cotidiana torná-la aceitável, natural, desejável.” (LESSA, idem, p.53). Portanto, entendemos que a ideologia surge para atender às necessidades específicas do desenvolvimento do processo de sociabilização¹⁸ e a complexificação da práxis social.

Neste momento, notificamos que, no próximo capítulo, quando estaremos nos debruçando sobre a problemática da alienação na obra *Para uma ontologia do ser social*, de Lukács, voltaremos, brevemente, à menção da ideologia na concepção da ontologia lukaciana, categoria especialmente cara ao marxismo.

Até aqui, procuramos evidenciar os elementos centrais para a compreensão da categoria trabalho como complexo que funda o ser social. Ressaltamos que o mundo dos homens não se reduz ao trabalho, pois com sua complexificação cada vez mais crescente do ser social, foram surgindo outras formas de teleologias. Essas formas de teleologia são

¹⁷ “A diferença qualitativa entre as posições teleológicas voltadas à transformação da natureza, e aquelas que buscam provocar determinados atos em outros indivíduos, está no fato de que as primeiras denotam uma cadeia causal, enquanto as secundárias colocam em movimento uma nova posição teleológica. Isto faz com que o grau de incerteza, o leque de alternativas ao desdobramento do processo, seja qualitativamente maior no caso das posições teleológicas secundárias do que no caso das teleologias primárias. Estas têm a ver com os nexos causais existentes, aquelas concernem à escolha entre alternativas pelos indivíduos.” (LESSA, idem, p.51)

¹⁸ “Tais considerações de Lukács nos permitem perceber como o trabalho impulsiona o homem, da mera percepção-representação do setor da realidade imediata envolvida em cada ato de trabalho, até um questionamento muito mais amplo, qualitativamente distinto, acerca do porquê e do como vivemos, do porquê e do como existimos. A religião, a filosofia, a ideologia, a arte, a ética, etc. são complexos sociais que surgem e se desenvolvem para atender a essa necessidade específica posta pelo processo de sociabilização.” (LESSA, idem, p. 57).

denominadas secundárias, tendo como característica primordial agirem diretamente na relação dos homens com outros homens, formando complexos sociais parciais.

Lembramos, por fim, a importância do papel de momento predominante exercido historicamente pela totalidade social, fruto da mediação entre o trabalho e os demais complexos, constituindo-se em fator fundamental para o devir-humano. Em síntese, explicitamos, rapidamente, os elementos centrais acerca da ontologia do ser social para chegarmos, ainda nesse capítulo, ao entendimento do trabalho alienado nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, de Marx.

2.2 Elementos introdutórios à problemática da alienação nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*

Cabe ressaltar que o caminho percorrido até aqui, apresenta-se como fundamental para compreendermos a problemática da alienação como uma construção histórica e social, e não como uma condição inerente ao ser social. Em razão disso, entendemos que, sobremaneira na sociabilidade de classe, devemos recorrer aos fundamentos ontológicos da gênese e processualidade do mundo dos homens para chegarmos às raízes da problemática da alienação, com o intento de contribuirmos com a construção da emancipação humana. Mais do que nunca, no contexto da crise estrutural do capital, faz-se premente empreender esforços para desvelarmos a problemática da alienação, que se aprofunda a ponto de submeter a humanidade ao risco de se arruinar, como nos coloca Mészáros (2009a), fundamentado em Marx e Lukács.

Ressaltamos que para a realização da autêntica história humana, o reino da liberdade só poderá ser construído sobre a base do reino da necessidade, pois o mesmo representa a produção da riqueza material construída historicamente pela humanidade. Vale lembrar, com Lukács (1978), que Marx denomina de pré-história todo o processo histórico vivenciado pela humanidade fundada na sociabilidade de classes, afirmando, que somente com a instauração do comunismo¹⁹ poderemos vislumbrar o início da autêntica história humana e, conseqüentemente, a extinção da violenta exploração do homem pelo homem.

¹⁹“Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento, e sendo concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, se converte por uma revolução em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói juntamente com essas relações

Confirma o filósofo húngaro, na esteira de Marx, que o patrimônio histórico-cultural desenvolvido pelo ser social fundado no reino da necessidade lança as possibilidades efetivas para a realização do reino da liberdade, pois o primeiro é um fruto necessário e o segundo deverá estar liberto da sociedade de classes para que o homem possa ser efetivado em seu sentido plenamente ontológico. Caso contrário, se não empreendermos esforços coletivos que fortaleçam o conjunto dos homens rumo ao socialismo, as “liberdades”, como assevera Mészáros (2006a), continuarão subjugadas à sociabilidade capitalista, a qual se apresenta hoje, de forma particularmente cruel, na crise estrutural da reprodução do capital, rumo à instauração da barbárie humana (MÉSZÁROS, 2006b). Desnudar a realidade da sociabilidade capitalista, à luz da ontologia do ser social, é um passo relevante para compreendermos que a construção do *reino da liberdade*²⁰ não é uma utopia irracional, mas uma possibilidade a ser construída pela humanidade.

No entorno dessa discussão, assinalamos que o trabalho, nas sociedades de classes, apresenta formas de objetivações e exteriorizações que contribuem muito mais com a alienação dos indivíduos do que com o desenvolvimento de suas individualidades. Por isso, ressaltamos que Marx se debruça sobre a problemática da alienação durante o desenvolvimento da totalidade de sua teoria. Sobre esse posicionamento, Tonet (2005) esclarece:

Confirma-se, pois, o que Marx (*O Capital*: fetichismo da mercadoria): onde há mercadoria há estranhamento e o desgoverno na produção da mercadoria (caso do mundo atual) tem sempre como consequência a intensificação deste estranhamento. A fragmentação, a diferença, a empiricidade, então, deixam de ser determinações histórico-sociais para se tornarem características naturais da realidade. Esta, sem essência, sem unidade, sem hierarquia, sem gênese. Aos turbilhões, aos trancos e barrancos. Ipenetrável à razão e completamente avessa a qualquer substantiva do sujeito. (TONET, idem, p.46, grifos no original)

Em outras palavras, podemos afirmar que Marx adota essa categoria como uma das relevantes manifestações de legitimação da sociabilidade capitalista. Dessa maneira, o trabalho alienado está presente tanto em seus escritos de juventude quanto em seus escritos de maturidade. A seguir, debruçar-nos-emos, fundamentalmente, sobre as elaborações de Marx acerca do trabalho alienado, presentes nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*.

de produção as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe.” (MARX, 1998, p.37).

²⁰Afirma Marx (1998, p.50): “Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar.”

Percebemos que, durante o desenvolvimento da obra marxiana, a problemática da alienação na sociabilidade burguesa e as indicações da construção de possibilidades para sua superação estão presentes como objetos primordiais das análises de Marx. Desejamos salientar, aqui, a relevância dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, conhecidos também como *Manuscritos de Paris*, pois entendemos que o exame radical da teoria marxiana da alienação deve ser iniciado, sobretudo, a partir desta obra. Em conformidade com esse raciocínio, Mészáros (2009, p.26) assevera que, no estudo da “teoria da alienação de Marx, o centro deve ser, desnecessário dizer, os *Manuscritos econômico-filosóficos*.” (grifos no original). Isso posto, contudo, devemos ter em conta que a problemática da alienação está presente não somente nos *Manuscritos de Paris*, mas sim na totalidade da obra marxiana, como analisa Mészáros:

as ‘observações enigmáticas’ e sugestões aforísticas dos *Manuscritos de Paris* não podem ser decifradas sem referência às suas obras posteriores, mas principalmente porque atribuir o conceito de alienação exclusivamente ao período de juventude é falsificar grosseiramente o ‘Marx maduro’ – como veremos adiante –, solapando a unidade e coerência interna de seu pensamento. (MÉSZÁROS, idem, p.26, grifos no original)

Desse modo, anunciaremos a concepção de Karl Marx sobre o trabalho alienado na sociabilidade burguesa, reportando-nos, outrossim, à análise empreendida por Mészáros (2009a), a qual compreende que o sistema da teoria da alienação é de fundamental relevância para o esclarecimento de toda a teoria marxiana. Ressaltamos então que, somente a partir do entendimento dessa problemática, poderemos apontar perspectivas que possam vir a contribuir para a superação da sociabilidade de classes. Dessa maneira, Mészáros (idem, p.23-4) explica que “do problema da transcendência – nos *Manuscritos de 1844* – como a negação e supressão da ‘auto-alienação do trabalho’, nasceu o sistema de Marx.” O mesmo autor elucida que, “o núcleo dos *Manuscritos de Paris*, que estrutura a totalidade do trabalho, é o conceito de ‘transcendência da auto-alienação do trabalho’.” (MÉSZÁROS, idem, p.23-4, grifos no original).

Como um sistema flexível e aberto, o sistema da teoria da alienação nos *Manuscritos de Paris* não deve ser confundido de maneira alguma como uma análise prematura, pois, “os *Manuscritos de 1844* anteciparam adequadamente o Marx posterior, apresentando numa unidade sintética a problemática de uma reavaliação ampla, centrada na práxis e radical de todas as facetas da experiência humana”. (MÉSZÁROS, idem, p.24, grifos no original).

Nesse quadro, ainda segundo Mészáros (2009a, p.25), a superação da problemática da alienação peculiar às sociedades classistas significa a própria transcendência da lógica estrutural das relações reificadas e permeadas pelo fetichismo da mercadoria. O conceito de *Aufhebung* (transcendência ou superação) é relevante para a compreensão da teoria da alienação por três motivos. Primeiro pelo entendimento dos *Manuscritos econômico-filosóficos*; segundo, porque o “conceito de ‘transcendência (*Aufhebung*) da auto-alienação do trabalho’ fornece ligação essencial com a totalidade da obra de Marx, inclusive com as últimas palavras do ‘velho Marx’;”. (MÉSZÁROS, idem, p.25). E o terceiro motivo se justifica pela extrema atualidade do tema:

Na atual fase de desenvolvimento sócio-histórico, porém, quando pela primeira vez na história do capitalismo está sendo abalado até os seus fundamentos como *sistema mundial* (ao passo que todas as crises anteriores do capitalismo, por mais espetaculares que tenham sido, foram *parciais e localizáveis*), a ‘transcendência da auto-alienação do trabalho’ está ‘na ordem do dia’. (MÉSZÁROS, idem, p.25, grifos no original)

Nesse sentido, Mészáros (idem), após Marx e Lukács, fundamenta a extrema importância e necessidade de estarmos debatendo acerca desse complexo, que se manifesta gravemente como o processo de degenerescência humana pautado pela lógica estrutural da subsunção do trabalho ao capital. Precisamente por isso, Mészáros (idem) afirma que, se desejamos apontar perspectivas para a superação dos fundamentos classistas, é necessário recorrermos às raízes dessa temática plenamente atual, objetivada violentamente na sociabilidade burguesa.

Em conformidade com os posicionamentos de Mészáros (2009a), sublinhamos que é justamente nos *Manuscritos de 1844*, onde podemos evidenciar que:

O ponto de convergência dos aspectos heterogêneos da alienação é a noção do “trabalho” (*Arbeit*). Nos *Manuscritos de 1844*, o trabalho é considerado tanto em sua acepção geral – como “atividade produtiva”: a determinação ontológica fundamental da “humanidade” (“*menschliches Dasein*”, isto é, o modo realmente humano de existência) – como em sua acepção particular, na forma da “divisão social do trabalho” capitalista. É nesta última forma – a atividade estruturada em moldes capitalistas – que o “trabalho” é a base de toda a alienação. (MÉSZÁROS, idem, p.78, grifos no original)

Temos quatro categorias relevantes para o entendimento radical da problemática da alienação. Segundo Mészáros (idem, p.78), “‘Atividade’ (*Tätigkeit*), ‘divisão do trabalho’ (*Teilung der Arbeit*), ‘intercâmbio’ (*Austausch*) e ‘propriedade privada’ (*Privateigentum*) são conceitos essenciais dessa abordagem da problemática da alienação.” (grifos no original). Sendo assim, a superação sócio-histórica dessas mediações, que estruturam e legitimam o

complexo também sócio-histórico da alienação, é uma necessidade relevante para atingirmos a transcendência positiva da alienação.

Explicando melhor: a crítica que Marx realiza com relação às mediações citadas acima tem como objetivo entender radicalmente a problemática da alienação na sociabilidade de classes. Nesse processo, o desenvolvimento das forças produtivas não se converte necessariamente em desenvolvimento das personalidades dos indivíduos, muito pelo contrário, a deformação humana acaba por prevalecer como a lógica vigente no processo de subsunção do trabalho ao capital. Como diz Mészáros (idem, p.78), “**propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho** se interpõem entre o homem e sua atividade e o impedem de se realizar em seu trabalho, nos exercícios de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade.” (grifos no original).

Entendemos com Mészáros (2009a, p.78) que, desse conjunto, o trabalho (atividade produtiva) é o único complexo que não pode ser superado, pois “é o único fator absoluto em todo o complexo: **trabalho – divisão do trabalho – intercâmbio.**” (grifos do autor). Por isso, na continuidade dessa reflexão, o autor elucidava: “qualquer tentativa de superar a alienação deve definir-se em relação a esse absoluto, como oposta à sua manifestação numa forma alienada,” bem como, asseverando ainda que “se a ‘atividade produtiva’ não é diferenciada em seus aspectos radicalmente diferentes, se o fator ontologicamente absoluto não é distinguido de sua forma historicamente específica [...] uma transcendência real (prática) da alienação é impossível de ser colocada.” (MÉSZÁROS, idem, p.78).

Por conseguinte, partindo de uma análise fundada na ontologia marxiana-lukacsiana, podemos compreender claramente que as mediações de segunda ordem não podem ser absolutizadas como complexos fundantes do ser social, pois somente o trabalho (atividade produtiva) é o complexo fundante do ser social. Nas palavras de Mészáros (idem, p.79):

Se a propriedade privada e o intercâmbio forem considerados absolutos – de alguma forma ‘inerentes à natureza humana’ –, então a divisão do trabalho, a forma capitalista da atividade produtiva como **trabalho assalariado [grifo do autor]** também surgirá como absoluta, pois elas se implicam reciprocamente. Assim, a mediação de segunda ordem aparece como uma mediação de primeira ordem, isto é, como um fator ontológico absoluto.

Reiteramos, assim, com Mészáros (2009a), após Marx e Lukács, que nossa análise, de fundamento ontológico, parte da categoria trabalho como a única mediação

absoluta, pois as mediações de segunda ordem provenientes das necessidades humanas de desenvolverem o processo de divisão social do trabalho são complexos históricos socialmente construídos a partir da especificidade de cada modo de produção peculiar a determinado momento histórico. Daí a relevância de procedermos, no início desse capítulo, situando, principalmente, a categoria trabalho como fundamento ontológico do ser social.

Nesse sentido, a necessidade de recorrermos aos fundamentos ontológicos do mundo dos homens é primordial, pois estamos optando por uma análise radical com o objetivo de tentarmos compreender de forma autêntica o fundamento ontológico do ser social.

Isso posto, colocamo-nos o desafio de construir um ensaio de auto-compreensão acerca da alienação como um complexo que não é inerente ao mundo dos homens e, ao mesmo tempo, que pode ser superado ou transcendido. É nesse contexto que situaremos os fundamentos da problemática da alienação.

Por isso, ainda que de maneira introdutória, partimos especialmente dos *Manuscritos de 1844*, de Marx, para chegarmos à compreensão dos fundamentos ontológicos do trabalho alienado como um complexo histórico e social, logo, como um complexo possível de ser superado com a superação da sociabilidade de classes. Então, destacamos que o filósofo explicita três críticas importantes, presentes não só em seus *Manuscritos de 1844*, mas na totalidade de sua obra: 1) à economia política, 2) à concepção hegeliana de alienação e 3) à concepção da política.

Nesta, podemos ilustrar, inclusive, o desenvolvimento da obra marxiana, adotando, para tanto, algumas passagens de diferentes obras de Marx, que clarificam, por exemplo, o caráter da política como um obstáculo ao processo de emancipação dos indivíduos. Precisamente por esse posicionamento, na obra *A Miséria da Filosofia*, Marx (2004) explica a necessidade de superarmos a política, tendo em vista que a existência desta assume a função primordial de reprodução da sociabilidade de classes, ou seja, “Isto quer dizer que depois da queda da antiga sociedade haverá uma nova dominação de classe, ou resumindo, um novo poder político? Não”. Pois, de acordo com o nosso autor, “A condição de libertação da classe laboriosa é a abolição de todas as classes, da mesma maneira como a condição de libertação do terceiro estado, da ordem burguesa, foi a abolição de todas as ordens”. (MARX, idem, p.215).

Nessa linha de raciocínio, entendemos, brevemente, que no estágio avançado de desenvolvimento humano efetivo com a existência de igualdade de oportunidades para todos os indivíduos, necessariamente, teremos a extinção de todas as práxis sociais que assumem a

função de reproduzir a sociabilidade de classes, a exemplo da política. Sobre isto, na obra *A Questão Judaica*, Marx (2005) nos esclarece:

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “*forces propres*” como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, idem, p.42, grifos no original)

Na continuidade desses posicionamentos, destacamos que Marx (2008), dedica-se, também, a tecer seus estudos sobre a crítica à economia política, especialmente, em seus estudos relacionados ao trabalho alienado. Por isso, frisamos que, a partir dessa crítica, Marx identifica como é miserável a condição vivenciada pelos trabalhadores no seu processo de trabalho realizado na sociedade capitalista. Nesse contexto, Marx (idem, p.79) afirma: “constatamos que o trabalhador baixa a condição de mercadoria e a de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grosse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos”. (grifos no original). Desse modo, Marx conclui que temos a formação da sociabilidade de classes composta por dois grupos de interesses antagônicos: dos *proprietários* e dos *trabalhadores sem propriedade*.

Ao contrário do pensamento marxiano, a economia nacional distorce as funções das categorias, colocando inclusive que a propriedade privada é condição natural da vida humana. Nessa linha de raciocínio, Marx advoga a falta de esclarecimento da economia nacional com relação à subsunção do trabalho ao capital, bem como entre capital e terra, afirmando que: “Quando ela determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deve desenvolver. Do mesmo modo, a concorrência entra por toda parte. É explicada a partir de circunstâncias exteriores.” (MARX, idem, p.79). Marx prossegue sua crítica à economia política, evidenciando que a economia nacional “nada nos ensina. Vimos como inclusive a troca parece a ela um fato meramente acidental. As únicas rodas que o economista nacional põe em movimento são a *ganância* e a *guerra entre os gananciosos, a concorrência*.” (MARX, idem, p.79, grifos no original).

A crítica que Marx faz à economia nacional tem por fundamento o fato de esta tratar categorias, que são consequências históricas atadas a um determinado modo de produção vigente, como se fossem uma mera consequência acidental e violenta. “Não nos desloquemos, como [faz] o economista nacional quando quer esclarecer [algo], a um estado

primitivo imaginário. Um tal estado primitivo nada explica. Ele simplesmente empurra a questão para uma região nebulosa, cinzenta”. (MARX, 2008, p.80). Ao invés de a economia nacional explicar as categorias partindo de fundamentos ontológicos e historicamente construídos, faz o mesmo que os teólogos, ou seja, encara as categorias da realidade como um dado pronto e acabado.

Situada brevemente a crítica que Marx faz à economia nacional, prosseguimos com a análise mais especificamente voltada para a condição do trabalhador tratado como mercadoria na sociabilidade capitalista, mediante a subsunção do trabalho ao capital. Sob essa determinação, “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria.” (MARX, idem, p.80)

Então, convém lembrar que, na acepção de Marx, no capitalismo, a valorização do mundo das coisas se sobrepõe ao desenvolvimento autêntico dos indivíduos e, ao mesmo tempo, o mundo dos homens é coisificado, pois tudo é tratado como mercadoria, como bem ilustra Marx nessa passagem: “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.” (MARX, idem, p.25, grifos no original).

Essa forma de sociabilidade faz com que o trabalhador realize um trabalho estranhado (alienado), como uma atividade em que o homem se objetiva e se exterioriza de maneira a auto-violentar-se.

Vale lembrar que os dois momentos primordiais da realização do complexo social do trabalho são: a objetivação e a exteriorização. Estes são complexos interligados, embora distintos, ou seja, jamais idênticos como assevera a concepção de Hegel²¹ acerca do trabalho e da alienação.

Hegel e sua concepção de identidade entre sujeito e objeto, entre objetivação e exteriorização, supervaloriza o aspecto da subjetividade em detrimento das determinações do mundo objetivo, enquanto, a partir da concepção marxiana, um ser só pode ser se objetivando.

²¹ Konder (2009, p.29) elucida os fundamentos da concepção hegeliana sobre alienação afirmando, “Lukács mostra, ainda, que o conceito de *alienação* de que Hegel se serviu provinha de fontes diversas: de um lado, representava a retomada de temas da chamada ‘teologia negativa’, temas gnósticos recebidos através de Jacob Boehme, segundo os quais a criação do mundo teria resultado da *alienação* de Deus (Deus – bom – se teria *alienado* num mundo mal, dilacerando-se a si mesmo numa trágica aventura); de outro lado, era a transposição para a filosofia alemã da *alienacion* inglesa, isto é, da expressão com que os economistas clássicos (Adam Smith, Ricardo) designavam a transferência da posse de uma mercadoria. Uma terceira fonte, ainda (fazendo abstração da fonte filosófica imediata, que foram as conceituações de Schelling e Fichte), e da maior importância, foi a concepção jusnaturalista do *contrato social*, segundo a qual os indivíduos teriam sido levados a aceitar a *perda* da liberdade que possuíam quando em *estado natural* (alienando-se, assim, desta liberdade) em troca de garantias comunitárias decorrentes do *contrato social*. (Cf. *O contrato social*, Rousseau).”

Marx (idem, p.125) realiza a crítica ao pensamento hegeliano, por este tomar a essência objetiva estranhada como sendo um problema a ser resolvido somente pela consciência-de-si²², isto é, “Toda a reapropriação da essência objetiva estranha aparece, então, como uma incorporação na consciência-de-si; o homem apoderado de sua essência é *apenas* a consciência-de-si apoderada da essência objetiva. O retorno do objeto ao si é, portanto, a reapropriação do objeto.”

O filósofo abstrato – Hegel – fará uma análise abstrata da concepção do homem alienado, como Marx nos elucidada:

O filósofo – portanto, ele mesmo uma figura abstrata do homem estranhado – se coloca como medida do mundo estranhado. Toda a *história da exteriorização* e toda a *retirada (Zurucknahme)* da exteriorização não é, assim, nada além da *história da produção* do pensamento abstrato, do [pensar] absoluto [...] O *estranhamento*, que forma, portanto, o interesse intrínseco dessa exteriorização e a supra-sunção dessa exteriorização, é a oposição do *em-si* e [d]o *para-si*, de *consciência* e *consciência-de-si*, de *objeto* e de *sujeito*, isto é, a oposição do pensar abstrato e da efetividade sensível ou da sensibilidade efetiva no interior do pensamento mesmo. (MARX, idem, p.121, grifos no original)

Todavia, apesar da crítica que Marx (2008) elabora a Hegel acerca da concepção da alienação, associada à déia do espírito absoluto, entendemos a partir de Konder (2009) que, Marx, ao mesmo tempo, não deixa de reconhecer a relevância da elaboração hegeliana sobre a alienação, pois, por meio da crítica ao sistema hegeliano, foi possível a construção do salto em direção ao revolucionário sistema marxiano acerca da teoria da alienação. Ilustramos esse posicionamento, com as próprias palavras de Marx (idem, 132), onde este afirma que, “Há agora que apreender os momentos *positivos* da dialética hegeliana – no interior da determinação do estranhamento.” (grifos no original).

Destaca Konder (2009, p.29-30), com efeito, ser Hegel “o legítimo pai do conceito marxista [de alienação]. E o conceito marxista, seu descendente imediato, embora tivesse de

²² Conforme Marx (idem, p.125-6), a *consciência-de-si* expressa-se da seguinte maneira: “1) que o objeto enquanto tal se apresenta à consciência como evanescente; 2) que é exteriorização (*Entausserung*) da consciência-de-si que põe a coisidade (*Dingheit*); 3) que esta exteriorização tem significado não somente negativo, mas também *positivo*; 4) ela não o tem apenas *para nós* ou em si (*ansich*), mas também *ela própria*; 5) para *ela*, o negativo do objeto ou o próprio supra-sumir-se deste tem, desta maneira, significado *positivo*, ou ela *sabe* esta nulidade (*Nichtigkeit*) do mesmo, na medida em que ela se exterioriza a si, pois nesta exteriorização ela *se* assenta enquanto objeto ou põe o objeto como a si mesma por causa da inseparável unidade do *ser-para-si* (*Fursichseins*); 6) por outro lado, situa-se nisto igualmente este outro momento: que ela também supra-sumiu e tomou de volta dentro de si esta exteriorização e objetividade, ou seja, em *seu* ser-outro *enquanto tal* está *junto de si*; 7) isto é o momento da consciência e, dentro dele, ela é a totalidade de seus momentos; 8) ela tem de, do mesmo modo, relacionar-se com o objeto segundo a totalidade de suas determinações, e tê-lo apreendido segundo cada uma delas. Essa totalidade de suas determinações faz do objeto *em si* a *essência espiritual*, e para a consciência isso vem a ser, em verdade, pelo apreender de cada determinação singular como [sendo uma determinação] do *Si*, ou através da relação *espiritual* para com elas, antes nomeada.” (grifos no original).

se desenvolver em oposição a ele, só pode superar integrando a si todos os elementos vivos do conceito hegeliano.”

Entretanto, entendemos que, de modo diferente da teoria marxiana, encontramos, em Hegel, a supervalorização da consciência como determinante absoluto com relação à problemática da alienação. Para explicitarmos essa acepção, lançaremos mão do seguinte raciocínio adotado por Konder (idem, p.30), quando este afirma que: “O conceito hegeliano de *alienação* acha-se estruturalmente comprometido com o sistema idealista de Hegel: a *alienação* aparece como fenômeno surgido na consciência e pela consciência.” (grifos no original).

Hegel acaba supervalorizando a alienação como um complexo supra-histórico, como afirma Konder (idem, p.30), “uma alienação que nasce com a história e somente há de morrer com ela, de maneira *que toda objetivação de trabalho humano, toda exteriorização humana, independente das condições materiais em que possa se realizar, lhe aparece como alienação.*” (grifos no original). Nessa mesma direção, percebemos ainda que “Marx observa que a *alienação*, em sua interpretação por Hegel, aparece menos como uma alienação do homem concreto do que como a *alienação de uma fantástica e abstrata autoconsciência humana.*” (KONDER, idem, p.30, grifos no original). Ou seja, Marx operou um salto quanto ao conceito hegeliano de alienação, como sublinha Konder, na seguinte passagem, “Hegel não pôde superar as limitações de uma perspectiva ainda burguesa e, por isso, não enxergou as possibilidades históricas do trabalho material humano.” (KONDER, idem, p.30)

Assim como Marx compreendeu e revolucionou a dialética hegeliana, também o fez com o conceito hegeliano de alienação, pois foi necessário, para Marx, compreender criticamente o método e a teoria desenvolvida por Hegel, para depois poder superá-los. Queremos dizer que “a dialética hegeliana estava de cabeça para baixo; para poder utilizá-la, Marx precisou recolocá-la sobre seus próprios conceitos”. (KONDER, 2009, p.30). E ainda, “Para poder utilizar o conceito de *alienação*, Marx precisou arrancá-lo dos quadros da filosofia hegeliana, precisou libertá-lo da acepção metafísica que assumira dentro daqueles quadros, decompondo-o, atribuindo-lhe novo conteúdo e dando-lhe novas dimensões.” (KONDER, idem, p.30, grifos no original). Por isto mesmo, reiteramos, juntamente com Konder (idem) que:

Marx incorporou e assimilou criticamente ao seu próprio conceito de *alienação* o que havia de vivo, de concreto, de metodologicamente justo no exame da *alienação* realizado por Hegel. E mais: pode-se dizer que, para poder superar Hegel, Marx se viu obrigado a utilizar nesta superação as conquistas básicas que devia ao próprio

método hegeliano. [...] o conceito hegeliano de alienação cedeu lugar ao conceito marxista. (KONDER, idem, p.31, grifos no original)

Isso posto, tentamos nos aproximar da concepção marxiana de alienação, tão bem perscrutada pelo autor em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. Marx (2008) entende o complexo do trabalho como a categoria fundante do ser social, formado por dois complexos inseparáveis, entretanto, distintos. Demarcando a distinção entre os dois momentos do trabalho, demarca que, na sociabilidade regida pela subsunção do trabalho ao capital, o processo de objetivação e exteriorização se transforma em estranhamento (alienação).

O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entausserung*). (MARX, idem, p.80, grifos no original)

Servo de sua objetivação, o trabalhador se transforma em servo do seu *objeto do trabalho* e dos seus *meios de subsistência*, conforme analisa Marx (idem, p.81-2): “para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como *sujeito físico*. O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador.” (grifos no original).

Dessa maneira, no ato de trabalho, presenciamos o processo de objetivação. A forma como esse primeiro momento retorna para o indivíduo denominamos de exteriorização do trabalho. Assim, Marx (2008) explica detalhadamente como funciona esse processo de alienação asseverando que, na sociabilidade capitalista, o trabalho é estranho ao indivíduo “isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não se desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito.” (MARX, idem, p.82, grifos no original).

Essa forma de atividade histórica e social é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação dos indivíduos que realizam um trabalho na sociabilidade do capital, onde praticamente suas funções humanas se reduzem às funções dos animais. Como analisa Marx (idem):

Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando

muito ainda na habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. (MARX, idem, p.83)

Nessa mesma direção, o filósofo continua suas considerações sobre o processo de degenerescência humana vivenciada pelos indivíduos na sociabilidade capitalista, destacando que “Comer, beber e procriar, etc., são também, é verdade, funções genuína [mente] humanas. Porém na abstração as separa da restante esfera da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais.” (MARX, idem, p.83).

Em consonância com os fundamentos ontológicos expostos sobre o trabalho alienado, Marx (2008) analisa com profundidade o caráter da vida genérica humana no contexto da exploração do homem pelo homem peculiar à sociabilidade de classes:

primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida aparece como caráter só de *meio de vida*. (MARX, idem, p.84, grifos no original)

Essa forma de sociabilidade, onde o trabalho é subsumido ao capital, permite que os indivíduos vivam simplesmente para manter sua existência física. Ou seja, através da objetivação do trabalho estranhado que retorna para o indivíduo em forma de exteriorização alienada, evidenciamos a presença da deformação das personalidades dos indivíduos²³.

Voltando para nossa análise em torno do trabalho alienado na obra marxiana, identificamos que, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx divide, didaticamente, o complexo do estranhamento (alienação) no trabalho, para efeito de facilitar a explicação desse complexo em sua profundidade e radicalidade. É oportuno destacar que, na realidade, essa divisão tem como função primordial, facilitar a compreensão do trabalho alienado, pois, trata-se de várias dimensões de um mesmo processo socialmente e historicamente construído.

Dessa maneira, o autor pontua e analisa o complexo do estranhamento (alienação) passando pelas dimensões do trabalho alienado que privilegia a criatura em detrimento do criador, contribuindo para o processo de mortificação dos indivíduos; identificando, assim, o estranhamento do trabalhador em relação ao produto, ao processo de produção, ao gênero humano e aos outros homens. Daí, somos levados a depreender que todo esse processo socialmente construído vai redundar no estranhamento (alienação) do indivíduo em relação a ele próprio.

²³ A relação entre a alienação e o desenvolvimento e/ou deformação das individualidades humanas será mais sistematicamente discutida no próximo capítulo desta dissertação.

Marx (2008) inicia a análise da problemática em tela com os dois primeiros aspectos do trabalho alienado, enfatizando que o objeto produzido pelo trabalhador na sociedade do capital volta-se contra ele mesmo, uma prova inconteste de que, no capitalismo, o objeto passa a ser primordial, enquanto o sujeito passa a ser secundário. A criatura, na sociabilidade burguesa, é o que tem valor, em detrimento do criador. Ao mesmo tempo, a produção desse objeto assume uma dimensão violenta, ao ponto de o trabalhador não se realizar no seu próprio trabalho. Sendo assim, o trabalho estranhado como o ato da produção é um trabalho de sacrifício, de mortificação. Em outras palavras, o trabalhador não consegue se reconhecer na objetivação do seu produto e nem tão pouco na produção do seu trabalho.

Vejam, nessa passagem de Marx (*idem*), o que ocorre na relação alienada entre o trabalhador com o produto do seu trabalho:

(1) A relação do trabalhador com o *produto do trabalho* como a um objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza como a um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. (MARX, *idem*, p.83, grifos no original)

No segundo momento, o trabalhador, no ato de sua atividade produtiva, realiza uma atividade de auto-castração. A potência da produção é a impotência do trabalhador, o desenvolvimento da produção é também o empobrecimento físico e espiritual do trabalhador. Prosseguindo, Marx (*idem*) identifica que:

2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do trabalho. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não lhe pertence a ele. (MARX, *idem*, p.83, grifos no original)

Após a caracterização das duas primeiras formas do trabalho alienado em relação ao produto e à produção, Marx (2008) passa para a análise da dimensão do gênero humano em relação ao trabalho alienado, na estrutura de expropriação da sociabilidade do capital, afirmando que, neste modelo de sociabilidade, o trabalhador revela o quanto a vida se transforma simplesmente em meio de vida. Assim, Marx elucida que:

o trabalhador se *apropria* do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos *meios de vida* segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser *meio de vida* no sentido imediato, meio para subsistência física do trabalhador. (MARX, *idem*, p.81, grifos no original)

É oportuno identificarmos que por causa desse duplo sentido do trabalho, o trabalhador, numa condição de alienação, se torna prisioneiro do próprio objeto produzido por ele. O trabalho alienado permite que a vida produtiva dos trabalhadores apareça apenas como meio de satisfação das necessidades voltadas e limitadas à questão da sobrevivência, ou seja, um meio de manter a existência física dos trabalhadores, praticamente tolhendo seu desenvolvimento espiritual. Por isso, os indivíduos não se reconhecem enquanto membros partícipes do gênero humano. Todavia, não perdem esta sua condição de seres genéricos, como explicita Marx, asseverando o caráter da genericidade humana, visto que os indivíduos fazem a história, mesmo sem ter consciência de que a fazem,

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. (MARX, idem, p.84, grifos no original)

Apesar da imposição do trabalho alienado, intensificado com a sociedade capitalista, compreendemos que o homem é um ser genérico por ter a capacidade de transformar a causalidade dada em causalidade posta e fazer a própria história do ser social, não mais produzindo, diante do real, respostas cegas-mudas-surdas. Apesar das possibilidades de escolhas dentre alternativas serem bem restritas no campo da exploração do trabalho realizada entre os próprios homens; ou, dito de outro modo, por mais que a lógica perversa do capital invista de forma desmesurada na redução da consciência dos trabalhadores, as ações dos indivíduos não podem ser manipuladas por completo, tendo em vista que a história construída ao longo dos tempos é dinâmica e contraditória.

Com isso, podemos apontar para possibilidades de superação, inclusive dentro da lógica da subsunção do trabalho ao capital. Um caso exemplar é a ação de trabalhadores que conseguem se organizar para lutar por melhores condições de trabalho e pela superação desta sociabilidade. É um ato contra a lógica de manipulação e de exploração do trabalho alienado, ou seja, da objetivação e exteriorização em sua forma de alienação.

Nesse sentido, conforme Marx (idem, p.85), o trabalho estranhado (alienado) faz do ser genérico “*do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser *estranho* a ele, um meio de sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua a sua essência espiritual, a sua essência humana.” (grifos no original).

Em seguida, Marx (2008) analisa outra dimensão do trabalho alienado. Trata-se da exploração do homem em relação aos outros homens. O indivíduo-trabalhador não se reconhece no outro indivíduo-empresário, ao contrário, este para o trabalhador não passa de um patrão, um concorrente, um inimigo, um opressor. Da mesma maneira que, na estrutura estranhada, o proprietário dos meios de produção não se importa e não se reconhece nos trabalhadores. Se o homem não se reconhece nele mesmo, evidentemente, o outro significa algo externo; estranho e sem valor. A aparência é priorizada em detrimento da essência nas relações dos indivíduos entre si.

Marx (idem), brilhantemente, analisa as relações entre os indivíduos no seio da lógica da problemática da alienação, demonstrando que a realização do trabalho alienado na sociabilidade de classes não contribui para o desenvolvimento genuíno das relações humanas:

4) uma conseqüência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o *outro* homem. O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem como outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem. (MARX, idem, p.85-6, grifos no original)

A imposição da limitação – ao desenvolvimento – da vida genérica dos indivíduos pela sociabilidade alienada da reprodução do capital representa a própria alienação da vida humana entre os indivíduos. Isto é, a carência de sentidos produz subjetividades, também, carentes de sentidos e fundamentadas pela lógica do ter em detrimento do ser. Cabe aqui, colocar a seguinte questão: como podemos possibilitar o desenvolvimento autêntico dos homens em relação aos outros homens numa sociabilidade que reproduz a alienação entre os indivíduos? Marx entende esses limites construídos pela sociedade de classes, como um processo contraditório e histórico da própria reprodução social que fundamenta a lógica estrutural do capital e, ao mesmo tempo, como algo não inerente à natureza que fundamenta ontologicamente o ser social, logo possível de ser superado.

Dessa maneira, Marx (2008) faz questão de esclarecer minuciosamente o processo de alienação existente na relação entre os homens na sociabilidade de classes, que se manifesta na relação com ele próprio e com os outros homens:

a relação do homem consigo mesmo lhe é primeiramente *objetiva, efetiva*, pela sua relação com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. (MARX, idem, p.86-7, grifos no original)

O trabalhador alienado na sua relação com os outros homens e com ele mesmo estabelece um processo de não reconhecimento em-si e com os outros. Pois, os indivíduos na sociabilidade da subsunção do trabalho ao capital não se sentem como membros partícipes do gênero humano, em virtude dos níveis agravantes de alienação impostos aos trabalhadores, de maneira que suas funções humanas praticamente são reduzidas às funções dos animais como: beber, comer e procriar.

Nesse escopo, Marx analisa o importante papel da propriedade privada no processo de desenvolvimento da problemática da alienação. Como uma consequência necessária ao desenvolvimento das forças produtivas, surge a sociabilidade de classes e, com ela, a mediação histórica e social da propriedade privada atrelada ao trabalho alienado. Por isso, o nosso autor destaca que a essência da propriedade privada e sua relação com os indivíduos está atrelada à formação da sociabilidade de classes em um dado contexto histórico e, de forma alguma, a problemática da alienação se configura em mediação inerente à natureza humana, embora tenhamos ressaltado que os níveis de degradação da essência humana são intensificados com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Na mesma linha desse raciocínio, Marx (2008, p.89) explica que “como resultado necessário desta relação, encontramos a *relação de propriedade do não-trabalhador com o trabalhador e [com] o trabalho*. A propriedade privada, como a expressão da vida material, resumida, do trabalho exteriorizado”. (grifos no original). Outrossim, o nosso autor prossegue sua análise sobre essa formação alienada e historicamente construída, ressaltando que a propriedade privada “abarca as duas relações, a *relação do trabalhador com o trabalho e com o produto do seu trabalho* e com o não-trabalhador, e a *relação do não-trabalhador com o trabalhador e [com] o produto do trabalho deste último*.” (MARX, idem, p.89, grifos no original).

Para Marx, a formação da propriedade privada é consequência necessária para o florescimento do trabalho alienado. Somente com a compreensão da relação entre essas duas categorias históricas e sociais poderemos apontar perspectivas para emancipação humana universal, pois presenciamos que nessa relação, a alienação “está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação.” (MARX, idem, p.89)

Sendo a propriedade privada uma consequência necessária para o desenvolvimento do trabalho alienado, entendemos que o salário também é uma mediação

necessária para o agravamento do estranhamento do trabalho. Daí, Marx esclarece a identidade entre a natureza do salário e a propriedade privada:

também reconhecemos que *salário e propriedade privada* são idênticos, pois o salário (onde o produto, o objeto do trabalho, paga o próprio trabalho) é somente uma consequência necessária do estranhamento do trabalho, assim como no salário também o trabalho aparece não como um fim em si, mas como servidor do salário. (MARX, idem, p.88, grifos no original)

Desse modo, a propriedade privada pode ser compreendida a partir da alienação, pois os fundamentos desta demonstram que a propriedade privada surge da relação do desenvolvimento da humanidade com o trabalho alienado. Com efeito, Marx analisa a extrema relevância de se compreender o conceito de trabalho alienado para o entendimento de vários desdobramentos categoriais necessários à manutenção da sociabilidade de classes,

Assim como encontramos, por *análise*, a partir do conceito de trabalho *estranhado, exteriorizado*, o conceito de *propriedade privada*, assim podem, com a ajuda desses dois fatores, ser desenvolvidas todas as *categorias* nacionalmente econômicas, e haveremos de reencontrar em cada categoria, como por exemplo do regateio, da concorrência, do capital, do dinheiro, apenas uma *expressão determinada e desenvolvida* desses primeiros fundamentos. (MARX, idem, p.89, grifos no original)

Marx (2008) destaca ainda três pontos relevantes para a compreensão da problemática da alienação manifestada entre os indivíduos, ressaltando inicialmente que não só o trabalhador apresenta exteriorizações alienadas, mas também os não-trabalhadores, ressaltando que “tudo o que aparece no trabalhador como *atividade da exteriorização, o estranhamento*, aparece no não-trabalhador como *estado da exteriorização, do estranhamento*.” (MARX, idem, p.90, grifos no original).

Um segundo aspecto é o comportamento do indivíduo trabalhador e do indivíduo não-trabalhador, sobre o qual Marx evidencia que “o *comportamento efetivo*, prático do trabalhador na produção e com o produto (como estado espiritual) aparece no não-trabalhador que está diante dele como *comportamento teórico*.” (MARX, idem, p.90, grifos no original).

Um terceiro aspecto dessa relação de violência e exploração, entre o trabalhador e o não-trabalhador, denota que “O não-trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador.” (MARX, idem, p.90). Isto é, a condição de alienação do não-trabalhador é cômoda, enquanto o trabalhador vai sendo oprimido e submetido a sua própria mutilação por meio do trabalho alienado.

Esse ponto é de fundamental importância para que possamos compreender os fundamentos ontológicos da alienação na sociabilidade de classes, uma vez que Marx explicita que a relação entre os indivíduos no processo de subordinação do trabalho ao capital, não é desenvolvida numa perspectiva que aponte para além da formação de personalidades particulares. Os níveis de exploração realizados pelos capitalistas, em relação aos trabalhadores, são realizados com o máximo de expropriação de valor excedente que fundamenta a mais-valia.

Para tanto, é mister, compreendermos a mercadoria força de trabalho com duas características inerentes a sua perpetuação na relação capitalista de produção, como elucidada Mendes Segundo (2005), a partir de Marx:

a força de trabalho é uma mercadoria, possui também valor de uso e valor de troca, acompanhado do seu conjunto de características, composto do trabalho em geral e do trabalho abstrato, reduzido a equivalentes de trocas, como o tempo de trabalho socialmente necessário. Ou seja, o produto do trabalho do homem torna-se uma mercadoria e, conseqüentemente, um valor quando se destina à troca, à venda. Nessa relação de troca, todos os trabalhos concretos são reduzidos simplesmente a trabalho, resultante do trabalho abstrato, assalariado, explorado. Marx explica o trabalho concreto como sendo aquela categoria ontológica, fundante, existente em qualquer sociabilidade, em que o trabalho do homem é o componente geral na sua mediação com a natureza. (MENDES SEGUNDO, idem, p.37)

Nesse contexto, identificamos que a mercadoria força de trabalho, apresenta uma dupla dimensão, ou seja, nessa relação de troca, o valor de uso é subsumido ao valor de troca, assim como o trabalho concreto é subsumido ao trabalho abstrato, assalariado, explorado e alienado. Sobre a complexidade deste, Mendes Segundo (idem), explica o papel do trabalho abstrato de acordo com Marx:

Marx atribui ao trabalho abstrato a forma histórica de igualação ou socialização dos diversos trabalhos privados na relação de troca. Numa economia de mercado, igualam-se os diferentes produtos criados pelos trabalhos executados pelas diferentes profissões (a exemplo do alfaiate e tecelão), reduzidos à mesma qualidade de dispêndio de energia, embora diferenciados quantitativamente, pelo tempo de duração despendido para produzir determinada mercadoria. (SEGUNDO, idem, p.30)

Marx (2006), no Capítulo V de *O Capital*, explicita os níveis degradantes de exploração dos trabalhadores, como, por exemplo, o controle da produção realizado pelos capitalistas. Com o intuito de extrair ao máximo a taxa de mais valia proveniente do trabalho excedente, ou seja, o trabalho não pago aos trabalhadores:

O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-

prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível a execução do trabalho. (MARX, idem, p.209)

No capitalismo, as relações entre os indivíduos são valorizadas pela força de trabalho transformada em mercadoria, como uma coisa qualquer disponível para quem tem condições de comprá-la. No caso dos trabalhadores, eles têm somente sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria, e assim, explorada sob a forma de mais-valia por meio do trabalho abstrato²⁴. A burguesia se apropria do trabalho excedente, pagando ao trabalhador, o estritamente necessário para que sua força de trabalho possa se reproduzir. Como explica, mais uma vez, Mendes Segundo:

A lógica da exposição de Marx sobre a teoria do valor ao fazer primeiro a redução qualitativa e só depois a quantitativa é para demonstrar e combater os críticos da teoria do valor, que atribuíam ao trabalho qualificado a condição de criador de mais-valia, não percebendo que, na verdade, o que estava presente na criação da mais-valia era o trabalho abstrato. Ao fazer esse desdobramento, Marx, segundo Teixeira, constata que só haverá trabalho abstrato se operar ao mesmo tempo uma redução qualitativa e quantitativa. (MENDES SEGUNDO, 2005, p.38)

Marx (2006) explica essa relação do indivíduo como coisa, também no Capítulo V de *O Capital* – explicando que: “O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.” (MARX, idem, p.210). Assim, a força de trabalho é coisificada, ao ponto dos trabalhadores serem obrigados a vendê-la para conseguir sua subsistência.

No mesmo Capítulo, Marx (2006, p.218) analisa a taxa de produção da mais-valia, afirmando que: “o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não se pode receber um, sem transferir o outro”. Assim, tratando a lógica da reprodução das mercadorias aplicada à relação entre os indivíduos, temos a existência da exploração do trabalho expressa pelo processo de extração da taxa de produção da mais-valia. A burguesia não quer produzir só valor de uso e, também, não quer produzir só valor de troca, mas quer produzir valor de troca acrescido de valor excedente, fruto da extração de mais-valia.

²⁴ Conforme Mendes Segundo (2005, p.37), fundamentada em Marx: “O trabalho abstrato é uma categoria específica da forma histórica da organização da produção capitalista, em que o dispêndio fisiológico de energias físicas ou intelectuais do trabalhador é apropriado pelo capitalista como único fator capaz de criar mais-valia. É na relação com o capital que a força de trabalho demonstra ser uma mercadoria especial, pois é a única a possuir o caráter de se autovalorizar e criar uma fonte de energia excedente (mais-valia) apropriada por quem detém os meios de produção, no caso, os capitalistas.”

Ou seja, na relação entre capitalista e trabalhador, temos a produção de riqueza para o primeiro, enquanto o segundo sofre as consequências de uma vida miserável advinda da exploração do trabalho. Pois, como insiste Marx (2006), a exploração dos trabalhadores e a reificação dos indivíduos representam a expressão do sentimento de felicidade para os capitalistas. É, por conseguinte, que presenciamos a reificação das relações entre os indivíduos, onde a exploração e a mortificação dos trabalhadores significam o gozo e a alegria para os não-trabalhadores. Impelidos pela lógica da acumulação, estes últimos só podem preocupar-se em embutir valor excedente na mercadoria comprada, consumida e, depois, vendida com mais valor, fruto da exploração do trabalho. Como bem identifica Marx, “A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor.” (MARX, idem, p.218)

Marx esclarece que isso ocorre na sociedade capitalista de maneira legítima e justa para a legalidade burguesa. No final de todo o processo de expropriação da força de trabalho dos trabalhadores, pelas vozes da sociabilidade burguesa, os não-trabalhadores ainda são ironicamente, definidos como os responsáveis pela criação da riqueza material socialmente produzida pelos indivíduos que efetivamente trabalham.

Na esteira desse posicionamento, Mendes Segundo (2005) recupera, em Marx, a duplicidade do trabalho:

Marx explica o duplo aspecto do trabalho, trabalho concreto útil, cuja função é criar valores de uso, e trabalho abstrato, que produz valor e a mais-valia para aquele que compra a mercadoria trabalho. Quando o processo da relação de troca se realiza, se abstrai o trabalhador geral, com todas as suas determinadas especificidades ou profissões, e entra somente nessa relação de troca a mercadoria força de trabalho. (SEGUNDO, idem, p.38)

A efetivação da miséria da maioria dos indivíduos é condição objetiva para que a minoria possa usufruir de privilégios peculiares à exploração advinda da relação valor de uso subsumido ao capital. Com isso, ocorre o acesso plenamente desigual ao patrimônio historicamente acumulado e construído pela humanidade ao longo dos tempos. Isso se configura em mais uma consequência degradante proveniente da “diversão” dos capitalistas, isto é, de sua forma de usurpar a força de trabalho explorando os trabalhadores em detrimento do seu desenvolvimento genuinamente humano. Pois, a força de trabalho

vale mais na relação com capital do que fora dela; o trabalho como equivalente geral se valoriza e autovaloriza o capital. Entretanto, fora dessa relação, o trabalho, como

especialização, constitui apenas, do ponto de vista do capital, uma utilidade necessária ao homem na sua sobrevivência. (MENDES SEGUNDO, idem, p.38).

Com efeito, Marx (2006) salienta, de forma pertinente, que o sorriso jovial do capitalista dar-se-á à custa da exploração dos trabalhadores:

nosso capitalista recobra sua fisionomia costumeira com um sorriso jovial. Com toda aquela ladainha, estava apenas se divertindo às nossas custas. Deixa esses e outros subterfúgios e embustes por conta dos professores de economia pagos para isso. Ele é um homem pago que nem sempre pondera o que diz fora do negócio, mas sabe o que faz dentro dele. (MARX, idem, p.217-8)

Identificamos, outrossim, como Marx retoma em *O Capital* a alienação presente entre os indivíduos já posta em seus *Manuscritos de Paris*, pontuando a relação do trabalho alienado do trabalhador em relação ao não-trabalhador, e deste em relação aquele, contrapondo a felicidade dos possuidores do dinheiro e a mortificação dos não possuidores do dinheiro. Nesse sentido, as relações de exploração alienadas são desenvolvidas pela produção do valor contra o valor, ou seja, o valor de uso é subsumido ao valor de troca. Podemos concluir que o processo de produzir valor está diretamente relacionado ao valor excedente gerado por meio da produção de mais-valia. Com a expropriação do valor excedente de trabalho, temos a configuração explícita do trabalho não pago ao trabalhador e, ao mesmo tempo, tomado pelo capitalista.

É nesse contexto que Marx explica a relação existente entre a produção de valor e a produção de mais-valia:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo tempo. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). (MARX, 2006, p.220)

O valor excedente quantitativo de trabalho origina a prolongação do processo de trabalho em forma de mais-valia, ou seja, a expropriação da força de trabalho dos indivíduos pelos capitalistas. Nessa mesma linha de raciocínio, Marx (2006) nos esclarece a questão acima mencionada com a seguinte abstração: “a mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios, quanto no processo de produção de artigos de ouriveria.” (MARX, idem, p.22). Por meio do entendimento da extração de mais-valia, podemos compreender o processo de reprodução social no capitalismo que privilegia o mundo das coisas com a intensificação da fetichização das mercadorias. Esta contribui para a reificação

das relações entre os homens com o agravamento da extração de mais-valia. Então, a forma de reprodução social do capital, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, faz com que a produção das mercadorias pelo processo de trabalho e de produção de mais-valia não se converta em desenvolvimento das personalidades dos indivíduos para além de seus particularismos.

Por fim, ressaltamos que, no primeiro momento deste capítulo, explicitamos, com base na leitura ontológica do marxismo, que a categoria trabalho é a única capaz de fundar o salto ontológico no processo de continuidade e ruptura do ser orgânico para o ser social. Tentamos pontuar, ainda, a distinção entre teologia primária e teleologia secundária, causalidade dada e causalidade posta, assinalando o papel da consciência no processo do salto ontológico. No segundo momento do capítulo, analisamos, de maneira introdutória, a problemática da alienação, primordialmente na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. De forma muito preliminar, destacamos alguns aspectos do Capítulo V de *O Capital* para melhor compreendermos o agravamento das formas de exploração do trabalho operado pela produção de *valor excedente do trabalho*.

Após explicitarmos, durante o desenvolvimento desse capítulo, os pressupostos teóricos sobre o trabalho como categoria fundante do ser social e, no segundo momento, o trabalho alienado como um complexo socialmente e historicamente construído como uma necessidade da reprodução da sociabilidade de classes, realizaremos, na próxima sessão, um ensaio de compreensão sobre a problemática da alienação, expressão utilizada por Lukács, em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*. Nesse ensaio de compreensão, revisaremos os fundamentos ontológicos da problemática da alienação, com base na relevância dessa temática, considerando que, como assevera Mézáros (2009a), após Marx e Lukács: a *transcendência positiva da alienação* significa a própria superação da sociabilidade fundada na subsunção do trabalho ao capital. Então, a luta contra a problemática da alienação significa a luta em prol de perspectivas e possibilidades para a construção autêntica da emancipação humana.

3 LUKÁCS: OS TRAÇOS ONTOLÓGICOS GERAIS DA ALIENAÇÃO

Como anteriormente indicado, o presente capítulo constitui um ensaio de compreensão acerca dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação, explicitados no último capítulo da obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, de Lukács. Diante da complexidade e relevância da obra do referido autor com relação ao fenômeno da alienação, nos limites do nosso tempo e do alcance de nossa pesquisa, realizamos uma primeira aproximação com respeito aos *traços ontológicos gerais da alienação*.

Assim, organizamos esse momento da nossa pesquisa obedecendo à seguinte sistematização: a relação entre objetivação, exteriorização, alienação e alternativa; a relação entre sensibilidade, o ter e a alienação da sexualidade; a relação existente entre genericidade em-si e para-si, e a personalidade particular e não-mais-particular com a problemática da alienação. Ilustramos esta última relação, por seu turno, em dois sub-itens: a relação entre personalidade, arte e alienação; e, a relação entre o desenvolvimento do gênero, formas ideológicas e alienação. Por fim, tecemos algumas considerações acerca dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação.

Para tanto, nos apoiamos numa leitura imanente da obra referida do filósofo húngaro. Complementaremos nossa exposição, com as contribuições de Holanda (2005 e 2010) por meio de sua tese de doutoramento, *ALIENAÇÃO E SER SOCIAL: determinações objetivas e subjetivas*, como de seu artigo, *Lukács e o Estranhamento em Marx*. Vale destacar que essa autora realiza uma análise minuciosa de todo o capítulo quarto de *Para uma Ontologia do Ser Social*, enquanto nós restringimos nossa análise especificamente à primeira parte desse capítulo, para, a seguir, passarmos à reflexão acerca do papel da educação, frente à problemática da alienação, mormente no contexto da crise estrutural do capital.

Outra relevante contribuição, para a elaboração da fundamentação do capítulo em foco, diz respeito à análise empreendida por Costa, G. (2007), na obra *Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács*. Contamos, por fim, com os fundamentos teóricos da tese de Moraes (2007) acerca do relevante papel dos indivíduos presente na obra marxiana, intitulada, *As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de Individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx*.

Pela natureza necessariamente aproximativa da nossa investigação, durante o desenvolvimento deste capítulo, estaremos constantemente recorrendo a citações da obra de

Lukács, no esforço de guardar a máxima fidelidade às próprias e complexas concepções do filósofo húngaro.

Nesse contexto, revisitaremos as categorias objetivação e exteriorização como momentos fundamentais do processo de reprodução social na práxis humana, tanto por meio do complexo do trabalho, como também a partir de outros complexos sociais fundados pelo trabalho, como, por exemplo, a educação, pontuando em primeiro plano, que, no processo de reprodução social, a categoria alienação poderá vir a se manifestar (ou não), pois os indivíduos poderão vir a fazer um grande esforço – uma possibilidade – para se contrapor aos ditames da reprodução social engendrada na sociabilidade de classes, mesmo compreendendo que as condições objetivas têm prioridade ontológica nesse processo.

Buscaremos também situar a categoria da alternativa, considerando que, por meio desta, podemos compreender como foi possível o desenvolvimento do ser social fundado pelo trabalho, ou seja, o salto ontológico do reino orgânico para o reino do ser social.

Outra categoria fundamental para compreendermos as bases ontológicas da alienação é a sensibilidade. Segundo Lukács (1981), fundamentado em Marx nos *Manuscritos de 1844*, por meio da compreensão da sensibilidade, podemos perceber os níveis de degradação dos processos de alienação refletidos nos sentidos humanos. Essa degradação está diretamente relacionada à categoria do ter que, através do desenvolvimento das forças produtivas e do desenvolvimento das capacidades humanas, não se traduz necessariamente em benefícios para o desenvolvimento das personalidades dos indivíduos.

De fato, a partir de Moraes (2007), em seu estudo acerca da problemática da individualidade em *O Capital*, podemos apontar o tratamento dado aos indivíduos diante da complexificação dos níveis crescentes de alienação permeados pela categoria do ter:

Os indivíduos o que são? Tornam-se meros cambistas e indiferentes, humanamente falando. A diversidade dos conhecimentos e habilidades engendradas pela atividade humana necessárias à produção de riqueza perde seu significado, pois a lógica da equivalência como pressuposto do intercâmbio social cancela a diferença entre homens e coisas – tudo se torna mercadoria. Não importa o indivíduo Paulo, Pedro, João com seus atributos humanos, com sua individualidade singular, os homens tornam-se meras personagens econômicas nas figuras do capitalista e do trabalhador, de forma que suas individualidades encontram-se reduzidas a meros momentos do processo reprodutivo do capital. (MORAES, idem, p.149)

Então, é justamente pela mediação do ter, engendrada pelos processos de alienação na sociabilidade de classes, que presenciamos os agravamentos dos processos de

coisificação dos indivíduos e de fetichização²⁵ da mercadoria. Por isso, mesmo diante de tamanho desenvolvimento das forças produtivas e de tão notável desenvolvimento das capacidades humanas, prepondera a alienação mediada pela categoria do ter e pela subsunção do valor-de-uso ao valor-de-troca²⁶. No âmago desse processo, o homem é um mero suporte para a produção do valor e valorização do valor, o que se reflete na degradação das personalidades dos indivíduos.

Lukács (1981) introduz sua análise sobre os fundamentos ontológicos da alienação, evidenciando que esta não é uma condição humana inerente aos indivíduos e, conseqüentemente, como todo complexo histórico, as alienações assumem características peculiares a cada sistema sócio-econômico específico de um dado momento da reprodução social, configurando-se, dessa maneira, como um complexo histórico que pode vir a ser superado ou agravado.

Nas palavras do próprio Lukács (1981), devemos entender a alienação como

um fenômeno exclusivamente histórico-social que apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, a partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras. Logo, a sua constituição não tem nada a ver com uma *condition humaine* geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica. (LUKÁCS, idem, p.01, grifos no original)

Nessa linha de raciocínio, Holanda (2005), referindo-se à concepção de Lukács, quanto ao caráter histórico da alienação, assim se expressa:

Sua concepção, alicerçada nos princípios ontológicos fundamentais de Marx, considera ser este um fenômeno – a exemplo dos demais fenômenos do mundo dos homens – portador de continuidade histórica. Mas nenhum deles é tão universal no tempo quanto a alienação, categoria que ao longo do desenvolvimento econômico-social tem se apresentado sob diferentes formas e conteúdos. (HOLANDA, idem, p.25)

Após introduzir a problemática da alienação em seu caráter essencialmente histórico-social, Lukács vai explicitando seu afastamento em relação à concepção idealista de Hegel sobre alienação. Prova disso é que o texto do filósofo húngaro referente à alienação

²⁵ As categorias do fetichismo, do valor-de-uso e do valor-de-troca já foram discutidas, brevemente, no primeiro capítulo. Entretanto, sempre que oportuno, serão mencionadas ao longo do presente capítulo, por se tratarem de desdobramentos imbricados na lógica dos fundamentos onto-históricos da alienação atrelado ao processo de subsunção do trabalho ao capital.

²⁶ Moraes (2007, p.149), em sua tese de doutorado, esclarece a relação existente entre a produção de valor e a negação dos indivíduos na sociabilidade capitalista: “a forma capitalista de produção, isto é, o conjunto de relações sociais de produção, aprisiona o homem numa forma de vida em que ele é mero suporte para a produção de valor e de valorização do valor, uma forma social na qual a vida genérica efetiva-se como negação da realização da atividade humana consciente e livre, e, por consentâneo, da negação de uma individualidade efetivamente livre e universal.”

encontra-se permeado de longas citações, em diversos momentos, de várias obras de Marx²⁷, demonstrando, com isso, sua fidelidade a teoria marxiana.

Vejamos então uma passagem do próprio Lukács (1981), na qual põe em destaque a crítica que Marx faz a Hegel sobre a concepção hegeliana de alienação:

A interpretação do problema tem em Hegel raízes lógico-especulativas, ela deve conduzir a fundar o pensamento absoluto, cuja encarnação adequada – mas levada até o fim com coerência, somente no sentido negativo – é o sujeito-objeto idêntico. Logo, as alienações expostas por Hegel na Fenomenologia (por exemplo, riqueza, potência do estado, etc.) seriam pela sua própria natureza, simplesmente alienações “do pensamento filosófico puro, ou seja, abstrato”. (LUKÁCS, idem, p.02).

Lukács situa, muito claramente, essa problemática acerca da concepção de Hegel, afirmando que, em Marx: “a objetividade não é um produto posto pelo pensamento, mas algo ontologicamente primário, uma propriedade originária de todo ser, inseparável do ser (que o correto pensamento não pode pensar separado).” (LUKÁCS, idem, p.02). Todavia, o pensamento do filósofo idealista inverte o processo de desenvolvimento da alienação, uma vez que na análise hegeliana, um problema que é de ordem histórico-social recebe um tratamento no plano do desenvolvimento meramente espiritual, como se tudo pudesse ser resolvido por meio do processo de autoconsciência. Ou seja, bastaria aos indivíduos se conscientizarem para que a problemática da alienação fosse solucionada. Isto demonstra que a concepção hegeliana trata esse complexo de forma desconectada em relação à totalidade social.

Lukács, de maneira acertada, esclarece a relevância do correto entendimento acerca da concepção hegeliana de alienação, a fim de podermos entender com clareza a inversão idealista aí operada: “Somente sobre o fundamento desta restauração ideal do ser assim como é em-si, como reflete e se exprime adequadamente no pensamento, torna-se possível caracterizar em termos ontológicos a alienação real enquanto processo real no ser social real do homem”. (LUKÁCS, idem, p.03)

Lukács cita Marx, para ilustrar a crítica que este faz ao antagonismo existente no pensamento de Hegel²⁸ em relação à identidade entre sujeito-objeto no processo de alienação:

²⁷Dentre essas obras de Marx, Lukács cita, por exemplo: *Manuscritos econômico-filosóficos*; *O Capital*; *Miséria da Filosofia*; *Sagrada Família*; *Grundrisse*; *Salário, Preço e Lucro*; *Questão Judaica*; *Crítica a filosofia do direito em Hegel*; dentre outras.

²⁸ Costa, G. (2007, p.36) analisa o posicionamento de Lukács sobre a concepção de alienação em Hegel, afirmando que: “Para o autor húngaro, não há consistência na apropriação idealista hegeliana; ao contrário disso, seu ponto de vista expõe a explicitação da objetividade do ser social e sua base ontológico-real como momentos efetivamente existentes no mundo objetivo. Não resta, assim, qualquer possibilidade de que o homem possa ser concebido idealmente como autoconsciência, mediante a identidade sujeito-objeto. Portanto, as categorias essenciais deste ser são, também elas, seguramente objetivas.”

“Isso que vale como essência posta e que esconde a alienação não é que o ente humano se *objetive desumanamente* em oposição a si mesmo, mas, ao contrário, que ele se objetive *diferenciando-se e opondo-se* ao abstrato pensamento”. (LUKÁCS, idem, p.03, grifos no original). Nessa direção, podemos asseverar que não existe identidade entre sujeito e objeto, ou seja, um ente só pode ser se objetivando, pois um ente não objetivo é um não-ente. Com efeito, apreendermos a distinção entre sujeito e objeto, a partir da afirmação marxiana de que “um ente não objetivo é um não-ente”, pois esta é imprescindível para compreendermos o problema da alienação de maneira radical, ou seja, em seus fundamentos onto-históricos. Com estes, podemos entender que na relação sujeito e objeto existem dois momentos (objetivação e exteriorização) distintos para o desenvolvimento da práxis humana.

Como atesta COSTA, G. (idem, p.34), “Lukács se apóia em Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* quando, da sua crítica ao idealismo hegeliano sobre a redução da alienação ao pensamento abstrato, lógico-especulativo.” (grifos no original).

Como nos esclarece a mesma autora,

Marx se contrapõe a Hegel no sentido de que o segundo não vê na alienação um reflexo no pensamento da alienação humana existente no real, não uma categoria objetiva, mas puramente ideal. Uma postura derivada do fato de Hegel não ter conseguido apreender o homem como ser sensível, objetivo, mas como autoconsciência. (COSTA, G., idem, p.35)

Nesse sentido, por meio dos desdobramentos dos processos de objetivação e exteriorização na práxis humana, na sociabilidade erigida pela divisão de classes e, mais especificamente, na sociabilidade do capital, podemos entender como a exteriorização pode vir a se transformar em alienação. Por isso, Lukács (1981, p.03) explica o lugar da exteriorização dos indivíduos como um ato também objetivo, sensível e histórico, afirmando que: “Com isso resulta, todavia, determinado apenas o ‘lugar’ ontológico da alienação. A sua essência concreta, o seu lugar e significado no processo de desenvolvimento da sociedade aparecem, pois, em inúmeros contextos analisados no plano econômico tanto pelo Marx jovem, como pelo Marx maduro”.

Continuando esse raciocínio, leva-nos a entender que o problema da alienação não é específico do jovem Marx, exemplo disto ocorre quando o próprio Marx analisa a categoria que estamos discutindo, nas *Teorias sobre a mais-valia*, demonstrando que a referida problemática está presente também em suas obras de maturidade. Como bem salienta Lukács, citando Marx: “A produção pela produção não quer dizer outra coisa, senão o

desenvolvimento das forças produtivas humanas, portanto, *desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si*". (LUKÁCS, idem, p.04, grifos no original).

Além disso, é necessário esclarecermos que com o desenvolvimento das forças produtivas, a problemática da alienação se evidencia, contribuindo para a deformação da personalidade dos indivíduos, ou seja, constituindo um relevante obstáculo para a transformação da personalidade particular em personalidade não-mais-particular. No entanto, mesmo no contexto de alienação, o desenvolvimento das forças produtivas implicou o desenvolvimento do gênero humano por meio da universalização das capacidades humanas e, conseqüentemente, as individualidades se elevaram em relação ao ser meramente orgânico. Com esse entendimento, identificamos o evoluir de um processo histórico em que a maioria dos indivíduos é sacrificada pela falta de oportunidades ao acesso do patrimônio historicamente acumulado pela humanidade.

Lukács, apoiado em Marx denomina esse manifesto contraditório de antítese dialética da alienação.

Essa antítese é explicitada da seguinte maneira: o desenvolvimento das forças produtivas provoca uma contradição inevitável. Ao mesmo tempo em que, por um lado, temos o crescimento das capacidades humanas, por outro lado, presenciamos o processo de sacrifício dos indivíduos pelas forças produtivas no processo de subsunção do trabalho ao capital.

O autor circunscreve os limites ontológicos da problemática da alienação, situando-a como uma antítese dialética construída em cada contexto histórico específico ao longo dos tempos. Podemos evidenciar esse fato quando Lukács explica que o desenvolvimento das forças produtivas implica necessariamente o desenvolvimento das capacidades humanas, mas estas não produzem necessariamente o desenvolvimento das personalidades²⁹, muito pelo contrário, poderá vir a contribuir com o processo de (de) formação das personalidades dos indivíduos. Para o filósofo húngaro, aqui emerge plasticamente o problema da alienação.

Em decorrência desses posicionamentos, concordamos com a síntese elaborada por Costa, G. (2007), apoiada em Lukács, acerca da compreensão da categoria personalidade

²⁹ Costa, G. (2007, p.51) salienta que: "Os atos de objetivação possibilitam o desenvolvimento das forças produtivas enquanto mais precisamente pela exteriorização os homens se auto-reconhecem como pessoas, tendo início o processo de individuação e desenvolvimento das singularidades humanas em individualidades e personalidades. Esse duplo e indissociável processo, histórica e efetivamente existente, constitui o suporte ontologicamente concreto da separação abstrata que Lukács faz do processo de objetivação em objetivação e exteriorização, extraindo daí conseqüências amplamente significativas para apreensão da personalidade."

como um fundamento ontológico para o radical entendimento dos fundamentos da problemática da alienação:

No processo de reprodução social a divisão do trabalho se complexifica e expande o campo de possibilidades histórico-sociais concreto da personalidade. Mas esse movimento não está livre de alienações; a ação do desenvolvimento das forças produtivas sobre os indivíduos restringe o nível de desenvolvimento das personalidades. Relações sociais baseadas na exploração do homem pelo homem reduzem sentimentos e aspirações ao plano do ter e cerceiam a expansão da personalidade no sentido do para-si do gênero humano. (COSTA, G., idem, p.06)

Nesse contexto, Lukács (1981) cita Wright Mills para exemplificar essa antítese dialética, ilustrando como os processos destrutivos da alienação interferem no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, contribuindo para (de) formá-la:

Wright Mills, observando, no imediato, a moral, mas tendo em mente de fato, em definitivo, a desagregação da personalidade, descreve este fenômeno como segue: “O mal-estar moral do nosso tempo é devido ao fato de que os valores e os critérios morais de outros tempos não mais se apoderam dos homens da época dos grandes grupos econômicos, mas nem por isso foram substituídos por novos valores e critérios que atribuam um significado e uma sanção moral à vida e às carreiras que se desenvolvem nesse mundo dos grandes grupos”. (LUKÁCS, idem, p.06)

Lukács continua sua análise, acerca dos reflexos das forças produtivas na formação da personalidade dos indivíduos, apoiando-se em Ferguson para evidenciar os processos destrutivos da alienação manifestados já no trabalho da manufatura. Embora esta represente um progresso para o desenvolvimento econômico em relação ao artesanato, segundo o filósofo húngaro, os indivíduos que produzem na manufatura têm seus espíritos “totalmente reprimidos”. Na continuação deste posicionamento, Lukács (1981, p.06) citando Ferguson, afirma que “as manufaturas prosperam em máximo grau onde menos o espírito esteja envolvido e onde a oficina, sem particular esforço de fantasia, possa ser considerada como uma máquina cujas partes singulares sejam constituídas por homens”.

Portanto, de acordo com pensamento ontológico de Lukács, o processo de desenvolvimento das forças produtivas e de desenvolvimento das personalidades dos indivíduos não caminha, necessariamente, na mesma direção. Ao contrário, o primeiro contribui, muitas vezes, para a limitação do segundo. Segundo Costa, G. (idem, p.98), “A fragmentação do homem no processo produtivo limita o desenvolvimento das individualidades, como unidade objetiva e subjetiva, ao plano da particularidade, tornando o ter a única medida de sua liberdade.” Com efeito, o desenvolvimento da reprodução capitalista e das forças produtivas, cada vez mais, leva ao crescimento da desagregação da personalidade humana, o que pode ser evidenciado pelas diversas formas de exteriorizações

alienadas. Sobre os fundamentos ontológicos da alienação, até então explanados de forma geral e introdutória, nos debruçaremos mais cuidadosamente na próxima sessão.

3.1 Objetivação, exteriorização, alienação e alternativa

Conforme a concepção marxiana-lukacsiana, podemos salientar que os processos de objetivação e exteriorização são inerentes a todas as formas de práxis sociais, ou seja, desde a transformação do homem em ser social estão presentes esses dois complexos, os quais, embora distintos, são ineliminavelmente articulados. Precisamente por isso, afirmamos que objetivação e exteriorização são dois momentos inseparáveis no processo de constituição da práxis social³⁰. O ato da objetivação necessariamente implica em um retorno ao sujeito, assumindo a forma de exteriorização que poderá vir a se transformar (ou não) em alienação. Todo ato de objetivação corresponde a um ato de exteriorização, mas nem toda exteriorização se transformará necessariamente em alienação. Com essa afirmação, Lukács reafirma que a problemática da alienação é algo histórico e socialmente construído e não uma condição natural do homem, portanto, nessa linha de raciocínio, as formas de objetivação e exteriorização alienadas podem vir a ser superadas ou agravadas.

O complexo que interliga dialeticamente objetivação e exteriorização está diretamente relacionado ao desenvolvimento do processo de deformação da personalidade dos indivíduos. Conforme Holanda (2005, p.32) analisa: “Para Lukács, a verdadeira dialética entre objetivação e exteriorização corresponde, respectivamente, ao desenvolvimento das capacidades e da personalidade. Trata-se de dois momentos que no ato real são inseparáveis”. O núcleo dos fundamentos ontológicos da problemática em estudo repousa justamente na análise dessa complexa articulação dialética entre objetivação e exteriorização, na qual reside o próprio fundamento do ser social.

A esse respeito, Costa, G. (2007) revela a importância da objetivação e exteriorização para a compreensão, sobre o fundamento do trabalho, das mais diversas formas de expressão humana:

A exteriorização, assim como a objetivação, não está reduzida ao trabalho, nem mesmo ao complexo da economia; ela compõe as mais diversas expressões

³⁰ Segundo Costa, G. (idem, p.48), Lukács salienta que o complexo do “trabalho constitui a base ontológica objetiva de explicitação da personalidade, mas também atribui essa explicação ao inteiro conjunto das atividades humanas no cotidiano da vida social. Portanto, a explicação da personalidade e a tendência do homem quanto ao conhecimento de si mesmo no sentido da constituição do seu ser-para-si resultam do conjunto de suas atividades, da totalidade das relações sociais e manifestam-se nas mais diversas expressões humanas.”

humanas, sejam elas lingüísticas ou ideológicas, mediante as quais habilidade, criatividade, pensamentos e até sentimentos, via variadas mediações sociais, possam ser traduzidos em atos de natureza humano-social e assim revelar a personalidade do sujeito. Deste modo, objetivação e exteriorização, momentos indissociáveis do trabalho e da práxis humana geral, apresentam diversidade em seu modo de operar ao darem origem ao processo reprodutivo no duplo sentido da sociabilidade e da individuação. (COSTA, G., idem, p.49)

O desenvolvimento das capacidades humanas, relacionado à objetivação na sociabilidade de classes, não contribui obrigatoriamente para o desenvolvimento da personalidade³¹ dos indivíduos. Isto está relacionado diretamente com o papel da exteriorização. Vale destacar que os processos de exteriorização na sociabilidade de classes se transformam em alienação, impedindo os indivíduos de se desenvolverem para além do particularismo do gênero em-si. Sendo assim, a formação do complexo objetivação e exteriorização, na sociabilidade de classes, se desdobra em uma construção histórica e social alienada que reproduz uma formação de indivíduos com personalidades extremamente deformadas (ou não). Nessa linha de raciocínio, Morais (2007) explica que

entre as objetivações no plano genérico-humano e aquelas da particularidade histórico-social de uma dada forma de organização social será possível que o indivíduo afirme o desenvolvimento genérico negando a estrutura social dada ou vice-versa. As contradições, como vimos argumentando, podem ser conduzidas tanto na direção da autoconsciência do gênero humano, quanto na absorção da consciência pela faticidade fetichizada das relações sociais de dominação. (MORAIS, idem, p.150)

Desse modo, a alienação, mantendo os indivíduos circunscritos aos seus particularismos, inviabiliza, em última instância, o segundo salto ontológico do gênero humano, o qual traduziria o momento em que os homens conquistariam sua emancipação plena, efetivando o movimento em busca de suas personalidades não-mais particulares e, por conseguinte, superando a mudez e a surdez peculiares à formação do desenvolvimento das personalidades dos indivíduos na sociabilidade de classes.

É importante anotar que, sob a prioridade ontológica da totalidade, as personalidades individuais podem contribuir para a elevação do gênero humano, transformando o gênero humano em-si em gênero para-si. Em suma, mesmo diante dos impedimentos da alienação, o primeiro salto ontológico dos indivíduos para a constituição do ser social já foi construído. Resta-nos lutar para a efetiva construção do segundo salto ontológico. A partir da realização desse segundo salto na onto-história da humanidade, vale

³¹De acordo com Costa, G. (2007, p.29): “No processo de trabalho, realiza-se simultaneamente a objetivação do objeto e a exteriorização do sujeito humano, do que resulta um produto como materialização de um projeto previamente elaborado pelo homem. A personalidade se revela no produto do trabalho como expressão da exteriorização dos sujeitos no ato de criar novas objetivações”

ênfatizar, os indivíduos gozariam de oportunidades iguais de desenvolvimento a um nível de personalidade não-mais-particular. Esta possibilidade histórica está dada ao gênero humano, ou seja, poderá vir a efetivar-se por meio da luta objetiva no mundo dos homens – jamais, contudo, por determinação profética, como querem algumas correntes idealistas e religiosas.

Após a análise dessa antítese de fundo, Lukács (1981) retoma a discussão acerca da problemática da alienação abordando um conceito já explicitado no decorrer do desenvolvimento de sua obra que é o conceito de complexo fundante do ser social, ou seja, a categoria trabalho como o fundamento ontológico no processo de objetivação e exteriorização, esclarecendo: “O leitor certamente recordará que, enquanto Marx o tinha descrito com uma terminologia unitária ainda que variada, eu analiticamente a separei em objetivação e exteriorização (*Entauserung*). No ato real, em verdade, os dois momentos são inseparáveis”. (LUKÁCS, idem, p.07, grifos no original). O autor continua sua análise relembrando a novidade ontológica da presença dos indivíduos em cada processo de objetivação por meio das diversas formas de exteriorização.

Em consonância com esses conceitos, Lukács (1981, p.07) salienta o papel do sujeito no processo de objetivação e exteriorização:

enquanto os objetos da natureza como tais possuem um ser em-si, e o seu tornar-se-para-nós deve ser adquirido pelo sujeito humano por meio do trabalho cognoscivo, - ainda que isso, através de muitas repetições, torne-se, pois rotina, - a objetivação imprime de modo direto e material o ser-para-si na existência material das objetivações; este faz parte, agora, da sua constituição material, ainda que os homens que nunca tiveram contatos com aquele específico processo produtivo não sejam capazes de percebê-la.

Para o filósofo húngaro, não se trata simplesmente de dois aspectos (objetivação e exteriorização) do processo do trabalho³², mas de relevantes fundamentos ontológicos que constituem a essência da atividade propriamente humana. Sob esse prisma, podemos asseverar que, mesmo os indivíduos que não percebem conscientemente seus atos de objetivação e exteriorização fazem a história, embora não tenham consciência da importância desses atos. Dessa maneira, os processos de exteriorizações dos indivíduos estão diretamente relacionados às objetivações em cada atividade da práxis humana.

Nessa linha de raciocínio, Costa, G. (2007) afiança que a exteriorização é o fundamento ontológico para a alienação, negando, ao mesmo tempo, o pressuposto da identidade entre sujeito e objeto, entre objetivação e exteriorização. Por isso, afirma: “entre as

³² Sobre a relação entre trabalho e personalidade Costa, G. (2007, p.29) assevera: “pode-se ver uma efetiva conexão trabalho e personalidade como momento no qual, em todos os tempos, o sujeito deixa no objeto produzido a marca da sua capacidade individual, traços da sua individualidade.”

duas [objetivação e exteriorização] não há uma identidade; são manifestações distintas do processo real.

Lukács (1981) deixa claro que cada ato objetivo corresponde a um ato subjetivo, formando momentos distintos de um mesmo complexo social, constituindo a totalidade social. Por conseguinte, só podemos chegar à relação entre objetivação, exteriorização e alienação, quando conseguirmos compreender que a totalidade social assume prioridade ontológica no desenvolvimento histórico da humanidade. Contudo, esse fato não diminui a relevância do papel dos indivíduos que compõem essa totalidade social, como sujeitos históricos e sociais ativos na constituição dessa mesma totalidade. É nesse sentido e sem desprezar a prioridade ontológica do mundo objetivo, que podemos enfatizar a possibilidade da luta em prol da emancipação humana, vislumbrando um mundo onde cada indivíduo possa, efetivamente, se desenvolver em direção à formação de personalidades não-mais-particulares.

Em conformidade com os posicionamentos acerca do papel ativo dos indivíduos, Holanda (2005) apóia-se em Lukács para salientar que a ação dos indivíduos, em cada momento da história da humanidade, poderá vir a contribuir para reproduzir ou para denunciar a problemática da alienação, “seja consolidando determinado *status quo* econômico-social, seja se rebelando contra ele”. (HOLANDA, idem, p.35, grifos no original). Nesse ínterim, a exteriorização poderá vir a se transformar em alienação (ou não). Com isso, podemos chegar ao entendimento da essência complexa das mediações que giram em torno da alienação.

Continuamos com Holanda (2005), esclarecendo essa *antítese de fundo*³³ de extrema relevância para compreensão dos fundamentos ontológicos da alienação, onde a autora afirma que: “A exteriorização, ao contrário da alienação, é um momento positivo que dá origem à constituição da personalidade; ela corresponde ao momento de afirmação do homem enquanto partícipe do processo de objetivação.” (HOLANDA, idem, p.38)

Em decorrência disto, podemos anunciar que a problemática da alienação só pode ser compreendida em sua radicalidade se entendermos que o processo de exteriorização dos indivíduos é fundamental nesse processo onto-histórico. Em outras palavras, a alienação só poderá existir como um desdobramento histórico e social da exteriorização vinculado a uma dada totalidade social. Como explicita Holanda (idem, p.38): “no contexto da Ontologia de Lukács, ‘existe uma ligação bastante íntima’ entre esses dois momentos do processo de

³³ Como mencionamos anteriormente, esta expressão foi adotada por Lukács, com relação ao complexo objetivação, exteriorização e alienação e aos reflexos provenientes do desenvolvimento das forças produtivas.

trabalho, mas isto não muda a essência da coisa: ‘a alienação pode derivar somente da exteriorização’.”

Esse processo de exteriorização retorna ao indivíduo constituindo a formação de sua personalidade. Conforme Lukács (1981), nessa relação existe uma categoria anterior ao processo de formação da personalidade³⁴, que é a alternativa³⁵, esta tem sua gênese ontológica igualmente no complexo fundante do ser social.

Debruçando-se sobre a importância da categoria da alternativa, no próprio processo de criação do novo, Costa, G. (2007, p.57) postula:

Como mediação necessária à criação do novo, a alternativa age desde as formas mais simples do trabalho. Constitui os atos de escolha dos homens na realização das suas atividades diante das possíveis alternativas para cada situação concreta ante o desafio da matéria natural. A decisão entre alternativas existentes permite à consciência transformar em ato aquilo que potencialmente está contido na prévia ideação do sujeito. Nesse sentido, a alternativa está ligada à possibilidade de transformação de algo ainda não existente em existente.

Costa, G. (2007, p.59) analisa, a seguir, a relação existente entre o caráter concreto da alternativa e a formação da personalidade dos indivíduos explicitando que: “nas escolhas entre alternativas existentes se revela a personalidade de alguém; sua realização se traduz precisamente em momento da exteriorização do sujeito como pessoa e aí adquire realmente o caráter de ser social.” Com efeito, podemos concordar com Holanda (2005), quando esta autora marxiana-lukaciana explicita a categoria da alternativa como uma mediação de extrema relevância para compreendermos que os indivíduos podem se reproduzir alienadamente ou podem lutar em prol da emancipação humana.

Através da categoria da alternativa, identificamos, mais uma vez, que a alienação não é uma condição humana inerente aos indivíduos. Estes, diante de alternativas colocadas pelo mundo objetivo, podem recusar-se a agir meramente como um reprodutor da sociabilidade de classes. Dessa forma, Holanda (2005) ancorada no pensamento de Lukács, analisa a relação existente entre exteriorização³⁶, alienação, alternativa e personalidade³⁷:

³⁴ Sobre a formação da personalidade dos indivíduos, Costa, G. (2007, p.31) nos esclarece: “o modo de produção manufatureiro desantropomorfiza o processo de trabalho e põe limites à exteriorização do sujeito nas objetivações, gerando uma tendência à despersonalização dos produtos em termos de expressões individuais”.

³⁵ Costa, G. (idem, p.59) fundamentada em Lukács, analisa o papel da alternativa no processo de formação dos indivíduos: “a personalidade só pode ser concreta e, como tal, socialmente posta, do ponto de vista que ela se revela nas decisões tomadas pelos indivíduos. O indivíduo guarda em si um grande número de possibilidades que podem ou não se tornar realizações, ‘mas o seu verdadeiro caráter se realiza, no seu ser-precisamente-assim, justamente quando e porque traduz em ato uma certa possibilidade e não outra’.”

³⁶ Nessa relação de exteriorização e personalidade, Costa, G. (idem, p.32) explica: “a sociabilização crescente da sociedade modifica o *quantum* e a forma de expressão da exteriorização dos sujeitos singulares nos produtos do trabalho. Isso não significa o seu completo desaparecimento, mas os produtos tendem a apresentar-se menos personalizados, expressando menos a exteriorização do sujeito individual.”

Mas as alternativas sociais a que Marx faz referência não têm “a mesma estrutura interna daquelas que para o indivíduo concernem à alienação e sua libertação” (566). Estas últimas resultam de decisões singulares que “agem essencialmente sobre a vida dos indivíduos” (572); derivam, portanto, da personalidade, do modo como as exteriorizações retroagem sobre cada um. A alienação tem aqui “uma das suas origens sociais”, mas também um “veículo da sua superação”. (HOLANDA, idem, p.42)

Desse modo, entendemos que as elaborações de Lukács (1981) conferem, em sua ontologia, a devida importância aos indivíduos no processo histórico por eles construído, o qual é engendrado na prioridade ontológica da objetividade humana da práxis social, o que, em retorno, em nada diminui a importância das exteriorizações dos indivíduos.

Cabe salientar que Lukács foge de qualquer análise subjetivista da alienação, como no caso de qualquer outra dimensão da práxis social. Contrariamente ao paradigma subjetivista, que se desloca do chão ontológico da objetividade, nosso autor, como vimos repetidamente pontuando, fundamenta-se na perspectiva ontológica, materialista e dialética de análise da realidade sócio-histórica. Por isso, concordamos com as palavras especialmente esclarecedoras de Holanda (2005), acerca da rigorosidade ontológica do filósofo húngaro, emprestada ao exame sobre os fundamentos do fenômeno da alienação:

O fato de tratar-se de “um dos fenômenos sociais mais nitidamente centrados nos indivíduos” não deve dar margem a subjetivismos, pois Lukács enxerga “no homem singular um pólo real, ontológico, de cada processo social” (566). Segundo nosso autor, “fora dessa dialética entre objetividade do ser social e inevitabilidade de decisões alternativas em cada ato individual, nem sequer nos aproximamos do fenômeno da alienação” (vol. II*, p. 227). (HOLANDA, idem, p.43)

Ademais, conceber o processo de construção das individualidades em direta vinculação à dinâmica da totalidade social, não significa situar-se no beco sem saída do determinismo econômico. Muito pelo contrário, na atestação da prioridade ontológica do mundo objetivo, não fica anulada a possibilidade ontologicamente constituída da escolha entre alternativas objetivadas no reino do ser social, potenciada pela existência das diferenças individuais e das consequências sociais diversas resultantes de alternativas assumidas pelos indivíduos na processualidade histórica em suas múltiplas determinações.

³⁷ Costa, G. (idem, p.65) analisa a formação da personalidade dos indivíduos como expressão da essência humana: “A personalidade constitui um fenômeno de vasto alcance social que se estende a praticamente todos os homens em consequência do desenvolvimento da sociabilidade humana. Fenômeno intimamente relacionado à formação da individualidade o qual os homens reagem às alternativas criadas pela vida cotidiana. Desse ponto de vista, a sociabilidade se realiza em múltiplas dimensões, em sentido ‘omnilateral’, e tende a estender-se o máximo possível a todos os indivíduos. Um desenvolvimento que transforma as simples singularidades em individualidade, expressão da essência humana.”

Sendo assim, de acordo com Lukács (1981), um dos fatores históricos de extrema relevância para o agravamento do complexo problemático da alienação refere-se ao estabelecimento do processo de divisão social do trabalho e as implicações desse histórico fenômeno no processo de desenvolvimento das capacidades humanas. Infelizmente, no processo de trabalho subsumido ao capital, tais acontecimentos históricos não se equipararam à instauração de oportunidades iguais para todos os indivíduos no que toca ao desenvolvimento de suas personalidades.

Apesar do agravamento das diversas formas de alienação, com o desenvolvimento das forças produtivas, não podemos negar a criação histórica da riqueza material e espiritual produzida ao longo dos tempos, permitindo que o ser social, numa perspectiva ontológica, fosse desenvolvido nos homens, por forças das circunstâncias e necessidades históricas de cada período específico do modo de reprodução social vigente. Ou seja, ao compasso do processo cada vez mais intenso de divisão social do trabalho, foram se produzindo as capacidades necessárias aos indivíduos para responderem aos requisitos solicitados em cada momento histórico, sem que, em vista da base alienada da divisão do trabalho, esse desenvolvimento crescente das capacidades humanas se acompanhasse do desenvolvimento das personalidades de cada indivíduo.

É um fato objetivo o impacto do desenvolvimento das capacidades humanas sobre as personalidades dos homens. Sendo que as objetivações constituem um aspecto real do trabalho concreto no cumprimento de tarefas concretas, o que nem sempre acontece com o processo de exteriorização, devido às diversas formas de comportamento contraposto disseminado pela sociabilidade associada à manipulação alienada.

Portanto, como já havíamos afirmado no início desse capítulo, para Lukács, objetivação e exteriorização são momentos distintos, o que se distingue completamente da sua concepção no contexto dos posicionamentos de Hegel, que firmam a objetivação e a exteriorização como complexos idênticos, repercutindo na identidade entre sujeito e objeto, igualmente presente na concepção hegeliana sobre a alienação. Nessa perspectiva, Holanda (2005) enfatiza:

Diferentemente de Hegel, para quem a exteriorização e a alienação são categorias idênticas, em Lukács a exteriorização é um momento positivo que dá origem à constituição da personalidade. Este nexos entre exteriorização e personalidade nos conduziu à análise da alternativa como categoria que para se objetivar implica uma escolha de um indivíduo, ou de um conjunto de indivíduos, entre possibilidades. (HOLANDA, idem, p.47)

Em conformidade com a autora lukacsiana, percebemos a validade da categoria alternativa para a devida compreensão dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação. Pois, no processo de construção do desenvolvimento das personalidades dos indivíduos, as decisões individuais são fundamentais no processo de tomada de posição afinada a uma alternativa contra a lógica da reprodução do capital, e, por extensão, em favor do desenvolvimento autêntico das individualidades. Lukács é enfático sobre o dimensionamento individual implicado no processo da alienação. A esse respeito, Lukács (1981) afirma:

cada operário reage individualmente de acordo com a maneira como as suas exteriorizações (Entäusserungen) retroagem sobre sua personalidade. As decisões alternativas que surgem delas são, no imediato, e antes de tudo, decisões individuais. E, como tínhamos explicado antes, nós enxergamos no homem singular um pólo real, ontológico, de cada processo social, **posto que, a alienação é um dos fenômenos sociais mais nitidamente centrados no indivíduo.** (LUKÁCS, idem, p.09, grifos nossos)

Nesse ponto, não podemos deixar passar em branco a oportuna citação de Costa, G. (2007, p.72) que registramos abaixo:

a história pessoal de todo homem é uma sucessão de acontecimentos nos quais os sujeitos escolhem entre as possibilidades que estão na vida social. Os fatos não se sucedem simplesmente de modo ininterrupto devido às diferentes decisões; eles refletem a relação espontânea com o sujeito que decide. Certamente as escolhas sempre contêm traços de sua consciência acerca da validade ou não das determinações sociais implícitas nas valorações sociais. A síntese dessa relação compõe o caráter, a personalidade de todo o indivíduo humano.

Considerando o pólo da autonomia relativa que convive dialeticamente com o pólo da dependência ontológica no processo da relação dos diferentes complexos sociais com o trabalho e, no limite, com a base econômica, podemos afirmar que a humanidade não se encontraria aprisionada de forma absoluta ao fetiche da mercadoria. Desse modo, não é demais insistir, está posta, a possibilidade da luta em favor de uma alternativa³⁸ contrasistêmica, capaz de denunciar os fundamentos da problemática da alienação na sociabilidade de classes. Entretanto, em condições muito adversas ao desenvolvimento do indivíduo, dominadas pela vigência de formas diversas e aprofundadas de alienação, a escolha da alternativa que afeta a contraposição à ordem fundada poderá vir a ser arruinada. Pois, sob o prisma ontológico, não há como negarmos que o complexo da alienação limita, em última

³⁸ Sobre as múltiplas reações que os indivíduos assumem, Costa, G. (2007, p.70) afirma: “a diversidade de reações dos indivíduos à realidade social demanda, no imediato, a criação de um sistema hierárquico de comportamento que se torna referência para suas escolhas no cotidiano da vida social. Certamente sistemas de valores como o Direito, a Política, a Educação etc. exercem grande influência nas decisões dos indivíduos diante de alternativas concretas em termos de sua adaptação à sociedade.”

instância, as possibilidades alternativas, aos indivíduos que estão arraigados à práxis social movida pela exploração do homem pelo homem. Como igualmente já enunciado aqui, não obstante a realidade objetiva assuma prioridade ontológica, esta é composta de indivíduos que, no decorrer de sua própria existência articulada à totalidade social, devem optar por uma alternativa. Assim, o indivíduo faz parte da essência desse fenômeno, como ser-precisamente- assim, mediado por múltiplas inter-relações. No entanto, na vida cotidiana, em cuja esfera, via de regra, os fenômenos reduzem-se à sua dimensão aparente, os indivíduos são subjugados aos processos alienantes que cegam a essência do ser social no seu sentido pleno. Daí Lukács referir-se a essa problemática como antítese dialética.

Nessa linha valorativa, identificamos, conforme a análise de Lukács (1981, p.11), que a problemática da alienação é um complexo social historicamente construído, pois, “A história da humanidade a partir de um determinado nível de decisão do trabalho – talvez já daquele da escravidão – é também a história da alienação humana”. Nesse contexto, evidenciamos, junto com nosso autor, que a consciência dos indivíduos assume um papel fundamental na luta contra as diversas formas de alienação das sociabilidades de classes. Lukács (1981) explica que até mesmo no processo de construção da consciência inserido no processo histórico específico de exploração dos trabalhadores, existem alternativas, embora restritas, para apontar-se em direção à construção da consciência de classe. Quer dizer, as decisões subjetivas dos indivíduos são relevantes para a efetivação da luta contra os mecanismos de alienação. A consciência não cumpre somente a função de reproduzir, pois o capital jamais foi capaz de transformar os indivíduos em meras máquinas que só servem para executar ordens. Do mesmo modo, mesmo em condições degradantes de alienação, o indivíduo permanece para além do estatuto do ser meramente natural.

Como ilustra o filósofo húngaro, o papel da consciência é relevante para entendermos o que está por trás dos fenômenos aparentes do cotidiano, ou seja, é necessário compreendermos o processo de conscientização dos indivíduos como uma construção histórico e social. O autor explicita que diante das próprias insatisfações latentes dos indivíduos, estes podem vir a se tornar conscientes em relação às suas próprias vidas alienadas de sentido, contribuindo para que suas decisões pessoais possam vir a situar-se na contraposição da lógica das diversas formas de alienação.

Numa perspectiva ontológica, podemos entender o nódulo central da alienação somente no âmbito do ser social vinculado à totalidade historicamente construída pelos indivíduos, os quais, dotados de consciências, respondem a determinados conflitos no âmbito

da sociabilidade, seja para reproduzi-la, seja para denunciá-la. Como ressalta Lukács (1981, p.13):

Isto vale para todas as formas de alienações, tanto para as que se apresentam diretamente como econômico-sociais quanto para aquelas cuja forma de manifestação imediata é ideológica (religião), ainda que também estas e outras formas análogas de alienação sejam, em última análise, embora, com amplas mediações, fundadas na sociedade.

Sendo assim, não é coerente compreendermos a alienação como o único conflito social que participa do desenvolvimento histórico da humanidade, uma vez que, junto a esse complexo, temos o processo de formação das personalidades dos indivíduos vinculado ontologicamente à objetividade social. Sobre a relação existente entre a alienação e a formação da personalidade dos indivíduos, temática privilegiada por Costa, G. (2007), aqui citada inúmeras vezes, Lukács (1981, p.17) prontamente esclarece: “para entender realmente o fenômeno da alienação, sem acréscimos e mascaramentos mitológicos, não se deve jamais perder de vista que a personalidade, com toda a sua problemática é uma categoria social”.

Por isso, analisando a formação das personalidades dos indivíduos³⁹, segundo os fundamentos de Lukács (1981), conseguimos entender radicalmente as mediações que levam às diversas formas de alienação do ser social vinculadas à totalidade. Entretanto, não podemos nos limitar unilateralmente apenas à contradição entre desenvolvimento das capacidades humanas e desenvolvimento das personalidades dos indivíduos. Lukács reconhece a relevância desse conflito para o entendimento da problemática da alienação, todavia, atenta para uma série de mediações que estão inseridas nesse complexo histórico e social.

Na esteira de Lukács, Holanda (2010, p.51) analisa as mediações desse conflito afirmando que, “‘ele depende também da dupla face, agora descrita, do desenvolvimento social’: de um lado, o desenvolvimento objetivo tendo por base uma necessidade ‘pena de ruína’; de outro, aquele subjetivo cujo fundamento pressupõe também a realização de uma necessidade, sob pena de os indivíduos se arruinares.” Com a existência dessas mediações⁴⁰, percebemos a necessidade de estudá-las para a compreensão radical dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação.

³⁹Costa, G. (2007, p.102) explica a evolução da simples individualidade à personalidade: “Uma individualidade somente se torna personalidade à medida que, na prática, as relações dos homens entre si assumem e realizam formas crescentemente mais humanas. As relações entre homem e mulher expressam de modo significativo tal processo, visto que correspondem às relações mais diretas do homem consigo próprio e exprimem assim o grau de civilização em que se encontram as suas relações.”

⁴⁰Essas mediações estão explicitadas na análise empreendida por Marx nos *Manuscritos de Paris* e por Lukács, em *Para uma Ontologia do Ser Social*.

Para tanto, abordaremos, a seguir, a relação entre o desenvolvimento dos sentidos humanos (da sensibilidade) e a categoria do ter, enfocando, no mesmo escopo, referida relação com a alienação da vida sexual dos indivíduos.

3.2 A Sensibilidade, o Ter e a Alienação da Sexualidade

No processo de sensibilização dos sentidos humanos, ou seja, do homem tornar-se homem, tornar-se ser social, a relação entre o homem e a mulher abaliza, de maneira explícita, o nível de alienação de uma determinada sociabilidade. Lukács denomina essa alienação existente nas relações entre homens e mulheres de alienação da sexualidade ou subalternidade sexual da mulher. Marx enuncia esse tipo de alienação nos fundamentos do processo de sensibilização dos indivíduos, em sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, onde destaca em que medida a humanidade do ser social de fato se naturalizou no mundo das relações entre homens e mulheres, ou seja, em que medida a civilidade está naturalizada na relação entre os indivíduos.

Lukács se fundamenta na obra marxiana para explicar as mediações dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação. Destaca a categoria da sensibilidade manifestada pelo nível de sensibilização, o qual estaria muito bem ilustrado no contexto das relações existentes entre homens e mulheres. Como também coloca Costa, G. (2007, p.100): “o grau de desenvolvimento humano-social de uma civilização pode ser avaliado a partir da relação entre homem e mulher ali existente”. Nessas relações, a degradação das personalidades dos indivíduos, provenientes das mais diversas formas de alienação na sociabilidade de classes, é bem evidenciada, a ponto de Marx tê-las denominado de relações bestiais⁴¹.

Como enfaticamente esclarece Costa, G. (2007):

Alienações deste tipo atuam rebaixando a sensibilidade humana a um nível aquém do possível mesmo para tal estágio de desenvolvimento do gênero humano. Refletem a desigualdade do desenvolvimento entre forças produtivas, que levam as capacidades a alcançar um nível sempre mais elevado enquanto a personalidade mantém no plano da particularidade. A satisfação das funções reprodutivas representa para aqueles indivíduos a única forma de sentir-se livre, de sua realização como homem, em detrimento do seu ser homem integral no âmbito do crescimento genérico já alcançado. Eles não desfrutam dos efeitos da redução do domínio absoluto das atividades econômicas na reprodução da vida física; neste preciso sentido, encontram-se “fora do complexo do ser-homem (do ser-social, do ser-

⁴¹ Conferir a respeito, o capítulo sobre O Trabalho Alienado, nos *Manuscritos de Paris*.

personalizado)”. A isso Lukács denominou de “estádio de civilização daquele momento”. (COSTA, G., idem, p.98)

Assim, a sensibilidade, em sua específica legalidade, representa, ao lado da categoria da alternativa, em primeiro lugar, o salto ontológico do ser social em relação ao ser orgânico e, em segundo lugar, a possibilidade da transformação da personalidade particular em personalidade não-mais-particular dos indivíduos. Isto configuraria o segundo salto ontológico viabilizando que os indivíduos gozem de oportunidades iguais e plenas de desenvolver suas mais genuínas capacidades. Todavia, os sentidos dos entes sociais contextualizados nas relações de produção engendradas pelo trabalho subsumido ao capital, são bem explicitados na alienação da vida sexual desses indivíduos e, mais especificamente, no nível de desenvolvimento das personalidades alcançado numa dada forma de sociabilidade. A esse respeito, Costa, G. (idem, p.101-2) afirma que: “A transformação do homem em pessoa, em personalidade, é produto da transformação das relações dos homens entre si em relações cada vez mais humanas [...] formam um substrato à personalidade humana, se exprimem na sua forma mais direta nas relações entre os sexos.”

Segundo Lukács, baseado em Marx, outra mediação importante, entre a sensibilidade e a alienação da vida sexual, é a categoria do ter, tendo em vista que a ideologia do ter representa um dos fundamentos mais relevantes para desnudarmos o processo de alienação humana até os nossos dias, encontrando-se por trás disso, a relação de desumanização do trabalho submetido ao capital. Os sentidos humanos só poderão se desenvolver plenamente, em direção a uma generidade para-si, com a abolição da categoria do ter que permeia a subsunção do valor-de-uso ao valor-de-troca. Nesta relação, os processos de reificação dos indivíduos e fetichização das mercadorias são manifestadas precisamente pelo o ter em detrimento do ser.

Para Marx e Lukács, a categoria do ter e todos os seus desdobramentos são entraves ao processo de emancipação dos indivíduos frente à lógica de reprodução social do capital. Portanto, uma sociabilidade humana emancipada só poderá se efetivar com o fim da alienação da vida sexual entre os indivíduos, entre homem e mulher, entre homens e outros homens. Como explica o filósofo húngaro, a luta pela emancipação feminina é uma luta relevante como um meio, e não como um fim, em favor da emancipação humana. Entretanto, a abolição da categoria do ter numa dada forma de sociedade não pode ser efetivada sem o fim da alienação sexual. Por isso, Lukács (1981) a aponta como fundamento ontológico para compreendermos a problemática da alienação.

Vejamos como Lukács (1981) ressalta o lugar da sensibilidade dos indivíduos no processo de desenvolvimento do gênero humano de maneira autêntica:

O desenvolvimento do homem em direção a uma generidade autêntica não é, por conseguinte, como dizem as religiões e quase todas as filosofias idealistas, um simples desenvolvimento das denominadas faculdades “superiores” dos homens, (o pensamento, etc) em prejuízo da “inferior” sensibilidade, mas, ao invés, exprime-se no complexo total do ser do homem e por isso também – no imediato, aliás: acima de tudo, - na sua sensibilidade. (LUKÁCS, idem, p.18)

Contudo, conforme Lukács (idem), a sensibilidade dos indivíduos forjada na lógica da reprodução capital-trabalho pode se reduzir ao exacerbado individualismo. Este, muito bem representado na formação do ter em detrimento da igualdade de oportunidades ao desenvolvimento das capacidades humanas negada aos trabalhadores. Nessa linha valorativa, identificamos, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, que Marx retrata com profundidade a violência vivenciada pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Nessa direção, o indivíduo está alienado a um processo de sensibilização similar às funções dos animais e, por isso, está impossibilitado de tornar-se plenamente homem do homem, pois o indivíduo explorado, carente, ainda mais, do tempo livre, é inferior a um burro de carga, como analisam Marx e, depois, Lukács.

Contrariamente à crueldade desumana atrelada à falta de oportunidades para os indivíduos desenvolverem plenamente suas habilidades, presenciamos potencialmente o movimento do real de maneira dialética. Nesse movimento, existem possibilidades lançadas (mesmo diante das diversas formas de alienação) para a transformação do gênero em-si em busca do gênero para-si do ser social. Acima de tudo, deve ser compreendido que a emancipação humana significa primordialmente a libertação de todos os sentidos e qualidades humanas que estão aprisionadas à propriedade privada de manipulação e exploração do homem pelo homem.

Então, se, numa sociabilidade alienada, a essência humana está praticamente reduzida à natureza das necessidades animais, é preciso, ter em mente que esta essência, ainda que alienada e manipulada, jamais poderá retroagir na escala ontológica ao nível do ser animal. Ao mesmo tempo, é nessa forma de alienação que fica explicitado em que medida a natureza humana se transformou em naturalmente humana. Como assegura Lukács (1981), nos reflexos⁴² dessa forma de alienação e no desenvolvimento da personalidade dos indivíduos são encontrados:

⁴² Destacamos a relevância do papel da categoria reflexo na concepção lukácsiana para compreendermos a consciência dos indivíduos. Segundo Costa, G. (2007, p.24): “A análise da realidade objetiva, para sua adequada

os momentos essenciais da transformação da relação natural – insuprimível -- entre os sexos na relação entre personalidade humana e, por conseguinte, simultaneamente, em conduta da vida humano-genérica, no realizar-se do gênero não mais “mudo” mediante o real tornar-se homem do homem. (LUKÁCS, idem, p.23)

Diante do exposto depreendemos que, com o salto ontológico, o homem passou a reagir ao mundo de maneira não mais animalesca, uma vez que, pelo desenvolvimento do trabalho e das outras práxis sociais fundadas por este, tornou-se possível o desenvolvimento das capacidades humanas. Todavia, estas não são refletidas na relação da vida sexual dos indivíduos entre homem e mulher. Conforme a análise de Lukács (1981), após o declínio das formas de vida no matriarcado, o domínio do homem e a opressão da mulher passaram a constituir o durável fundamento da convivência social entre os seres humanos na sociabilidade de classes. O homem não se reconhece na mulher e, tão pouco, a segunda se reconhece no primeiro. Conforme Lukács (idem), Engels, em sua obra *A Origem da Família e da Propriedade*, analisa com profundidade a relação de gênero: “A reviravolta do matriarcado significou a derrota no plano universal do sexo feminino. O homem toma nas mãos até a direção da casa, a mulher foi aviltada, dominada, tornada escrava de seus desejos e simples instrumento para produzir filhos.”

Entendemos que, em pleno século XXI, a opressão da mulher ainda não foi superada, o que caracteriza a alienação de ambos os sexos. O homem, ao alienar a mulher, está alienando a si próprio devido a sua incapacidade de se reconhecer no outro. Ao alienar o outro, o homem também está se alienando e, tampouco se reconhece no outro ser. Essa relação esclarece a própria alienação entre o ser e outro-ser, configurando o tipo de comportamento individualista perfeito para a violenta estruturação da sociabilidade burguesa. Podemos fortalecer nossa análise com base em Holanda (2005, p.57), que demonstra:

Para Lukács, a efetiva igualdade das mulheres no trabalho e na família deve ser conquistada a partir do terreno específico no qual tem sido bloqueada, o da própria sexualidade. Isto implica não apenas lutar contra os impulsos alienantes derivados do homem, mas deve igualmente apontar em direção à própria autolibertação interior. A ideologia do “ter” representa “uma das bases fundamentais de toda alienação humana”, e jamais será derrotada “se não for extinta a subalternidade sexual da mulher.”

reorganização em novas bases, torna-se viável mediante uma novidade ontológica constituída pela imagem que se forma na consciência do sujeito que age, e essa novidade permite a realização da posição teleológica, pondo-se como objeto de reflexão por parte do sujeito. Esse reflexo da realidade objetiva na consciência adquire uma autonomia que exige a análise e o permanente confronto entre a realidade mesma e as próprias análises elaboradas no movimento de realização das ações.

Apesar da subjugação da mulher ao caráter de mercadoria, vale ressaltar que muitas conquistas históricas foram alcançadas pelas mulheres com força, luta e derramamento de sangue. A consciência do alienante e do alienado não se contrapõe à premissa do plano ontológico geral, quer dizer, até mesmo nesse contexto de alienação dos indivíduos, onde estes não têm igualdade de oportunidades para se desenvolverem, está posta a possibilidade de que estes venham a lutar contra a lógica da exploração do homem pelo homem e, outrossim, vislumbrar o desenvolvimento em busca de uma personalidade não-mais-particular, como já tantas vezes foi aqui mencionado.

Nesse processo, as determinações individuais e sociais das diversas formas de alienação no campo das relações entre homens e mulheres, exploradores e explorados, alienadores e alienados, acompanharam o desenvolvimento econômico dos últimos séculos, considerando que a necessidade da reprodução do capitalismo aumentou a lucratividade dos empresários com a aquisição de mão-de-obra barata, o que abriu as portas para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Diante desse quadro, como elucidava Lukács, foram lançadas as possibilidades da condução feminina a uma existência economicamente autônoma em relação aos homens.

De acordo com o filósofo húngaro, a situação da alienação entre indivíduos configura-se numa crise cada vez mais extensa, manifestada, sobretudo, na sociabilidade de classes atualmente em pauta, onde percebemos que a bandeira de luta é a autonomia econômica na conduta para a emancipação da mulher. Referida autonomia, contudo, tem contribuído pouco para a emancipação feminina, não se tendo conquistado a igualdade efetiva entre homens e mulheres no mercado de trabalho e, tão pouco, no âmbito da vida familiar. A subalternidade sexual da mulher é a sua subalternidade em geral, logo, no limite, a luta contra a alienação sexual deve ser uma só com a luta pela emancipação humana. E ainda: a contraposição às diversas formas de alienação coincidirá com a luta pela construção de uma sociabilidade fundada em direção à própria auto-libertação interior do indivíduo.

Lukács (1981, p.42) esclarece a questão em toda a sua complexidade:

Não é possível que a libertação (Befreiung) sexual isolada leve à verdadeira solução do problema central, aquele de tornar humanas as relações entre os sexos. Sobretudo existe o perigo do quanto o desenvolvimento fez até hoje para tornar socialmente humana a pura sexualidade humana (erotismo) seja de novo perdido. Só quando os seres humanos tiverem encontrado relações recíprocas que os unifiquem como entes naturais (tornados sociais) e inseparavelmente como personalidades sociais, será possível superar verdadeiramente a alienação na vida sexual.

Precisamente pelo desrespeito às relações humanas mediadas pela categoria do ter, é que presenciemos aberrações nas personalidades dos indivíduos. Assim, o masoquismo, a subjugação absoluta da mulher à excentricidade pornográfica são valores apregoados e naturalizados num estágio cada vez mais deprimente da degenerescência humana provocada pela reprodução das relações alienadas. Tais práticas são manifestações assentes ao capitalismo, objetivadas através de mecanismos ideológicos para subjugar a mulher à condição de mercadoria. Este fato denota que o puro ingresso das mulheres no mercado de trabalho não pode representar a emancipação do gênero feminino.

Lukács enfatiza continuamente a relevância de superarmos o homem alienado dos seus sentidos humanos enraizados no ter com todas as mediações peculiares ao processo de reprodução social fundada na relação capital-trabalho. Lukács (idem, p.44) citando Marx, explica: “a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária para *humanizar os sentidos* do homem e criar a *sensibilidade humana* correspondente a toda riqueza do ser humano natural”. (grifos no original). A sensibilidade do indivíduo como homem do homem, o autor é consistente em anotar, só poderá vir a se efetivar mediante a plena humanização das relações entre os sexos.

Como vimos apontando a partir do texto lukacsiano, a luta contra a problemática da alienação no sistema capitalista deve estar associada à superação social do ter e, conseqüentemente, a luta em favor da humanização dos sentidos humanos. Daí reconhecermos o papel ontológico da luta também contra a alienação da vida sexual entre homens e mulheres. Parafraseando Marx, Lukács (1981) faz questão de sublinhar a importantíssima afirmação do autor acerca da categoria do ter, como sendo fundamental para compreendermos a interligação entre homem alienado e realidade:

Neste contexto nos interessa, sobretudo o problema da alienação, e neste ponto nos interessam exatamente os seus efeitos sobre os homens enquanto entes sociais sensíveis. Já nos reportamos a importantíssima afirmação de Marx segundo a qual a superação social do ‘ter’ como categoria fundamental da relação entre homem alienado e a realidade que o circunda, pode fazer com que “os sentidos tornem-se teóricos imediatamente, na sua prática”. (LUKÁCS, idem, p.44)

A categoria do ter diretamente vinculada à formação da sociabilidade de classes provoca nos entes sensíveis o processo de distanciamento do ser social em relação ao desenvolvimento das diversas potencialidades dos indivíduos. Da mesma forma a alienação da sexualidade explicita esse nível de distanciamento. Como assevera Lukács (idem), evidenciando o processo de desenvolvimento da civilização com relação à vida alienada entre homem e mulher:

todo o desenvolvimento da civilização e nele da relação entre o homem e a mulher normalmente se realizam de forma alienada e, portanto, uma série de formas de alienação são componentes necessários do desenvolvimento ocorrido até hoje e poderão ser superadas apenas no comunismo. (LUKÁCS, idem, p.25)

Para Lukács (1981), a história da alienação sexual é marcada pela imposição da disponibilidade sexual da mulher. Esta é tratada muitas vezes como um objeto de posse de um homem para posse de outro homem⁴³. Contudo, existe a resistência heróica contra as diversas formas de opressão sofrida pelas mulheres ao longo da pré-história da humanidade – a reprodução social fundada na lógica da expropriação brutal da dignidade e força de trabalho dos indivíduos – como analisa Lukács (1981). Diante de tais práticas, a luta realizada pelas mulheres dentro da totalidade social é um fato presente ao longo da história dos indivíduos como manifestação de resistência frente ao processo de alienação.

Esses indivíduos alienados conservam, no próprio processo de alienação, a generidade em-si, não podendo ser cancelada a consciência do ser em-si em busca da construção das possibilidades de transformação autêntica do gênero humano, ou seja, de generidade em-si para o desenvolvimento da formação da generidade para-si. Na continuidade dessas reflexões, Costa, G. certifica:

São condições históricas concretas que possibilitam a gênese da personalidade em-si e para-si, mas somente o caráter social da sociedade burguesa abre o caminho à expansão e constituição da personalidade com toda sua problemática, conforme explicitado nas nossas reflexões. Do mesmo modo, dá lugar ao surgimento de reflexões sobre a relação dialética do homem com os seus afetos num patamar de nível superior, quanto às possibilidades do alcance da autêntica generidade humana. (COSTA, G., idem, p.122)

Conforme os pressupostos explicitados, podemos afirmar que até mesmo o homem dotado de alienação na sociedade capitalista é um ser social que está muito acima do mero ser-natural da humanização inicial. Como analisa Lukács (idem, p.27): “A realidade prático-social de uma tal espécie de consciência não pode ser posta em dúvida: toda a história da humanidade é plena de efeitos práticos de atividades deste tipo e não deixa surgir dúvida a esse respeito”. Por isso, Costa, G. assegura:

Com o surgimento da personalidade particular nos marcos da generidade em-si, abre-se a possibilidade à manifestação da personalidade não-mais-particular no sentido do para-si. O influxo das ideologias sobre as individualidades não é

⁴³ A sociedade da Grécia antiga é ilustrada por Lukács (1981) como um dos exemplos desse tipo de alienação praticada explicitamente com relação à violação da dignidade humana. Todavia, em decorrência do caráter contraditório e dialético da realidade enfatizamos a resistência dos indivíduos na luta contra qualquer forma de subjugação do homem pelo homem.

necessariamente negativo, visto que na intrincada e contraditória relação das individualidades com complexos ideológicos da vida social, a ação de dirimir conflitos pode conter momentos de impulso ao progresso social. (COSTA, G., idem, p.123)

Como já foi suficientemente esclarecido por Marx, nessa forma de sociabilidade, marcada por conflitos cotidianos, temos a criação da esfera do desenvolvimento da produção (reino da necessidade) que não proporciona na mesma medida o desenvolvimento das capacidades singulares dos indivíduos. Por outro lado, nesta mesma sociabilidade de classes (com todas as suas distorções) repousa a riqueza material e espiritual que contribui para a construção do reino da necessidade, base material para a construção do reino da liberdade.

3.3 A relação entre generidade em-si e para-si, personalidade particular e não-mais-particular e alienação

Vimos, no início desse capítulo que o desenvolvimento das capacidades humanas, fruto do desenvolvimento da divisão social do trabalho, pode contribuir para o desenvolvimento ou para a deformação das personalidades dos indivíduos. Analisando essa problemática na perspectiva da ontologia, percebemos que individualidade e gênero humano se desenvolvem na sociabilidade do conflito. Por meio do trabalho, foi possível acontecer o salto ontológico, transformando o ser meramente natural do reino orgânico em ser social partícipe do gênero humano. A partir do salto ontológico, o ser social transforma-se de um ser meramente singular, uno com sua espécie, em um ser dotado de uma individualidade, e esta evolui em direção à formação de personalidades mais ou menos desenvolvidas ou (de) formadas.

De acordo com Lukács, esse fato constitui o que ele denomina de sociabilidade do conflito. Ou seja, nesta, sociedade e personalidade humana estão interligadas formando dois pólos de um mesmo complexo que constitui o processo contraditório da realidade, dialética, fruto de um determinado contexto histórico.

Como explica rigorosamente Holanda (2007, p.64): “a elevação (ou o definhamento) da personalidade depende [...] da ‘dupla face do desenvolvimento social’: de um lado, o movimento operado pelas necessidades econômicas, de outro, os atos dos indivíduos mediadamente inseridos nesse contexto.”

Reforçando as reflexões do filósofo húngaro sobre a dinâmica contraditória do gênero humano com relação aos indivíduos e à sociedade, abaliza Costa, G. (2007) que,

no centro de suas reflexões está a dinâmica contraditória da peculiaridade do gênero humano em seu processo de evolução do em-si ao para-si, que se reproduz em dois pólos interligados dialeticamente, o indivíduo e a sociedade. A personalidade emerge do desenvolvimento contraditório desses dois momentos, unitários no aspecto geral e na origem última, mas distintos no imediato, que a força propulsora do trabalho gera e impulsiona no sentido do gênero humano como totalidade. (COSTA, G., idem, p.137)

A mesma autora sintetiza, nos termos abaixo, a relevância da individualidade para o desenvolvimento social objetivo:

Em suma, o pólo ontológico da individualidade no qual se explicita a base subjetiva é um componente necessário do desenvolvimento humano genérico na interação com o desenvolvimento social objetivo. Esse desenvolvimento no duplo sentido da totalidade social e da personalidade apresenta a estrutura da identidade e não-identidade. É movido por contradições e crises expressas em avanços e recuos. A personalidade é síntese de múltiplas determinações porque a heterogeneidade de ações que a sociedade demanda dos indivíduos humanos requer uma síntese de suas capacidades singulares. A diversidade de ações que a vida demanda tem efeito unificador sobre os sujeitos, que somente podem agir como unidade, ou seja, como uma individualidade. Dado que a necessidade impulsiona para a diversidade crescente de atividades, as relações entre a sociedade e as individualidades se tornam crescentemente mais ricas e mediadas, portanto, tornam possível a criação de personalidades também mais desenvolvidas. (Costa, G., idem, p.136)

Não é demais frisarmos, com Lukács, que, na sociabilidade dos conflitos presenciados a conexão contraditória entre dois pólos distintos: individualidade e generidade. Nesse contexto, a generidade pode ser explicitada na vida cotidiana com o descontente manto individual contra a generidade em-si; por vezes, ainda, o indivíduo defende sua própria individualidade por meio da consciência, exercitando formas de generidade para-si. Quando ilustramos a generidade para-si, no plano da consciência dos indivíduos, assinalamos que estes são capazes de se desenvolver a um nível de elevação para além de sua personalidade particular. Em outras palavras, o indivíduo pode sair do seu particularismo em-si, construindo possibilidades para a efetivação da personalidade não-mais-particular.

É justamente com o progresso das forças produtivas que as diversas formas de alienação podem contribuir para a deformação das personalidades dos indivíduos. Como, em outras palavras, coloca Holanda (2005, p.81): “Sabemos que o homem torna-se personalidade mediante o desenvolvimento das forças produtivas sociais, mas esse mesmo movimento pode aliená-lo de si mesmo, por isso, progresso social e alienação humana são articulados no ser social em um duplo sentido”.

Na perspectiva da luta em favor da transmutação da personalidade particular em personalidade não-mais particular, faz-se necessário, de acordo com Lukács (1981), realizarmos uma análise da ontologia da vida cotidiana como uma categoria muito pertinente

nessa busca resistente e reflexiva contra a aparência limitada do ser em-si. É justamente do contexto dos fenômenos cotidianos que deve partir nossa análise com o intuito de iniciarmos o processo de desvelamento da realidade contraditória e dialética vivenciada nas relações manipuladas que fazem parte da vida cotidiana dos indivíduos.

Nessa perspectiva, a busca da autêntica personalidade humana não-mais-particular está relacionada proporcionalmente à generalização do indivíduo vinculado à totalidade social. Com a soma dos atos singulares é que se constrói o vir-a-ser da objetividade. Sobre essa relação, Lukács (1981) confirma:

Justamente por que a personalidade não-mais-particular só pode nascer enquanto nela o auto-desenvolvimento e a clareza sobre si objetivam em uma análise o desenvolvimento e a clareza do gênero humano existente-para-si **essa ligação da personalidade não-mais-particular com a genericidade para-si constitui a superação real do gênero mudo.** (LUKÁCS, idem, p.34-5, grifos nossos)

Tomando por pressuposto que essa superação do gênero mudo é uma alternativa possível, presenciemos dois caminhos de conduta para os indivíduos. O primeiro é o caminho da reprodução de tudo o que é imposto pela sociabilidade burguesa. O segundo é o da construção de possibilidades para a superação dessa forma de sociabilidade, visando à autêntica emancipação humana.

Quanto à efetivação dessa segunda alternativa, devemos concordar com Holanda (2010, p.01), que adverte: “não será apenas através de uma elevação espiritual para além da particularidade que os estranhamentos serão superados já que são fenômenos portadores de determinações histórico-sociais. Ou seja, trata-se de fenômenos concretos que ocorrem em situações sociais concretas.” Sendo assim, a autêntica superação da alienação exige “muito mais do que uma atividade teórica, exige, acima de tudo, uma atividade prática. Por outro lado, não podemos perder de vista que ‘quanto mais um homem permanecer particular, mais é impotente frente aos influxos estranhantes’.” (HOLANDA, idem, p.01)

Apesar dos mecanismos de manipulação das personalidades dos indivíduos, com o desenvolvimento do capitalismo foi possível a construção do reino da necessidade. Sobre esta base é que se torna possível a construção de uma sociabilidade emancipada, concretizada sobre o processo da socialização efetiva de toda a riqueza material e espiritual produzida historicamente pelos indivíduos. Dessa maneira, a sociabilidade emancipada pode se converter em desenvolvimento autêntico para os indivíduos, transformando-os em seres sociais de personalidade não-particular.

A esse respeito, Holanda (2005) esclarece:

A vida genérica do homem, resultado dos seus atos de objetivação, vai aos poucos potencializando-se, também ela de maneira desigual, em termos subjetivos e objetivos, extensivos e intensivos, aspectos cujo elemento comum é o “afastamento das barreiras naturais” e, com ele, a socialização da sociedade em patamares sempre mais complexos, o maturar do gênero humano não-mais-mudo. (HOLANDA, idem, p.89)

Precisamente por se tratar de um complexo fundado no âmbito do ser social, podemos asseverar que o maturar do gênero humano se configura numa possibilidade latente em busca da superação dos entraves alienantes da sociabilidade de classes. Por isso, Lukács assegura que a extinção de um tipo de alienação não necessariamente exclui outro tipo, muito pelo contrário. O filósofo húngaro exemplifica a contradição existente entre a presença ou ausência de um tipo de alienação em relação à outra. Por exemplo, um dado indivíduo dotado de uma consciência revolucionária com práticas contrapostas à lógica de reprodução do capital, poderá esse mesmo indivíduo manifestar um tratamento extremamente alienado de opressão na relação com sua esposa e filhas.

Sobre esses influxos de alienação, Lukács (1981, p.37) atesta: “Se quisermos penetrar com o nosso pensamento até o verdadeiro ser, devemos ver que a alienação como fenômeno real do ser social pode apresentar na realidade semente de forma plural”. Prosseguindo, o nosso autor certifica que:

Aqui não podemos entrar em particulares, nos bastará recordar o fato, freqüente no movimento operário de homens que lutam com paixão e também com sucesso as próprias alienações dos trabalhadores, mas na vida familiar alienam tiranicamente as suas mulheres, terminando, assim por alcançar uma nova alienação de si mesmo. (LUKÁCS, idem, p.37)

Dessa maneira, o exercício militante (teórico e prático) na direção da elevação de nossas personalidades em busca da genericidade para-si deve ser uma constante em nossas vidas, caso tenhamos o desejo de superar radicalmente os entraves que respondem pela deformação das personalidades dos indivíduos.

Vale ainda frisar que as diversas formas de alienação de acordo com cada modo de produção econômico-social levam as pessoas a adotar comportamentos peculiares ao contexto histórico de cada época. Podemos exemplificar características típicas das personalidades alienadas e manipuladas na sociabilidade burguesa como na “rotina do burocratismo, carreirista zelado e tirano doméstico” (LUKÁCS, 1981, p.38), dentre outras que, na realidade, estão vinculadas ao fator histórico-social formando a base estrutural do ser social. Ademais, não podemos negar que, mesmo com a formação da personalidade particular,

as possibilidades da busca pelo desenvolvimento das personalidades não-mais-particular constituem um desafio possível em direção ao reino da liberdade.

Em outras palavras, na constituição da generidade em-si são lançadas as possibilidades da personalidade não-particular. Contrariamente à formação da consciência para-si, diante das alternativas lançadas pelo reino da necessidade, os indivíduos por meio dos princípios ideológicos regulativos podem ser conduzidos a uma rigidez interna e à falta de espírito crítico. De acordo com Lukács, são dois sistemas desenvolvidos numa mesma realidade social, o da personalidade particular e personalidade não-particular.

Insiste sobre esse ponto, o autor, anotando que, se, por um lado, temos a luta dos indivíduos em prol do desenvolvimento de suas potencialidades, com o intuito de possibilitar a transformação da personalidade particular em personalidade não-mais-particular, por outro lado, identificamos a presença da manipulação da personalidade reduzida ao particularismo, alienando-se em boa parte do tempo histórico de um determinado período, o que, na exemplificação de Lukács (1981), teria acontecido no período stalinista.

Fundamentada em Lukács, Holanda (2005), confirma que a superação efetiva do gênero mudo é representada pelo vínculo indissolúvel entre generidade para-si e personalidade não-mais-particular e esta só pode vir a nascer quando o indivíduo consegue atingir

“o autodesenvolvimento e a clareza sobre si objetivam em última análise o desenvolvimento e a clareza do gênero humano existente-para-si” (586). Tal vínculo é imprescindível quando se trata de analisar a alienação em Lukács, já que esta última se constitui num “obstáculo ao nascimento da não-particularidade do homem”. (HOLANDA, idem, p.96)

Como sintetiza Costa, G. (idem, p.137), por sua vez: “O movimento em direção ao para-si conduz à superação da mudez do gênero; sua realização histórico-concreta supõe a existência de indivíduos conscientes de si, capazes de converter ações conscientes em autêntica generidade humano-social.”

3.3.1 A relação existente entre personalidade, arte e alienação

A arte é apontada por Lukács como um instrumento capaz de elevar os indivíduos no processo de transformação da personalidade particular em personalidade não-mais-particular. Com efeito, o filósofo húngaro ressalta a necessidade da criação de mecanismos de contraposição às diversas formas de alienação, sendo a arte um desses importantes mecanismos, na luta contra à lógica fundada na relação capital-trabalho, podendo vir a

assumir uma função relevante no processo de desvelar o real aparente e contraditório da sociabilidade burguesa.

Com isso, Lukács (1981) salienta o papel da arte, no sentido de criar possibilidades de elevação das habilidades dos indivíduos dentro das suas próprias vidas cotidianas:

Se uma obra de arte ou uma filosofia não fossem outra coisa além do produto de uma personalidade considerada “genial”, não poderiam objetivar-se como modelos; do mesmo modo, não seria possível para uma situação objetivamente revolucionária desencadear no caso de um ativo fator subjetivo, se não fosse precedida de um período relativamente longo, de uma massa relativamente grande de decisões singulares tomadas pelos indivíduos na sua vida cotidiana. (LUKÁCS, idem, p.33)

Lukács (idem) insiste em pontuar o imbricamento dos fenômenos da vida cotidiana e o processo de elevação das personalidades dos indivíduos com o amadurecimento em direção à sociabilidade:

Por mais intrincada e carente de sentido pareça muitas vezes esta vida cotidiana é, porém só nela que as encarnações factuais e ideológicas podem gradualmente amadurecer em direção à sociabilidade. De fato, na imensa maioria dos casos é possível verificar com precisão como os limites cognitivos da ontologia da vida cotidiana de uma época se encontram também nas suas máximas objetivações. (LUKÁCS, idem, p.33)

Apesar de entendermos que, ao longo da produção histórica da humanidade, desde a antiguidade clássica até a formação da sociedade capitalista, a negação da igualdade de oportunidades para que os indivíduos possam se desenvolver⁴⁴, seja um dado concreto da realidade, havemos de reconhecer recorrentemente que a categoria possibilidade também é um dado relevante a ser considerado⁴⁵.

No esforço de reafirmar que, mesmo com a presença de tantas contradições, a arte pode contribuir com a elevação dos indivíduos, Lukács (1981) pontua algumas funções essenciais da arte, que vale a pena aqui ser registradas: 1) a manifestação artística funciona como um exercício da subjetividade vinculado ao mundo objetivo, com o propósito de tentar ir para além das manifestações cotidianas do mundo aparente; 2) a obra de arte, ao denunciar ou retratar as relações cotidianas, retira as fendas impostas pela sociabilidade burguesa; e 3) a

⁴⁴ Sobre esse fato, Tonet (2007, p.04) nos esclarece a forma como os indivíduos são tratados na sociabilidade de classes, e no caso do capitalismo: “Proclama-se o direito de todos pela formação integral. Mas, de um lado, a maioria é excluída do acesso aos meios que possibilitam essa formação e, de outro, essa mesma formação é definida privilegiando os aspectos espirituais: formação moral, artística, cultural e intelectual.”

⁴⁵ Nesse sentido, Tonet (idem) menciona alguns fatos históricos que expressam momentos da riqueza material e espiritual historicamente produzida pela humanidade, como por exemplo: a *Padéia grega*; a *humanitas romana*; o *humanismo renascentista*; *Bildung alemã*; dentre outros.

arte permite também que os indivíduos possam evoluir em suas subjetividades, exercitando o processo de passagem da personalidade particular para a personalidade não-mais-particular.

Vale ressaltar que a arte deve assumir um papel relevante na luta contra a limitação dos indivíduos aos fenômenos aparentes na redução da vida cotidiana em-si. Ou seja, a arte revolucionária precisa ser dirigida contra a alienação, para tanto, deve assumir, de acordo com Lukács (1981), a tarefa de perseguir e denunciar os caminhos que conduzem à lógica do altíssimo grau de alienação existente na relação capital-trabalho.

Por exemplo, uma obra de arte expressando uma verdadeira e autêntica individualidade humana é capaz de caminhar em direção à generidade para-si do homem, podendo exercer a função de combater a alienação e, conseqüentemente, possibilitar a elevação das singularidades humanas, transformando-as em personalidades não-mais-particulares.

Balzac, Tolstoi, dentre outros artistas, são citados por Lukács, como ilustrativos do papel histórico-universal da arte contra as diversas formas de alienação, nesse sentido, assumindo papel revolucionário no transcorrer do desenvolvimento da humanidade. Nesse mesmo tom, Lukács (1981) reafirma a profundidade do papel da arte com relação à relevância histórica da obra artística para a elevação das subjetividades dos indivíduos:

O fato, muito raramente no plano teórico da história da arte (em sentido lato) que as obras meramente naturalistas (reproduções do mundo na óptica do homem particular imediato) envelhecem muito rápido, enquanto a visão artística que nasce de uma elevação mais além da particularidade pode permanecer viva e operar por milênios no mundo da generidade para-si é um sinal da realidade e importância social desta constelação ontológica. (LUKÁCS, idem, p.48)

Portanto, a manifestação artística autêntica deve contribuir para a construção de possibilidades com objetivos de superação da personalidade particular, denunciando qualquer forma de limitação ao desenvolvimento das habilidades dos indivíduos. Portanto, devemos ocupar todos os espaços possíveis para questionarmos a sociabilidade de classes. Nesse processo, a própria exteriorização dos indivíduos representa uma determinação que não pode ser controlada por completo pelos mecanismos ideológicos de manipulação e alienação da sociabilidade da reprodução do capital. Felizmente, a realidade é contraditória e o ser de personalidade particular poderá resistir às diversas formas de alienação, estando em busca do desenvolvimento das habilidades de uma personalidade não-mais-particular.

No preciso esclarecimento oferecido por Costa, G. (2007, p.88):

Lukács enfatiza que diferentes níveis de expressão da genericidade não-mais-muda compõem o processo de evolução. Põe em evidência o surgimento de uma consciência traduzida em práxis da relação entre a total superação da mudez do gênero e o desenvolvimento de uma autêntica personalidade que se manifesta em termos de conflito interno daquela individualidade. Impulsionada pela necessidade, uma personalidade pode revelar-se autêntica se consegue superar os resíduos da mudez natural, mostrando-se como ser humano inteiro que se propõe a promover a unidade entre personalidade e gênero humano; somente assim pode tornar-se ‘sujeito ativo de uma verdadeira historia humana.’”

3.3.2 A relação entre o desenvolvimento do gênero, formas ideológicas e alienação

Na primeira parte do capítulo da Alienação, Lukács (1981) analisa, brevemente, a problemática da alienação como um complexo também ideológico. Porém, é verdade que o filósofo húngaro irá se debruçar especificamente sobre os mecanismos ideológicos alienantes ou revolucionários, com muito mais cuidado, na segunda parte do capítulo acima referido. Entretanto, Lukács não deixa de tratar das formas ideológicas como complexos que podem contribuir (ou não) na luta contra as diversas formas de alienação.

Nessa direção, podemos atestar que as diversas ideologias⁴⁶ nascidas como respostas aos conflitos do ser social assumem a função de reproduzir ou revolucionar os conflitos sociais. Como seguidas vezes indicado ao longo de nosso ensaio, no plano do ser social, as diversas formas de alienação funcionam como um problemático entrave à efetivação do processo de transformação do gênero em-si em gênero para-si.

Em consonância com os pressupostos anunciados, podemos apontar que, na própria alienação burguesa, devido ao caráter dialético da realidade, os indivíduos podem (ou não) desenvolver seus processos de consciência crítica (ou não). Por exemplo, o indivíduo que luta pela redução da jornada de trabalho, não necessariamente possui uma consciência capaz de questionar os fenômenos aparentes que permeiam a vida cotidiana. Pelo contrário, na maioria das vezes, a luta é impulsionada por uma questão de mera sobrevivência na sociabilidade da exploração e manipulação do homem pelo homem. Esse fato, sem dúvidas, está fortemente relacionado com o processo de reprodução do capital. Todavia, segundo

⁴⁶ Sobre expressões ideológicas na concepção marxiana-lukácsiana, Costa, G. (idem, p.84) assegura: “Nosso autor não perde de vista o problema constitutivo do desenvolvimento genérico em sua dupla expressão, indicando a ciência, a filosofia e a arte como sistemas de valores elevados; expressões da ideologia de um determinado estágio evolutivo da genericidade. Para ele, a ideologia que permanece fixada na consciência medeia a relação entre passado, presente e futuro, constituindo base das avaliações dos homens para suas ações futuras.”

Lukács, referenciado em Lênin, trata-se de uma luta necessária, ainda que, via de regra, aliene os trabalhadores ao modo de produção vigente.

Como explica Lukács (1981):

quanto mais se desenvolve o aparato ideológico do capitalismo, tanto mais resolutamente tende a fixar com firmeza nos indivíduos tais formas de alienação, enquanto que, para o movimento operário revolucionário – com o fim de suscitar, promover, organizar o mais possível o fator subjetivo – desmascarar a alienação como alienação e a luta consciente contra ela é um momento importante (mas, não obstante, apenas um momento) dos preparativos para a revolução. (LUKÁCS, idem, p.57)

Por exemplo, a luta pela redução da jornada de trabalho não é uma luta contra a alienação, pois nesse processo a estrutura do capital não é questionada. Nesta, a carga horária dos trabalhadores poderá vir a ser reduzida, mas as exigências no trabalho certamente serão agravadas. Com isso, a burguesia no final das negociações não sai perdendo, pois os trabalhadores passam menos tempo na empresa e acabam assumindo mais serviços para prestar contas com seu patrão. Desse modo, as condições dos trabalhadores manipulados e explorados, muitas vezes, não apresentam grandes transformações em termos dos fundamentos da relação capital-trabalho, acabando, com frequência, por reforçar a exploração dos trabalhadores a serviço das empresas capitalistas.

Todavia, mesmo não se tratando de um elemento contra a estrutura do capitalismo, a redução da jornada de trabalho representa uma necessidade econômica dos trabalhadores. Contudo é necessário desmascarmos esse tipo de manifestação como um movimento alienado, pois ao realizarmos esse desmascaramento, estamos desenvolvendo uma luta consciente contra a alienação. No entanto, podemos dizer ainda que a luta pela redução da jornada de trabalho é um momento importante (mas, não obstante, apenas um momento) como preparatório para a construção de possibilidades efetivas de um movimento revolucionário em busca da formação de uma sociabilidade autenticamente emancipada.

Lukács (1981) analisa a obra de Lênin *Que Fazer?* para desenvolver as reflexões sobre o processo de aquisição de consciência na luta de classe dos operários, em busca da construção da genericidade em-si para o desenvolvimento de uma genericidade para-si, ao mesmo tempo, a construção do desenvolvimento de uma personalidade particular para uma personalidade não-mais-particular. Quanto mais o indivíduo luta contra a alienação, mais sua personalidade contribui para a genericidade para-si. Nesse desenvolvimento da personalidade do indivíduo, sua individualidade sai de si mesma, em direção ao enriquecimento do gênero humano. Temos então o enriquecimento da individualidade contribuindo para o

enriquecimento da generidade; ao passo que o enriquecimento do segundo também contribui para o enriquecimento do primeiro.

Dessa forma, poderemos lutar pela construção do processo revolucionário, também, por meio da aquisição da consciência de classe. Com isso, teríamos a individualidade contribuindo para a evolução da generalidade não mais alienada e, assim, presenciariamos a superação dos fundamentos da relação capital-trabalho.

Nessa perspectiva, consideramos que as relações dos indivíduos com a totalidade e suas mediações sociais formam um complexo reflexivo⁴⁷ capaz de interferir diretamente um no outro. Para o nosso autor, o reflexo⁴⁸ é justamente a maneira como os indivíduos apreendem a realidade por meio da consciência⁴⁹. Sobre essa interligação entre individualidade e generidade; indivíduo e totalidade; subjetividade e objetividade; espontaneidade e formação da consciência de classes, Lukács (1981, p.59) fundamentado na obra de Lênin, *Que Fazer?* alerta: “consideramos a relação do indivíduo com a totalidade das determinações sociais como base de cada generidade para-si, e do discurso de Lênin resulta claramente que no caminho da espontaneidade à consciência, cada indivíduo deve percorrê-lo pessoalmente.”

Daí, entendemos a problemática da alienação fundada numa forma de consciência em-si mais agravada com as consequências da manipulação da vida econômica manifestada pela subsunção do trabalho ao capital pela reprodução capitalista. Nesse caso, a consciência é entendida como o fundamento que regula as ações práticas da vida cotidiana dos indivíduos, com a vida econômica assumindo prioridade ontológica, com relação à base de toda a existência social.

Isto é o que deixa claro Lukács, afastando-se radicalmente de uma concepção gnosiológica acerca da consciência. Nesse sentido, nos aclara o filósofo húngaro:

Quando falamos aqui de consciência, não entendemos referir-se a teorias, concepções de mundo, etc. - nem ao fundamento gnosiológico, - mas àquela consciência que regula as ações práticas do indivíduo na vida cotidiana. E nesta há,

⁴⁷Lessa (1997, p.05) analisa a concepção de Lukács sobre reflexo afirmando que: “o reflexo é, para Lukács, a forma especificamente social ativa apropriação do real pela consciência.”

⁴⁸Conforme Lessa (idem, p.06): “o máximo da apropriação do real pela consciência é o ‘reflexo’ enquanto ‘ato de consciência’. Este ato eleva o real à ‘posse espiritual’ num processo de constante «aproximação» que, justamente por isso, não pode jamais se converter em identidade (36-7).”

⁴⁹Ainda Lessa (idem, p.08) explicita: “o reflexo é uma atividade da consciência que cria uma ‘nova forma de objetividade’, ‘uma realidade própria da consciência’, a qual, juntamente com outros fatores objetivos e subjetivos, será determinante do ser-precisamente-assim de cada pôr teleológico, de cada ato humano. Em nenhum momento, e de modo algum, portanto, o reflexo significa a mecânica submissão da subjetividade ao objeto, mas antes uma atividade da consciência que, no interior do trabalho, atende à necessidade de captura de determinações do ser-precisamente-assim existente.”

provocada por uma necessidade “sob pena de ruína” que força das coisas se apresenta espontaneamente, precisamente esta prioridade ontológica da vida econômica como base de toda existência na sociedade. É o manifestar-se puro da generidade em-si, enquanto tudo aquilo que vai dela existir na vida só de forma ideal. (LUKÁCS, idem, p.61)

Com isso, observamos que a consciência dos indivíduos reflete muito da sua formação, expressa em forma de individualidade autêntica ou individualidade alienada. No marxismo autêntico, os fenômenos da alienação só poderão ser enfrentados metodologicamente de forma rigorosa, ao levarmos em consideração a duplicidade do caráter da personalidade particular que poderá (ou não) vir a se transformar em personalidade não-mais-particular. Essa forma de consciência e implicação na formação da personalidade dos indivíduos está relacionada também com o tipo de conteúdo social dos vários graus de práxis social⁵⁰.

Conforme esclarece Lukács (1981, p.62-3): “a personalidade não-mais-particular do indivíduo, que, em tal contexto, tem assim grande importância, é um processo que no imediato se desenvolve no plano ideal, mas ao mesmo tempo constitui um momento relevante do ser social, exatamente enquanto ser objetivo.” Prosseguindo, o filósofo destaca o conteúdo da consciência do homem enquanto ser social: “a consciência particular e aquela não mais particular está baseada no conteúdo social dos vários graus da práxis. Tal conteúdo é sempre social.” (LUKÁCS, idem, p.63)

Atribuindo, mais uma vez à consciência, um caráter ontológico-social, Lukács situa o papel da consciência na formação da personalidade, destacando como a generidade em-si e a generidade para-si se relacionam com o desenvolvimento das capacidades humanas e o desenvolvimento das personalidades dos indivíduos:

a generidade em-si e para-si formam ao mesmo tempo uma unidade e são contraditórias, comportam uma conexão e antítese no desenvolvimento das capacidades e da personalidade dos homens no curso deste processo de socialização. A personalidade, portanto, em todos os seus níveis evolutivos, em todos os seus modos de exprimir-se, na sua linha, dinâmica e de estrutura globais é uma categoria ontológico-social. (LUKÁCS, idem, p.63)

É oportuno ressaltar que a problemática da alienação na sociabilidade fundada na relação capital-trabalho interfere diretamente no complexo da formação das personalidades⁵¹

⁵⁰ Mais à frente trataremos especificamente do papel da práxis social da educação no contexto de luta contra os fundamentos das diversas formas de alienação que contribuem para a desagregação das personalidades dos indivíduos.

⁵¹ Em síntese, ressaltamos a relevância da concepção de personalidade como um momento fundamental do entendimento da problemática da alienação. Para tanto, reforçamos aqui, a análise empreendida por Costa, G. (2007, p.159): “A constituição da personalidade é um dos momentos de superação da mudez natural do gênero

dos indivíduos. Esse fato proporciona perdas ao desenvolvimento pleno desses indivíduos. Todavia, mesmo diante dessa realidade, a formação da personalidade deve assumir papel relevante na luta contra as diversas formas de alienação que impedem o desenvolvimento autêntico dos indivíduos.

Entretanto, Lukács (1981) esclarece, oportunamente, que, mesmo numa outra forma de sociabilidade (diferente da capitalista), poderão vir a existir formas de alienação. Por isso, não basta introduzir o socialismo para que, automática e mecanicamente, todas as formas de alienação sejam extintas, como queriam os stalinistas, uma vez que o fim de uma forma de alienação não necessariamente significa o fim de todas as formas de alienação. A esse respeito, Lukács (idem) confirma:

Existia realmente quem pensava que com o advento do socialismo se tornaria supérflua até mesmo a ciência da economia. O stalinismo, por sua vez, aceitava a crítica e a polêmica de Lênin contra a teoria da Segunda Internacional, mas na sua práxis (e nas 'teorias' elaboradas para legitimação desta) seguia mesmo a idéia que bastava introduzir o socialismo para pôr fim à alienação. (LUKÁCS, idem, p.66)

Então, Lukács assinala que a alienação não deve ser estudada como um conceito geral e abstrato. Os indivíduos necessitam se desenvolver no sentido de alcançar um estágio superior de gênero humano, em busca da personalidade não-mais-particular, do que podemos depreender que não é por meio de imposições do tipo stalinista que poderemos chegar ao desenvolvimento dos indivíduos livre de alienações. Por fim, a essência da alienação deve ser entendida livre de preconceitos e fundamentada autenticamente na ontologia marxiana, para que possamos contribuir com a luta em direção à emancipação humana.

3.4 Síntese conclusiva acerca dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação

Como vimos, diante da realidade contraditória e dialética historicamente construída pelos indivíduos, a alienação não deve ser considerada como a única forma de objetivação e exteriorização do processo social. Desse modo, as formas de objetivações e exteriorizações dos indivíduos podem contribuir para reproduzir ou revolucionar a

humano em gênero não-mais-mudo, que se gera no desenvolvimento do ser como totalidade. A constituição desse processo comporta diferentes níveis de consciência dos homens sobre si mesmos, o que varia da simples adaptação quase espontânea e irrefletida ao ordenamento local concretamente dado das sociedades mais primordiais até o emergir de uma consciência traduzida em práxis sobre a relação entre a total superação da nudez natural do gênero e o desenvolvimento de uma autentica personalidade. Isto se manifesta em termos de conflito interno daquela individualidade com a própria sociedade, na realização de suas escolhas em favor da generidade.”

sociabilidade burguesa. Nessa perspectiva, a construção da passagem entre as objetivações e exteriorizações da generidade-em-si e aquelas para-si, na sua relação com a personalidade particular e não-mais-particular, revela duas linhas dinâmicas de objetivações e exteriorizações dos indivíduos: uma de submissão aos mecanismos de manipulação; e a outra de resistência contra as diversas formas de manipulação alienadas peculiares à sociabilidade de classes.

Interessantemente, a problemática da alienação tem relação direta com a formação da personalidade dos indivíduos na vida cotidiana. A efetiva aproximação do gênero não-mais-mudo com relação à generidade para-si dar-se-á com o amadurecimento da generidade em-si. Esse processo está diretamente relacionado com as objetivações realizadas pelos indivíduos, e os retornos desses atos em forma de exteriorização, formando um complexo reflexivo de atitudes objetivas e subjetivas que poderão contribuir para o desenvolvimento (não-mais-particular) ou para a deformação (particular) das personalidades dos indivíduos.

Nessa relação de vínculo indissoluto, entre a generidade para-si e a personalidade não-mais-particular, é que podemos compreender a superação efetiva da mudez do gênero humano, ou seja, como os indivíduos podem se desenvolver para além de sua personalidade particular. Nesse sentido, ressaltamos que a elevação espiritual (apesar de sua grande relevância) dos indivíduos não pode ser vista como um seguro remédio contra as diversas formas de alienação peculiares à sociabilidade de classes, uma vez que o componente do modo de produção econômico-social pode vir a deformar a conduta dos homens de personalidade não-particular, colocando em segundo plano toda resistência ideológica individual, sem nunca anulá-la por completo.

Por ser a alienação um fenômeno também ideológico, segundo Lukács (1981), no contexto da sociabilidade de classes permeado de formas ideológicas alienadas, existe a possibilidade de um mesmo indivíduo alienado ideologicamente se contrapor, no âmbito do ser social, à lógica da manipulação, considerando que, com a análise do movimento dialético da história, passamos a compreender a realidade cotidiana de maneira refletida e vinculada com a totalidade em busca do processo da construção da consciência para-si.

Portanto, entendemos que a relação entre gênero humano e formação das personalidades dos indivíduos é de grande relevância para compreendermos as raízes das diversas formas de alienação provenientes das sociedades de classes. Até porque a problemática da alienação se constitui em obstáculo para a superação efetiva da mudez do gênero humano em-si e da personalidade particular. É justamente na luta pela efetiva relação entre generidade para-si e personalidade não-mais-particular que se fundamenta a luta contra

as diversas formas de alienação, estas que são responsáveis pela deformação das personalidades dos indivíduos.

Aqui, juntamente com Lukács (1981, p.66-7), buscamos realizar uma síntese conclusiva sobre as bases ontológicas do problema da alienação, apontando em primeiro lugar que “toda alienação é um fenômeno que tem fundamento sócio-econômico e, sem uma clara mudança da estrutura econômica, nenhuma ação individual é capaz de mudar nada de essencial em tais fundamentos.”

Em segundo lugar, asseveramos que toda alienação é um fenômeno também ideológico e, portanto, “cada momento subjetivo da alienação pode vir a ser superado somente mediante posições práticas corretas do indivíduo em questão com o qual ele mude em termos efetivos, práticos”. (LUKÁCS, idem, p.66-7)

Em terceiro lugar, reafirmamos que a problemática da alienação só poderá ser compreendida em seus fundamentos ontológicos se a tratarmos como um fenômeno social concreto. Nos termos postos por Lukács (idem, p. 66-7):

todas as formas de alienação operantes em um dado período são, em definitivo, baseadas na mesma estrutura econômica da sociedade. Por isso, a sua superação objetiva pode – não: deve – ser realizada mediante a passagem a uma nova formação ou a um período estruturalmente diverso da mesma formação.

Nosso autor revela, ademais, a grandeza da compreensão dessa problemática como um projeto revolucionário para erradicar a sociedade capitalista, afirmando que:

Não se trata aqui de um caso que em toda crítica radical, revolucionária, de uma ordem social, que aponte para transformações reais ou, pelo menos, para uma reforma de fundo, estejam presentes tendências a reconduzir teoricamente as várias formas de alienação à sua raiz social comum, para erradicá-las juntamente com esta. (LUKÁCS, idem, p.67)

Desse modo, dada a complexidade do pluralismo ontológico da alienação, Lukács (1981) analisa as possibilidades e perspectivas de superação dessa problemática. Esta é analisada como um dos problemas concretos por meio da superação do indivíduo alienado. Por isso, a possibilidade de vislumbrarmos indivíduos que lutam pela emancipação humana só pode ser realizada quando levamos em consideração a importância de suas consciências articuladas ao mundo objetivo formando o complexo contraditório e dialético da práxis⁵² social.

⁵² A práxis é uma categoria muito cara ao marxismo, e nesse momento não teremos condições de analisá-la cuidadosamente como fez Vázquez em sua obra *Filosofia da Práxis*. Todavia, fazemos questão de explicitar que nossa concepção de práxis está fundada na teoria marxiana, como podemos concordar com o posicionamento de Vázquez (2007, p.109) acerca da problemática da práxis: “Com MARX, o problema da práxis como atividade

Sendo assim, a conduta de vida dos indivíduos e suas ações cotidianas são fundamentais para a construção de possibilidades de superação das formas de manipulação da sociabilidade burguesa. Contudo, vale frisar que a superação de uma forma de manipulação não significa necessariamente o fim das outras alienações⁵³.

Nesse sentido, Lukács (1981, p.67-8) ressalta que: “Os problemas concretos que nascem de tal estado de coisas, isto é, do pluralismo ontológico da alienação, poderão ser discutidos em termos adequados em seu significado somente na Ética. Este é um dos maiores obstáculos ao tornar-se-homem, tornar-se-pessoa, do homem”. E prossegue explicando que a *Ontologia do ser social* pode apontar possíveis caminhos com relação à problemática da alienação, esclarecendo a necessidade de os indivíduos lutarem contra esse pluralismo ontológico, reconhecendo que isso não implica, de maneira alguma, que estamos desenvolvendo uma análise subjetivista:

como entendem ao contrário as várias correntes filosóficas ou psicológicas da nossa época, estão habituadas a aproximar-se de tais questões com o seu atual aparato de idéias. Uma personalidade ontologicamente independente da sociedade na qual vive, não pode existir e, portanto, essa contraposição tão difundida entre a personalidade e sociedade não é mais que uma abstração vazia. (LUKÁCS, idem, p.67-8)

Negar o papel efetivo dos indivíduos é tarefa das concepções burguesas com o objetivo de intensificar os mecanismos de alienação para que as personalidades particularistas continuem em-si, sem denunciar as mazelas criadas pelas sociedades de classes. Cabe frisar que no capitalismo, a violência é, ainda, mais intensificada com as diversas formas de alienação sofridas pelos indivíduos.

Lukács (idem, p.68) considera o significado da verdadeira individualidade em conexão com

Quanto mais um problema de alienação atinge e mobiliza pessoalmente um homem na sua verdadeira individualidade, tanto mais ele é social, genérico. Portanto, as ações deste homem tanto mais nitidamente miram a genericidade para-si, quanto mais se tornam pessoais, a prescindir do fato que ele desta tenha clara e verdadeira consciência.

humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento.”

⁵³ Nessa perspectiva, vale lembrar a advertência de Lukács (1981), acerca de um trabalhador que, ao lutar contra a opressão vivenciada em seu trabalho, não necessariamente, estará lutando contra outros tipos de alienação. Muito pelo contrário, como já exemplificamos, esse mesmo indivíduo que desenvolveu uma consciência aplicada à luta de classes no trabalho, ao chegar em seu lar, poderá vir a tratar sua esposa e filhas de forma opressora e hostil. Por isso, o filósofo húngaro menciona a relevância da ética como mecanismo de superação da lógica de opressão e subjugação de um homem em relação ao outro, em todas as possíveis dimensões.

Lukács conclui sua complexa e rigorosa formulação sobre a forma ontológica da alienação, afirmando que seu estudo se condensa apenas em notas introdutórias sobre o complexo da alienação. O autor ressalta a relevância de estudarmos esse objeto no seu plano concreto do ser social em seu sentido ontológico, demonstrando que seria um tortuoso caminho adotar um conceito geral para a alienação como fenômeno único, tendo em vista que na sociabilidade de classes são necessárias várias formas de alienação para a efetivação da subsunção do trabalho ao capital. Nesta, presenciamos o processo da exploração do homem pelo homem, o qual, por sua vez, é apoiado em vários mecanismos da processualidade⁵⁴ alienada instaurada na vida cotidiana dos indivíduos.

As diversas formas de alienação são compostas por um complexo processo de manipulação imposta aos indivíduos em sua processualidade, sendo justamente por meio desse processo que estudamos seu funcionamento. A esse respeito, Lukács (1981, p.69-70), salienta a relação existente entre a alienação e a sua específica processualidade

A alienação, portanto, no plano do ser não é jamais algo estático, mas representa sempre um processo que se desenvolve em um complexo: a inteira sociedade e a singular individualidade do homem. Esta processualidade, como sempre na sociedade, na qual é a posição teleológica dos indivíduos a constituir a base essencial, consta necessariamente destas posições, de um lado, e das séries causais que elas colocam em movimento, do outro.

Cabe ainda frisar que a luta contra as diversas formas de alienação é uma questão decisiva para o indivíduo, assim como o efeito desta na formação da personalidade do indivíduo assume o papel de intervenção modificadora. Nesse sentido, a resistência deve ser objetivada como fundamento da realização da vida cotidiana de cada trabalhador na luta diária contra os diversos processos de alienação.

Dentro do campo de possibilidades entre alternativas que encontramos na totalidade, podemos optar por uma vida dotada de comodismo em relação às diversas formas de alienação. Ou, contrariamente, poderemos heroicamente optar por uma vida de luta e resistência contra as amarras que impedem o homem de viver emancipado de qualquer forma de opressão.

Procuramos evidenciar os elementos centrais dos fundamentos ontológicos do problema da alienação, que Lukács (1981) anuncia como notas introdutórias, seu texto tão rico e complexo. Vimos a profundidade com que o filósofo húngaro trata a alienação, como

⁵⁴ Falamos em processualidade alienada, porque além de ser uma expressão adotada por Lukács (1981), este afirma que devemos entender em que medida se dá o processo ou processualidade da construção da alienação.

um fenômeno, outrossim, ideológico. Logo entendemos que a luta dos indivíduos contra as diversas formas de alienações na sociabilidade de classes, assume um caráter também ideológico.

Por fim, Lukács (1981) ressalta a luta como instrumento fundamental para a resistência e denúncia teórico/prática contra o processo de manipulação alienada. Poderemos, inclusive, vislumbrar possibilidades de construção de uma sociabilidade emancipada para a constituição de indivíduos de personalidade não-mais-particular. Além disso, Lukács (idem) demonstra como a análise acerca das personalidades dos indivíduos explicita as raízes de uma dada forma de sociedade:

Aquilo que denominamos forças próprias tem ao contrário as suas raízes na personalidade originária (mas, desenvolvidas nas interações com a sociedade) do indivíduo em questão, todavia o seu avançar ou regredir se realiza no âmbito de um ininterrupto processo de apropriação dos resultados passados e presentes do desenvolvimento da sociedade. (LUKÁCS, idem, p.71)

O filósofo continua sua explicação, enfatizando o poder que os indivíduos históricos exercem na luta contra as diversas formas de alienação:

Aquilo que agora é o conteúdo da vida do indivíduo, isto é, a convicção (que pode ser uma simples sensação ou uma vaga idéia) da realidade da genericidade para-si, é ainda a arma; que está disponível para ele, mais eficaz contra a alienação. São essas lutas, o seu progredir e regredir, que constituem o modo de ser da alienação. A sua imediata estaticidade é apenas uma aparência. (LUKÁCS, idem, p.71)

O processo de conscientização dos indivíduos pode criar possibilidades de superação da personalidade em-si e de lutarmos pela construção do gênero humano para-si, em busca do desenvolvimento autêntico dos indivíduos. Precisamente por isso, Lukács (1981) explica que o processo de alienação é um fenômeno contraditório e dinâmico. Entretanto, ao analisarmos a problemática da alienação no nível da aparência poderemos constatar que se trata de um fenômeno meramente estático. Mas essa condição aparentemente estática da alienação não revela a essência dinâmica e contraditória contida nas relações entre os indivíduos. Na continuidade dessa análise, podemos reforçar a relação existente entre a formação da personalidade dos indivíduos e a luta contra a alienação, como bem identifica Costa, G. (2007):

Os processos alienantes agem no sentido de manter a personalidade somente no nível da particularidade e apenas sua elevação a uma personalidade autêntica, no plano da consciência, pode aspirar à constituição de uma genericidade humana para-si. Impulsionada pela necessidade, uma personalidade pode revelar-se autêntica se consegue superar os resíduos da nudez natural, mostrando-se como ser humano inteiro que se propõe a promover a unidade entre personalidade e gênero humano, e

somente assim pode tornar-se sujeito ativo de uma autêntica história da humanidade.
(COSTA, G., idem, p.160)

Então, consideramos que nesse estudo realizamos uma primeira aproximação dos fundamentos ontológicos da problemática da alienação, para podermos compreender, em estudos posteriores, a atual base objetiva da alienação e os mecanismos para sua superação.

4 A EDUCAÇÃO E OS FUNDAMENTOS DA ALIENAÇÃO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO

Com base nos fundamentos ontológicos da alienação aqui expostos, entendemos que, na sociabilidade de classes, o processo de alienação tem sua raiz no complexo do trabalho, manifestando-se, contudo, não só nesta esfera, mas, na totalidade das práxis sociais por este fundadas. Nesse sentido, anunciamos a relação existente entre alienação e, especificamente, a práxis social da educação, buscando avançar nossa reflexão no sentido de perscrutar como e sob que condições a segunda poderá contribuir para a superação da primeira.

Cabe lembrarmos que a alienação, segundo Lukács, após Marx, não é um fenômeno inerente à esfera do ser social, não se constituindo, desse modo, uma categoria eterna da vida humana. Ao contrário, é um complexo social historicamente construído, assumindo, sobre a base do trabalho alienado, características específicas de cada modo de produção forjado pela sociabilidade de classes e que se apresentam de forma decisivamente agravada na sociedade capitalista e, mais ainda, no contexto da crise contemporânea do capital, a qual, conforme Mészáros, articula-se à intensificação das contradições do capital, elevando a barbárie social a um patamar inédito de ferocidade.

Com tenta esclarecer Jimenez,

Esse quadro insere-se num contexto marcado pelo que Mészáros (1995, 1995a) define como uma crise estrutural vivida, hoje, pelo capital, distinta das crises cíclicas que marcaram sua trajetória, a qual, tomando proporções e intensidades inéditas na história moderna, aguça de modo particularmente feroz, o caráter de destrutividade desse sistema. Para esse autor, referido fenômeno apresenta como conseqüências mais nefastas, a destruição e/ou precarização sem precedentes da força humana que trabalha e a degradação ímpar do meio ambiente, permitindo divisar-se, em suas próprias palavras, o *espectro da destruição global*. (JIMENEZ, 2007, p.66, grifos no original)

Em qualquer hipótese, entendemos que o processo da alienação penetra inexoravelmente a esfera da vida cotidiana e implica a desagregação das personalidades dos indivíduos, fenômeno, vale enfatizar, que, igualmente se potencializa diante das condições do capitalismo contemporâneo.

É importante salientar que, embora Lukács não tenha se dedicado especificamente ao complexo da educação, em sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social* –

muito menos no capítulo sobre a alienação, como o fez, por exemplo, em relação à arte – esse fato não comprometeria a possibilidade de estudar-se o papel da educação no processo de reprodução social, traçando, por conseguinte, as devidas relações entre a educação e o complexo da alienação. Este fato, com efeito, não constituiu fator impeditivo para que diferentes autores⁵⁵ apreendessem o sentido da educação - por vezes no sentido explícito da formação humana – a partir das referências diretas do autor sobre a questão, como do conjunto de suas elaborações em torno da relação onto-histórica entre o trabalho e os demais complexos que configuram o mundo dos homens.

Na explicitação de Lima:

É importante enfatizar que Lukács não apresenta, em sua Ontologia, um exame pormenorizado do complexo da educação. Tampouco era esse seu desiderato. Entretanto, isso não significa que não encontremos nos seus escritos elementos acerca da educação, através dos quais seja possível realizar uma análise dessa categoria. Principalmente na Reprodução, há muitas considerações explicitamente referentes ao complexo da educação. Essas, além do conteúdo precioso que encerram, também fornecem importantes pistas, quando observamos os nexos por meio dos quais a educação vai sendo articulada às demais categorias analisadas por Lukács. (LIMA, 2010, p.15)

Na concepção do filósofo húngaro, o complexo da educação é fruto de respostas sociais e não de aspectos biológicos, por isso entendemos que a educação é um complexo puramente social resultante da complexificação cada vez mais crescente da sociabilidade humana. Em consonância com esse raciocínio, Lima (2010) identifica a função ontológica da educação citando o próprio Lukács:

“Para a sociedade desenvolvida é necessário acrescentar, além disso, que esta porção de tempo necessário para tornar o homem um adulto em sentido humano-social é muito mais longa do que aquela necessária em sentido biológico; ele, por exemplo, já alcançou há tempo a maturidade sexual quando, do ponto de vista humano-social, é ainda um menino imaturo. A educação, como já dissemos, é um processo puramente social, é um formar e ser-formado em termos puramente sociais.” (LIMA, idem, p.10)

Nesse processo, a educação, a exemplo dos demais complexos sociais, mantém com o trabalho uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa. Sendo assim, ainda com Lima (idem), fundamentada em Lukács, a função precípua da educação é:

efetivar a apropriação das objetivações constituintes do gênero humano. Ao contrário das características biológicas, cuja transmissão se realiza por processos naturais, via hereditariedade, as características próprias do gênero humano

⁵⁵ Dentre estes, podemos citar Lima (2009) e (2010); Costa, F. (2007); Silva Júnior & González (2001), Tonet (2005) e (2007) e o próprio Lessa (2007).

precisam ser apropriadas por cada indivíduo singular. Através da apropriação dessas características e da realização de posições teleológicas concretas, os singulares constituem-se como partícipes do gênero, ao mesmo tempo em que produzem a sua individualidade. (LIMA, idem, p.20)

Afiança a autora, ademais, que:

Na compreensão lukacsiana, a educação é um complexo social fundamental para a realização desse processo, o que a torna indispensável em todas as formas sociais concretas. Em sentido *lato*, ela se constitui como um complexo universal; em sentido estrito, sua origem vincula-se a necessidades particulares, oriundas da sociedade de classes. Entre essas duas formas de educação, não há uma separação metafísica e sim uma influência mútua. (LIMA, idem, p.20, grifo no original)

Em consonância com os fundamentos acima expostos, podemos advogar que a educação cumpre um papel primordial na apropriação pelos indivíduos, das características peculiares ao gênero humano. Com isso, podemos também salientar que existem dois sentidos para essa forma de práxis social. Isso equivale dizer que, no processo de reprodução social, a educação ocupa um lugar relevante, mesmo que sua característica de complexo universal tenha aglutinado necessidades voltadas para responder a vínculos privados, provenientes da sociedade de classes.

Sobre as duas funções dialeticamente interligadas da educação, Lima (2010), fundamentada em Lukács, afirma:

Em sentido amplo, a educação se assemelha à linguagem pelo caráter universal e pela espontaneidade do seu desenvolvimento. Mas se distingue da linguagem pelo fato de só comparecer na relação dos sujeitos entre si, na práxis social, enquanto a linguagem se articula com a práxis e com o trabalho. [...] Em sentido estrito, assemelha-se ao complexo do direito e surge como consequência da complexificação do trabalho e da divisão de classes. Como é influenciada por interesses de classes, os grupos que a manipulam podem apresentá-la como um complexo que tem autonomia absoluta, como forma de fetichizar sua função e articulá-la com a reprodução do *status quo*. (LIMA, idem, p.20, grifos no original)

Mészáros (2006a), por seu turno, elucida a complexa relação entre a teoria marxiana da alienação e a compreensão dos múltiplos complexos da reprodução social, inclusive a educação, reafirmando a transcendência da alienação como a preocupação central da teorização de Marx, além de pontuar a possibilidade da educação de contribuir para esse projeto. Nesse sentido, o importante intérprete de Marx e Lukács atesta que

o relacionamento entre a teoria da alienação em Marx, como um todo, e os problemas contemporâneos, por meio da questão-chave comum da “transcendência positiva da alienação”: o conceito marxista de *educação* – que, em agudo contraste com as concepções atualmente predominantes, centralizadas de maneira estreita sobre as instituições, abarca a totalidade dos processos individuais e sociais – pode oferecer uma solução para a crise social

contemporânea, que se está tornando progressivamente mais aguda, e não menos, no campo da própria educação institucionalizada. (MÉSZÁROS, 2006a, p.25, grifos no original)

Desse modo, apostando, na possibilidade de que a educação se coloque na contraposição do capitalismo com o intuito de contribuir para a superação do complexo da alienação fundado na relação capital-trabalho, Mészáros entende, ademais, como atesta a passagem citada acima, a crise contemporânea da educação formal, institucionalizada, como fruto da própria crise do capital. Ou seja, de acordo com Mészáros (2009a), a crise não é algo peculiar ao sistema educacional, mas, acima de tudo, uma crise dos complexos que envolvem as relações sociais alienadas na lógica da reprodução de mercadorias, é uma crise, em suma, proveniente da própria lógica reprodutora da crise do capital, mormente em sua conformação de crise estrutural.

Tal crise, assim concebida, impõe de modo irracional e cruel o seu caráter devastador para a humanidade, acentuando o caráter de destrutividade e incontrolabilidade do capital, enquanto seus reflexos vêm se explicitando direta ou indiretamente, em todos os complexos sociais, penetrando de forma particularmente severa, a esfera da educação, impondo a esta, em primeiro plano, um processo de mercantilização que se aprofunda e se alarga a cada dia, como estratégia do capital de incrementar a acumulação, no duro quadro da crise.

A partir desse projeto de capital interesse para as burguesias internacionais e nacionais, o Banco Mundial e instituições congêneres impõem reformas profundas que dobram os sistemas educacionais em todo o mundo, com maior especificidade, privatizando amplamente a educação dos países pobres, conforme as prerrogativas do mercado.

O agravo alienante embutido num projeto de natureza descaradamente mercantil é, todavia, camuflado, pela retórica oficial, que apela a valores e paradigmas que hiper-fetichizam a realidade social, ocultando suas determinações e realçando a superioridade do privado sobre o público, diante das supostas exigências da flexibilidade associadas ao impacto das novas tecnologias que, por sua vez, instrumentalizam a chamada sociedade do conhecimento⁵⁶, hoje vigente, segundo a retórica dominante, em lugar da sociedade do trabalho e das classes sociais.

⁵⁶ Sobre esse assunto, indicamos a leitura do artigo intitulado *Trabalho e Luta de Classes na “Sociedade do Conhecimento”*, do professor Sérgio Lessa (2008). Nesse texto, Lessa (idem, p.25) argumenta que: “a tese acerca da ‘sociedade do conhecimento’, que hoje se apresenta como algo radicalmente novo, já possui alguns milênios de existência. Ela apenas ganha novas formas, uma aparência de ‘novidade’ (com tudo de alienado que o ‘novo’ adquire na sociedade fetichizada ao extremo), na medida em que vamos entrando na década de sessenta e, posteriormente, na década de noventa do último século.”

Nessa mesma linha ideológica, a educação é apropriada pelos organismos internacionais como uma instituição das mais relevantes para os propósitos do capital, ocultando seu complexo de determinações e jogando na conta da educação, a resolução dos incomensuráveis problemas gerados no chão da exploração do capital sobre o trabalho.

Em outras palavras, esses importantes organismos de defesa do capital⁵⁷ elegem a educação como panacéia geral das mazelas sociais provenientes do capitalismo, as quais, vale insistir, são agravadas no contexto da crise.

Lima é precisa quando explicita que, assumir a educação como panacéia de todos os males da humanidade, como tão bem coloca a retórica do capital,

desconsideraria a relação de dependência ontológica que este complexo mantém com o trabalho, na sua gênese, e com a esfera da economia, na sua reprodução. Pelo fato de a educação manter uma dependência ontológica em relação à economia, sua efetivação, seja em sentido *lato* ou estrito, não pode pairar sobre a totalidade social e ser erigida em mecanismo de ajuste e correção das mazelas sociais (LIMA, *idem*, p.20).

Nesse sentido, inserida no contexto da crise, a educação é chamada, pelos mesmos organismos internacionais, a assumir o papel de erradicar a pobreza⁵⁸. Essa proposição tem sido firmada em sucessivas declarações provenientes de conferências e fóruns articulados as chamadas Metas do Milênio⁵⁹, como também ao Movimento de Educação para Todos. De caráter fetichizante, tal estratégia camufla as raízes da barbárie social, que se traduz na existência da pobreza, dentre outros severos padecimentos que afetam o mundo e que insistem em contrariar a retórica mistificadora do capital.

Entendemos, de fato, com base nos pressupostos da crítica marxista, que a situação de miserabilidade e de subnutrição, impostas pelo capital às diversas sociedades não

⁵⁷ É importante destacar, com base no registro de Mendes Segundo (2005, p.44): “Criados na Conferência de Bretton Woods, em 1945, o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional foram pensados, inicialmente, como um fundo de estabilização destinado a manter as taxas de juros em equilíbrio no comércio internacional e propiciar a reconstrução e o desenvolvimento dos mercados dos países afetados pela Segunda Guerra. Posteriormente, o Banco Mundial ampliou seus objetivos e passou a interferir na trajetória política e econômica dos chamados países em desenvolvimento, com o propósito singular de garantir o pagamento das dívidas e servir de instrumento para a definição da hegemonia dos Estados Unidos no capitalismo mundial.”

⁵⁸ A esse respeito, é importante conferir Jimenez e Mendes Segundo (2007).

⁵⁹ A chamada Declaração do Milênio foi aprovada por aclamação por parte de 147 Chefes de Estado ou Governo, junto a representantes do total de 189 Estados membros da Organização das Nações Unidas – ONU, reunidos na primeira Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000, em Nova York, sob os auspícios daquela Organização. Segundo noticiou a Agência France Press, à época, a Cúpula, diga-se de passagem, teria sido vigiada por um poderoso esquema de segurança, (Echeverria, A. M. – ONU – *Cúpula Milênio se encerra com compromissos por um mundo melhor*. Agence France Press, 08/08/2000), o que, já de pronto, motiva a que se especule sobre que ameaças pairariam sobre um evento que se propunha a aliviar a pobreza e a construir, em última análise um mundo melhor e mais seguro. (JIMENEZ e MENDES SEGUNDO, 2007, p.120).

pode ser superada pela utilização de metas educacionais propagadas aos quatro cantos do mundo pelo Banco Mundial e seus congêneres.

A burguesia cumpre igualmente com elevada competência, seu papel de incutir nos indivíduos a ideologia das oportunidades iguais para todos, aliada à falsa consciência de que existem alternativas por dentro do capitalismo, sob a manutenção do trabalho explorado e da propriedade privada, para a resolução dos problemas sociais e para a construção de um mundo humanizado.

Sob o pressuposto de que a crise na educação é proveniente da própria lógica que move a relação capital-trabalho, vivenciamos no campo educacional, os reflexos da alienação geneticamente atrelados à exploração do homem pelo homem, consignada no trabalho sob o capital, mormente na particularidade perversa da atual crise. Assim é que, junto à política das instituições que legitimam a lógica da reprodução fundada na relação capital-trabalho, contamos com a vigência no campo educacional dos chamados paradigmas pós-modernos, os quais mascaram a realidade da luta de classes e, ao mesmo tempo, tentam manipular as consciências dos trabalhadores de modo que esteja garantida a reprodução da sociabilidade burguesa.

Os paradigmas pós-modernos estruturam um processo educacional que (de)forma os indivíduos, obstaculizando a efetivação do gênero humano em-si em busca do para-si. Assim, a pseudociência, como se refere Coggiola (2001), é aplaudida por não ultrapassar o nível da aparência dos fenômenos, ancorando-se em elementos reduzidos à esfera do empirismo.

Dessa maneira, quando analisamos à luz da crítica marxista, os mecanismos de (de) formação que estão por trás da lógica burguesa da racionalidade das ciências pós-modernas, conseguimos identificar e demonstrar a imperdoável superficialidade que rege os processos de (de) formação humana, apartados do conhecimento científico, filosófico e estético de genuíno interesse no campo da elevação das singularidades frente às infintas possibilidades de realização do gênero humano. Nesses termos, ainda, a ausência de produções científicas que desvelem criticamente as distorções sociais, inclusive no que concerne à função social da educação, reflete *in totum* o processo de alienação da racionalidade capitalista.

Contrariando a lógica dos paradigmas pós-modernos que contribuem de maneira direta ou indireta com os pressupostos do mercado para perpetuar a teoria do capital humano na educação, proclamando a tese da insuperabilidade do capital e servindo de esteio às políticas mercadológicas propostas pelo Banco Mundial, temos a presença, no cenário

nacional, de importantes autores marxistas que vêm contribuindo com o desenvolvimento de uma teoria crítica e comprometida com a classe trabalhadora, como aqueles que vimos aqui citando, dentre outros.

Com o apoio destes, frente ao processo de precarização e de desestruturação da formação humana instituída pelo capitalismo e empregada pelas instituições que legitimam a lógica dominante, compreendemos que é necessário a construção de uma alternativa que se contraponha às imposições burguesas.

Pois, sob o mesmo prisma da ontologia marxiana, tampouco a educação pode ser considerada apenas como instituição reprodutora do sistema.

Ao contrário, como analisa Lima (ídem, p.01):

a análise lukacsiana permite concluir-se que o complexo da educação, conquanto impelido a manter o sistema de acumulação privada e a exploração do homem pelo homem sob o capital, pode constituir-se em espaço para objetivação de posições teleológicas voltadas à emancipação humana.

Ou, ainda:

Por outro lado, gozando de autonomia relativa, [a educação] não é deterministicamente ordenada pela sociedade. Assim, o campo específico da sua realização pode ser o espaço para a objetivação de posições teleológicas concretas vinculadas à emancipação humana ou destinadas a manter as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem. Em ambos os casos, o material sobre o qual opera essas teleologias secundárias é um sujeito que também reage com alternativas podendo produzir resultados bem diferentes daqueles intencionados pelas práticas educacionais. (LIMA, ídem, p.03).

Como assinalamos no capítulo anterior, Lukács entende a alienação como um complexo também ideológico, asseverando, outrossim, que, na própria realidade alienada, manifestada pela ontologia da vida cotidiana dos indivíduos, temos a existência da personalidade particular e da genericidade em-si como germes de transformação, respectivamente para a personalidade não-mais-particular e para a genericidade para-si.

Nesse sentido, é oportuno recuperar que, a partir de Lukács, Costa, F., (2007) explica a educação, igualmente como uma práxis social de caráter ideológico, e que assumiria a função não só de reproduzir os fundamentos da subsunção do trabalho ao capital, mas poderá caminhar no sentido contrário, isto é, denunciar as mazelas sociais provenientes do capitalismo, assumindo um papel positivo na luta revolucionária em prol da superação da alienação.

O autor ressalta, com efeito, que

a necessidade da constituição de uma ideologia educacional emancipatória está posta nas lutas mais elementares como: nas reivindicações dos educadores em torno do valor de sua força de trabalho; na exigência de democratização do ensino; na pressão por mais verbas para educação; nas discussões ao redor dos conteúdos curriculares e práticas pedagógicas; na necessidade de extinção de toda rede privada educacional e estatização de todos os níveis de ensino; na busca pela autonomia integral da educação no nível básico e superior; na luta pela autonomia administrativa, financeira e acadêmica; na reivindicação de controle de todo sistema educacional pelos professores, alunos e trabalhadores; na defesa de uma escola única, laica, científica, pública, gratuita, baseada na unidade trabalho intelectual/ trabalho manual e financiada integralmente pelo Estado. (COSTA, F., 2007, p. 151)

Mais adiante, o autor realça o lugar da atividade prática organizada e consciente na construção de uma educação emancipadora:

A construção de uma práxis educativa emancipadora é inseparável da atividade organizada dos sujeitos interessados, pois na realidade humana só podemos separar subjetividade e atividade por meio da abstração, além do que, como já vimos, o fundamento último das relações sociais são os atos teleologicamente orientados. (COSTA, F., 2007, p.151)

Sendo assim, somente uma educação comprometida com a classe trabalhadora é capaz de se contrapor às mazelas sociais provenientes da sociedade capitalista e uma educação efetivamente comprometida com a formação plena dos indivíduos deve valorizar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade ao longo dos tempos.

Também de acordo com Tonet (2007), podemos contribuir para a construção de uma educação efetivamente plena, e que almeje a emancipação humana. De acordo com o autor: “uma educação integral, hoje, só pode ter o significado de formar indivíduos comprometidos – teóricos e praticamente – com a construção de uma forma de sociabilidade – o comunismo – em que aquela formação integral possa efetivamente ser realizada.” (TONET, idem, p.09)

Um bom começo para esse desafio revolucionário seria a denúncia radical dos fundamentos políticos apregoados pelos organismos internacionais e pelos paradigmas pós-modernos, que legitimam direta ou indiretamente a lógica da reprodução do capital.

Desse modo, diante de tantos aparatos burgueses que efetivam e legitimam a alienação, podemos anunciar algumas atividades educativas que possam efetivamente contribuir com a superação do mesmo processo alienante.

Devemos ter clareza, contudo, de que enfrentaremos muitos obstáculos na luta contra os fundamentos da lógica que norteia a relação capital-trabalho. A esse respeito, Tonet (2007, pp. 9-10), também reafirmando o caráter ideológico da educação, adverte:

Considerando que a educação é um poderoso instrumento ideológico de controle do capital sobre a reprodução social, não apenas na escola, mas também fora dela,

é preciso ter claro que é de uma luta que se trata e não de uma simples questão técnica. [...] nessa luta, como em toda sociedade de classes, as idéias dominantes, são as idéias da classe dominante. De modo que a luta pela construção de uma sociedade plenamente emancipada se desenvolve em condições extremamente adversas.

Reafirma, todavia, o autor, que “as alternativas existem, já que o capital não pode exercer um domínio absoluto, sob pena de se autodestruir” (TONET, 2007, p.10).

Por esse prisma, entendendo a educação “como um campo da atividade humana que se caracteriza por possibilitar ao indivíduo apropriar-se do patrimônio comum da humanidade a fim de constituir-se como membro do gênero humano”, Tonet (2005, p.10) enumera alguns requisitos para a realização de uma atividade educativa emancipadora, que seriam:

o conhecimento amplo e aprofundado do objetivo último; o conhecimento, também o amplo possível, a respeito do processo social em curso; o conhecimento acerca da natureza e da função social da atividade educativa; a apropriação dos conhecimentos e habilidades nos campos mais variados da atividade humana e, por fim, a articulação da atividade específica da educação com as lutas sociais mais abrangentes. (TONET, idem, p. 10)

Costa, F. (2007, p.150), por sua vez, reitera a relação entre a possibilidade do desenvolvimento pleno das individualidades e a apropriação das objetivações genéricas historicamente produzidas, articulada à formação da consciência de classe e levanta a necessidade de, nessa perspectiva, se “influir no processo reprodutivo-educacional”, sendo, fundamental, para tanto,

a produção de objetivações educacionais – didática, programas, currículos, políticas educacionais e teorias –, que sirvam para tornar operativa uma nova forma de reprodução social que supere as relações de produção capitalistas de produção, pois as contradições e problemas da esfera educacional são irredutíveis e insolúveis sem a superação do capitalismo. (COSTA, F., idem, p.150)

Por fim, nos limites de nossa análise preliminar, podemos anunciar que no âmbito da autonomia relativa da educação frente às determinações do capital, existe a possibilidade concreta da luta em prol de atividades educativas emancipatórias. As quais se efetivam, primordialmente, no campo da apropriação do patrimônio genérico historicamente construído e, ao mesmo tempo, proporcionando o desvelamento do real nas consciências dos indivíduos. Um ponto essencial desse pretendido desvelamento traduz-se, precisamente, no entendimento de que a luta pela emancipação humana é a mesma luta pela superação da alienação na forma de exploração do homem pelo homem que fundamenta a sociabilidade

burguesa, ao cabo da qual, o indivíduo pode deixar a condição de ser particular e se transformar em ser não-mais-particular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudamos no nosso primeiro capítulo os efeitos do processo causal em relação às posições teleológicas que vão se complexificando de acordo com o desenvolvimento global da construção histórica específica de cada sociedade. Vimos que, por meio desse processo, podemos compreender a relevância do fator subjetivo vinculado ao mundo objetivo, assumindo caráter transformador e, muitas vezes, decisivo como uma resposta humana às relações de causa e efeito no processo de reprodução social por meio da complexificação cada vez mais crescente do trabalho.

Percebemos que as contradições são manifestadas no processo de continuidade e descontinuidade do ser social para a elevação do gênero humano, no contexto em que as atividades humanas não se limitam à finalidade do processo em si. Ou seja, o trabalho não se restringe à teleologia, ao contrário, a síntese das atividades humanas é um produto das séries causais que são construídas no conjunto histórico-dialético da humanidade. A síntese ontológica do ser social foi o que possibilitou por meio da estruturação do trabalho, a fundação do devir-humano, em outras palavras, a criação do mundo dos homens. Lembramos ainda que, na singularidade do trabalho, o ser social se enriquece, convertendo o homem em homem, pela plenitude da generidade humana com sua especificidade de único ser capaz de atividade consciente. É nessa construção da *síntese superadora*⁶⁰ que encontramos a revolução ontológica que representa a teoria desenvolvida por Marx.

Para o alcance dos objetivos do nosso estudo, foi necessário nos debruçarmos sobre a categoria trabalho para chegarmos aos fundamentos das diversas formas de alienação na vida dos indivíduos. Retomamos que, para Lukács (1981), o complexo social do trabalho possibilitou ao ser orgânico empreender o salto ontológico transformando-se em ser social.

Lukács (1981) cita Engels em sua obra *Dialética da Natureza* para explicitar melhor os êxitos da humanidade provenientes do trabalho que fundou o ser na esfera da sociabilidade:

⁶⁰ “Marx não descarta nem a objetividade nem a subjetividade, apenas constata que a ênfase em uma ou em outra tem um caráter redutor porque leva a apreender o ser social de modo parcial e não na sua integralidade. A importância de sua síntese superadora, no entanto, revela-se mais decisiva em relação à perspectiva da subjetividade, porque esta é a que tem predominado da modernidade aos nossos dias. E por uma determinação social, cuja raiz se encontra, como explica muito bem Chasin (1987), na intensificação cada vez maior do fetichismo da mercadoria, esta perspectiva é marcada, hoje, por uma dissociação sempre mais intensa entre consciência e a realidade efetiva.” (TONET, 2005, p.76).

“A águia vê muito mais distante do que o homem, mas o olho humano avista muito mais nas coisas do que o da águia. O cão tem narinas muito mais penetrantes que o homem, mas não distingue entre elas a centésima parte dos odores que para o homem são indicadores bem determinado de coisas diferentes. E o tato, que existe no macaco apenas em seu mais bruto estado inicial, só se desenvolve com a formação da mão humana, através do trabalho.” (LUKÁCS, idem, p.20)

Nessa linha de raciocínio, por meio do trabalho e das outras práxis sociais, o desenvolvimento historicamente acumulado pela humanidade ilustra o crescente distanciamento do ser social em relação ao ser orgânico, ainda que, em hipótese alguma, se desvaneça sua relação com as demais esferas cósmicas de ser, mais particularmente, com sua base biológica. Numa sociabilidade de classes, o mesmo trabalho que possibilitou, primeiramente, a construção do reino da necessidade com toda a riqueza material e espiritual já produzida pelo mundo dos homens, também inviabiliza, no seio de uma totalidade de relações alienadas, o acesso pleno dos trabalhadores aos bens materiais e espirituais historicamente produzidas, coibindo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de suas potencialidades. Nesse sentido, como esclarece Morais (2007, p.147), a partir de Marx: “Ainda que a modernidade tenha inaugurado um novo patamar, um momento de inflexão importante no processo de humanização dos homens, vivemos, sem sombra de dúvidas, na pré-história da humanidade. A História dos homens como indivíduos livres e universais está por ser forjada.”

Registramos, ainda, que, de acordo com Lukács, na esteira de Marx, o percurso histórico realizado pela humanidade desde o escravismo até o sistema capitalista é permeado pela lógica da reprodução social fundamentada nas relações alienadas. Isto significa que o processo de objetivação e exteriorização do homem é refletido de forma alheia ao próprio objeto produzido; ao processo de sua produção; ao seu gênero; aos outros homens e a si mesmo. Sua própria objetivação retorna em forma de exteriorização alienada impossibilitando o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, então este fica preso ao seu mero particularismo, obstando a elevação do gênero em-si em direção ao gênero para-si. O capitalismo agrava esse processo, considerando que pela primeira vez na história todos os indivíduos são concebidos como dotados de liberdade para mudar de posição social.

Marx enfatiza em vários momentos da totalidade de sua obra, a desumanidade alienada e manipulada que se desenvolve na relação capital-trabalho. Nesta relação, o trabalho alienado, trabalho assalariado, ou trabalho abstrato, ainda mais, reduz o tempo livre dos trabalhadores à realização das suas funções praticamente limitadas às necessidades animais.

Acoplado ao caráter prioritário da produção dos valores objetivados como mera mercadoria, o valor-de-uso é subsumido ao valor-de-troca.

Compreendemos que Lukács se apóia em Marx para analisar a condição de bestialidade que o homem atinge na sociabilidade produtora de expropriação da mais-valia dos trabalhadores de modo cada vez mais intenso. Marx demonstra a alienação nas expressões mais cotidianas da vida dos operários, pois o homem não se sentindo livre durante o seu processo de trabalho, aproxima-se da condição de indivíduo bestial que não goza de tempo livre e só se sente livre fora do trabalho. O filósofo húngaro, por sua vez, explicitando o fundamento marxiano da alienação, exemplifica a diferença entre a fome animal e a sua elevação no ser social para a condição de apetite. Porém, assinala que, nas relações alienadas da sociabilidade de classes, os sentidos dos entes sociais – comer, beber, procriar, dentre outras necessidades fisiológicas – praticamente sofrem uma regressão à mera condição fisiológica, finalmente assinalando:

Um regresso a este campo pode, em seguida, produzir um retorno do fisiológico, na sua elementariedade e brutalidade, isto é, um tipo de alienação da sensibilidade humana do estágio social que ela já tem realmente alcançado. E é isso que Marx exprime de modo apropriado com adjetivo “bestial”. (LUKÁCS, idem, p.22)

Ressaltamos que a problemática da alienação se faz presente também na obra de maturidade de Marx, como, por exemplo, em *O Capital*, conforme assevera Lukács (1981), contrapondo-se, assim, aos economistas vulgares, uma vez que estes afirmam que a análise dessa complexa categoria na obra marxiana está contida somente nos escritos do jovem Marx, ou seja, especificamente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. As várias categorias analisadas por Marx sobre a sociabilidade edificada pela relação antagônica capital-trabalho recebem diferentes denominações em momentos específicos de sua obra – trabalho abstrato, trabalho assalariado ou trabalho alienado – todas elas expressando as diversas formas de alienação na sociabilidade burguesa.

A problemática da alienação é um forte obstáculo ao desenvolvimento das personalidades dos indivíduos, isto é, um entrave para que estes possam saltar do estágio da esfera da particularidade em direção à autêntica personalidade não-mais-particular. Especificamente na alienação da vida sexual, tornam-se mais transparentes os níveis dos sentidos humanos mediados pela categoria do ter, provenientes de todo um processo de reificação e fetichização. Como vimos, Lukács (1981) assevera que são diversas as formas de alienação responsáveis pela legitimação e estruturação da alienação econômica em torno da

categoria do ter, no entanto, a degradação dos efeitos desse processo nas personalidades dos indivíduos é particularmente evidenciada na alienação da vida sexual.

Entendemos que, na estruturação da alienação econômica operam mediações intrínsecas a esse processo, por exemplo: a alienação provocada por mecanismos ideológicos, a alienação do homem em relação à mulher e da mulher em relação ao homem, a alienação das relações cotidianas que limitam os indivíduos à condição do ser em-si, a alienação religiosa; dentre outras. Não podemos tratar essa problemática como fenômeno geral e abstrato, tendo em vista que só é possível chegar aos seus fundamentos ontológicos, entendendo as mediações contraditórias e dialéticas que os envolvem. Daí retomarmos a alienação da vida sexual dos indivíduos, essa complexa problemática, denominada por Lukács de alienação da sexualidade.

Vale lembrar que Lukács (1981) põe em destaque a citação de Marx nos *Manuscritos de Paris* sobre a posição de Ferkuson em relação à alienação da vida sexual entre os indivíduos, assinalando que, através dessa relação, podemos avaliar o grau de civilidade que o homem conseguiu atingir. Como destaca Holanda (2005):

Para Marx, “a relação do homem com a mulher é *a mais natural* relação do homem com o homem. Nela se mostra, pois, até que ponto o comportamento *natural* do homem tornou-se *humano*”. Pode-se também avaliar nesta relação “até que ponto a *necessidade* do homem tornou-se *necessidade humana*; até que ponto, pois, o *outro* homem como homem tornou-se uma necessidade para o homem, e até que ponto o homem, na sua existência a mais individual, é por um tempo ente de comunidade.” (HOLANDA, idem, p.55)

De acordo com Lukács, para superarmos em sua radicalidade o interior das diversas formas de alienação fundadas pela relação capital-trabalho e seus processos de fetichização e reificação engendrados pela divisão social do trabalho, é necessário lutarmos contra toda forma de alienação atrelada à categoria do ter, que limita os sentidos dos entes sensíveis ao particularismo individualista, ao ponto de Marx, nos *Manuscritos de Paris*, comparar as funções humanas às funções meramente animais/bestiais, como acima assinalado.

Nessa direção, a mulher continua: 1) tendo que cumprir com os afazeres domésticos assumindo uma tripla jornada de trabalho; 2) sendo oprimida e ridicularizada como mercadoria pela sociedade capitalista; 3) sendo vítima da moralidade burguesa preconceituosa, limitada à estipulação de um padrão de comportamento feminino subjugado à perpetuação do machismo; 4) sofrendo com a desigualdade de oportunidades no mercado de

trabalho; dentre outras práticas que demonstram a falsa emancipação feminina e, conseqüentemente, a perpetuação da alienação da sexualidade.

Somente com a instauração do comunismo, conforme Lukács (1981), a dimensão sensível dos indivíduos poderá beneficiar-se plenamente do desenvolvimento econômico e espiritual já produzido pela humanidade. Nessa perspectiva, entendemos, em suma, que a luta pela efetivação da emancipação feminina deve estar atrelada à luta contra as diversas formas de exploração do homem pelo homem. Nessa direção, havemos que entender que a história da humanidade não sofre a determinação absoluta de qualquer modo de produção econômico-social, muito pelo contrário, a história é uma construção dinâmica, contraditória e dialética. Sob esta contingência, se dá a possibilidade da superação da sociabilidade burguesa e a necessidade imprescindível da luta contra o sistema, luta esta, em última análise, pela emancipação da humanidade.

Lukács (1981) assevera que Marx reconheceu o caráter contraditório da história. Ainda que não tenha determinado as características da sociabilidade comunista, apontou as mudanças necessárias na essência das subjetividades dos indivíduos em direção à superação da categoria do ter vinculada à propriedade privada da sociabilidade de classes. Com essa superação, teríamos as possibilidades lançadas no sentido de lutarmos contra os fundamentos da sociabilidade burguesa.

Reiteramos que a breve discussão sobre o trabalho como complexo fundante do ser social foi de extrema relevância para compreendermos como o gênero humano poderá vir a sair de si em direção ao gênero para-si. Nesse sentido, afirmamos com Lukács (1981) que a complexificação cada vez mais crescente do complexo social do trabalho permite o aparecimento das diversas práxis sociais, inclusive da educação, o que possibilita a passagem ao gênero para-si. Observa-se, então, que as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos foram lançadas. No entanto devido aos entraves das diversas formas de alienação provenientes da sociabilidade de classes, identificamos, por exemplo, que o desenvolvimento das capacidades humanas não se traduz necessariamente em desenvolvimento das personalidades dos indivíduos.

Dessa maneira, diante da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, de acordo com o filósofo húngaro, os indivíduos podem adquirir um caráter de massa, transformando-se em fator subjetivo revolucionário. Com isso, Holanda (2010, p.02) analisa: “Ora, se o para-si pressupõe uma teleologia qualitativamente superior posta a partir de decisões conscientes tendo em vista uma nova sociabilidade, os estranhamentos só podem

vir a ser em constante contradição com o para-si, já que se constituem num obstáculo à generalidade humana.” Na continuação dessa reflexão, Holanda (2005), explica:

tal como ocorre na relação dialética entre reino da necessidade e reino da liberdade, a generidade humana em-si é a base absolutamente necessária sobre a qual a generidade humana para-si pode florescer. De maneira que a antítese entre o desenvolvimento das capacidades singulares do homem e o da sua personalidade é tão-somente “o primeiro anúncio histórico-social desta antítese”. (HOLANDA, idem, p.82)

Diante de uma formação, no contexto da crise estrutural do capital, que deforma as personalidades dos indivíduos para que os mesmos não avancem em direção a emancipação humana, são muitos os esforços empreendidos pelos alienadores para manipulação e submissão das consciências dos indivíduos aos ditames da exploração do homem pelo homem. Nesse quadro, presenciamos a sociabilidade dos conflitos de classes com interesses antagônicos, como explica Lukács (1981, p.30): “não ocorre absolutamente que o sujeito agente tenha sempre a clareza teórica de construir – em última análise – uma nova ordem da sociedade, quando ele pessoalmente se insurge contra os dominantes conflitos, mas isso revela propriamente a sociabilidade do conflito”.

Na sociabilidade dos conflitos cotidianos⁶¹, as relações alienadas são manifestadas na vida dos indivíduos de acordo com os mecanismos do capitalismo que agravam a exploração do homem pelo homem. Assim, temos a criação do reino da necessidade que não proporcionou o desenvolvimento das capacidades singulares de todos os indivíduos, provocando o desenvolvimento contraditório entre individualidade e gênero humano. Todavia, devemos reconhecer que a riqueza material historicamente construída pelos indivíduos contribui para a elevação do gênero humano.

Essa duplicidade de funções das formas ideológicas, ou seja, reproduzir ou revolucionar no âmbito das contradições do ser social podem assumir a incumbência de limitar o gênero em forma de generidade em-si, ou podem inversamente desempenhar a função de desenvolver a generidade do seu para-si. Todo esse processo poderá realizar-se caracterizado por um movimento de continuidade e ruptura.

Portanto, a teoria marxiana recupera o indivíduo em sua essência material e espiritual, demonstrando um universo de possibilidades que possam elevar a personalidade

⁶¹ Costa, G., (2007, p.76) analisa o processo de exteriorização a partir das expressões cotidianas dos indivíduos: “O movimento no sentido da constituição da individualidade e da personalidade, como tentativa de unificação ou de homogeneização das inúmeras e heterogêneas expressões da sua exteriorização, pode ser compreendido somente quando se percebe que a sua gênese tem lugar a partir dos problemas reais existentes na sociedade expressos cotidianamente.”

particular em direção ao horizonte da personalidade não-mais-particular, possibilitando a elevação dos indivíduos em sua generidade e em sua personalidade. Ao contrário, portanto, do que fazem os intelectuais burgueses muito bem ilustrados pelos paradigmas pós-modernos científicos da educação, responsáveis também pela limitação dos indivíduos aos fenômenos meramente aparentes de suas vidas cotidianas.

Os reflexos da produção da ciência burguesa na formação intelectual realizam uma castração dos indivíduos ao acesso analítico da essência dos fenômenos. Esses reflexos impedem ainda que o ser social se desenvolva para além dos limites particularistas de sua personalidade. Com isso, a ciência produzida pela sociabilidade burguesa analisa os indivíduos de forma radicalmente desvinculada da totalidade social mascarando o caráter contraditório do movimento da realidade. A esse respeito, Lukács (1981) esclarece a mediocridade presente na produção científica dos burgueses:

Não seria muito difícil encontrar na situação social de um determinado estrato de burgueses as bases ontológicas para esta antítese abstrata. Mais importante é ver bem como um tal fundamento – se, o que acontece raramente, praticado com coerência – conduz a um empobrecimento e a uma deformação dos problemas de maior relevo próprios da vida pessoal. (LUKÁCS, idem, p.68)

O filósofo húngaro continua, “os assim chamados ‘excêntricos’ que frequentemente relembramos são, quando não se trata de loucos em seu sentido patológico, autênticos outsiders com relação a tendências sociais autênticas.” (LUKÁCS, idem, p.68). Dessa maneira podemos asseverar que esses são uma ameaça ao desenvolvimento das personalidades dos indivíduos. Por isso, Lukács (1981) enfatiza:

Não é casual que muito freqüentemente sejam exatamente aquelas ideologias as quais na própria práxis reduzem de fato a personalidade humana a simples particularidade, que depois criticam o marxismo porque este não apreciaria o suficiente ou não apreciaria de fato o relevo histórico dos indivíduos e da personalidade. (LUKÁCS, idem, p.69)

Identificamos que no contexto da crise estrutural do capital, presenciamos também uma intensificação da crise na educação proveniente da lógica que move a relação capital-trabalho. Nesse quadro, vivenciamos, no campo educacional, de modo particularmente exasperado, os reflexos da lógica alienante que contribui para a deformação das personalidades dos indivíduos, dificultando, sobremaneira, o desenvolvimento de suas personalidades em direção ao não particularismo. Podemos exemplificar o agravamento da problemática da alienação, na contemporaneidade, quando identificamos a larga presença

dos paradigmas pós-modernos nas universidades e no sistema educacional de um modo geral. Tendo em vista que tais paradigmas, em seus enunciados fundamentais, mascaram a realidade da exploração e da luta de classes, manipulando as consciências dos trabalhadores, no sentido de comprometê-las à lógica da reprodução da sociabilidade burguesa.

Entretanto, necessitamos construir alternativas educacionais que possam vir a contribuir com a superação da problemática da alienação. Nesse processo, devemos denunciar todas as mazelas sociais provenientes do capitalismo e, assim, precisamos apontar alternativas de superação da sociabilidade burguesa. Somente por meio da superação dos fundamentos da relação capital-trabalho é que podemos alcançar a emancipação humana, ou seja, a construção do reino da liberdade apontado por Marx e Lukács.

Fazendo juízo a nossa militância revolucionária, entendemos com Vasquez (2009) após Marx, que a práxis marxiana é, necessariamente, revolucionária, logo o nosso intuito teórico é, precisamente, prático e militante, pois estudar a realidade por meio de um referencial revolucionário é compreendermos o sentido radical de chegarmos ao horizonte da emancipação humana. Nesse sentido, fazemos questão de enfatizar que o objetivo do nosso estudo, dentro de seus limites próprios, é tentar contribuir com a criação do reino da liberdade.

Dessa maneira, entendemos que a educação analisada à luz de um referencial revolucionário deve empreender a denúncia à sociabilidade burguesa movida pela lógica da reprodução do capital permeada pela exploração do trabalho do homem pelo homem. Esta forma de exploração vem se intensificando de maneira brutal com o processo de crise estrutural do capitalismo. Nesse sentido, devemos lutar por uma educação capaz de andar na contraposição da ordem vigente impulsionada pela exploração humana, em outras palavras, somente uma educação comprometida com os interesses da classe trabalhadora é capaz de se contrapor às mazelas sociais provenientes da sociedade capitalista. Então, uma educação efetivamente comprometida com a formação plena dos indivíduos deve valorizar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade ao longo dos tempos.

Todavia, reiteramos que o processo educacional apregoado pelos organismos internacionais – Banco Mundial, UNESCO, dentre outros – legitimam a lógica da reprodução fundada na relação capital-trabalho, agravando, assim, a existência no campo educacional dos chamados paradigmas pós-modernos que são responsáveis por uma superficialidade gritante e explícita na deformação educacional dos indivíduos, sobretudo,

da classe trabalhadora. O descaso da sociabilidade burguesa com a formação educacional dos indivíduos está cada vez mais efetivado, basta olharmos para a realidade do campo da formação docente que vem sofrendo, extremamente, os reflexos das políticas públicas voltadas para o agravamento da precarização do ensino, chegando a nossas universidades de maneira avassaladora.

Daí a necessidade de atestarmos a relevância da luta pela afirmação do marxismo no seio da academia, o que traduz, acima de tudo, um compromisso com a formação educacional da classe trabalhadora. Sobre o descompromisso efetivo com uma educação crítica e revolucionária, Jimenez (2007) perscruta acerca do campo da formação docente:

entendemos que o campo da formação docente carece de análises que contribuam para o desvelamento das mistificações que impregnam o discurso sócio-educacional e invadem os cursos de pedagogia, divorciando o fenômeno educativo do complexo de ricas determinações em que esse se entrelaça. Estudos assim perspectivados contribuirão para que se mantenha vivo no cenário acadêmico-político, um enfoque epistemológico que, não obstante seu enraizamento profundo na tradição pedagógica crítica, vem sendo lançado às lixeiras da academia, tido como ultrapassado pelo avanço tecnológico que teria complexificado a sociedade contemporânea, para além de suas configurações classistas. (JIMENEZ, idem, p.76)

Compreendemos que o processo de precarização e mercantilização do ensino insere-se dentro de um contexto histórico, isto é, a educação é tratada como mercadoria no sentido de atender às necessidades do capital, mormente, no contexto da crise estrutural do capital. Precisamente por isso, somos impulsionados a entender que o complexo da educação pode andar na contramão da ordem vigente, contribuindo com a superação da problemática da alienação em direção à construção de uma sociedade emancipada para além do capital, como advoga Mészáros (2006a) e (2009a). Com efeito, no contexto desta sociabilidade, os paradigmas pós-modernos estruturam um processo educacional que deforma os indivíduos, transformando-se em obstáculo à efetivação do gênero humano em-si em busca do para-si. Assim, a pseudociência é aplaudida por não ir além dos fenômenos aparentes, com fundamentos teóricos embasados exclusivamente no empirismo.

Dessa maneira, quando analisamos à luz da crítica marxista, os mecanismos de deformação que estão por trás da lógica burguesa da racionalidade das ciências pós-modernas, conseguimos identificar e demonstrar uma superficialidade na deformação educacional explicitamente vergonhosa, onde a produção científica está reduzida à existência aparente dos fenômenos observados no cotidiano. A ausência de formação e produções científicas que analisem criticamente as distorções sociais produzidas inclusive

no complexo educacional reflete o processo de alienação da racionalidade capitalista, pois a educação é confundida com um produto privado, como analisa Mendes Segundo (2005):

a escola neoliberal, sob a orientação dos organismos internacionais, se adapta ao capitalismo global de hoje, cujos princípios se identificam cada vez mais como o mercado. Sob essa perspectiva, “a escola deve ser organizada e administrada como uma empresa, porque a educação é confundida como um produto privado, uma mercadoria”. (MENDES SEGUNDO, idem, p.42)

Inserimos, nesse quadro, a crise da educação nos marcos da crise estrutural do capital, em que esta, a cada dia, se agrava por uma produção de caráter destrutivo para a humanidade, no cenário bem analisado por Mendes Segundo (idem, p.41-2), na seguinte passagem: “a ampliação do capitalismo globalizado não acontece somente em termos econômicos, mas em termos sociais e culturais, em que a educação como política pública está em crescente processo de mercantilização, deixando de ser pública e se transformando em uma mercadoria.”

A universidade, no contexto de crise estrutural do capital, assume o papel de massificar o ensino superior, ofertando à classe trabalhadora uma formação que deforma o processo de conscientização das subjetividades. Desse modo, esse processo se agrava com o crescimento brutal da deformação educacional que se converte em degenerescência das individualidades dos trabalhadores, pois os paradigmas pós-modernos contribuem de maneira direta ou indireta com os pressupostos do mercado para perpetuar a teoria do capital humano⁶² na educação.

Sendo assim, percebemos que as contradições existentes na estrutura educacional se enraízam na própria racionalidade do sistema capitalista, o qual construiu uma crise em direção à instauração da barbárie humana. Tal situação nos apresenta um grandioso compromisso, qual seja a construção de uma sociedade emancipada para além do capital como advoga Mészáros (2006b). Para tanto, necessitamos construir alternativas educacionais para a superação dos mecanismos alienantes que deformam as personalidades dos indivíduos, pois vivemos numa objetividade esfacelada, ou seja, pobre materialmente e espiritualmente que produz subjetividades desprovidas de riqueza material e espiritual.

⁶² Mendes Segundo (2005, p.40), explica: “Os pressupostos da Teoria do Capital Humano, à qual está filiado Milton Friedman, tiveram origem na Escola de Chicago, nos anos 70 do século XX. Bastante criticadas nos anos 1980, mas resgatadas nos anos 1990, as teorias de Milton Friedman ganharam destaque por condenarem a intervenção do Estado na economia e atribuírem às forças de mercado a capacidade de resolver os desequilíbrios econômicos.”

Afinal, a educação como uma práxis social revolucionária deve ser encarada como uma necessidade urgente, tendo em vista que a negação do conhecimento por meio da disseminação de processos alienantes que aprofundam o processo de mercantilização do ensino possibilita a degradação crescente da consciência e da personalidade dos indivíduos. A nossa bandeira deve ser a luta pelo fim da miséria espiritual e material. Esta que é agravada, a cada dia, com a falta de igualdade de oportunidades para os trabalhadores e seus filhos diante da fetichização do conhecimento tratado como mercadoria, sobretudo, no contexto da crise estrutural do capital.

Devemos lutar, outrossim, por uma formação dignamente humana para que os indivíduos possam desenvolver plenamente suas potencialidades, assumindo um caráter de personalidade não-mais-particular, e colocando fim, à mudez do gênero humano *em-si* em direção a efetivação do gênero humano *para-si*. Somente com a luta contra a deformação das personalidades dos indivíduos no contexto dos fundamentos da problemática da alienação, é que podemos vislumbrar uma sociabilidade emancipada da exploração do homem pelo homem.

Ao compreendermos a crise da educação como um fenômeno inserido numa totalidade estruturada na crise do sistema do capital, somos impulsionados a reafirmar que o complexo da educação pode andar na contramão da ordem vigente. E assim, contribuir para o processo de superação da problemática da alienação tão imbricado na materialidade burguesa, pois, desvelando a lógica que move a estrutura capitalista, podemos perceber as contradições existentes na estrutura educacional que se encontra na própria racionalidade do sistema capitalista. Racionalidade essa que coloca o gênero humano no limiar de duas alternativas possíveis; uma crise em direção à instauração cabal da barbárie social; ou a construção de uma sociedade emancipada para além do capital, conforme pontua Mészáros (2006b) em sua obra intitulada: *Socialismo ou barbárie*.

Por fim, fazemos questão de reafirmar que esta dissertação, no tempo corrido de dois anos do mestrado, representa um estudo introdutório sobre a problemática da alienação na obra *Para uma Ontologia do Ser Social* de Lukács, por excelência, apenas, adentrando de forma preliminar a esfera das relações entre a alienação e o complexo da educação. Reconhecemos que, nos limites desse período, realizamos o esforço de compreender os fundamentos ontológicos do nosso objeto de estudo, entretanto, necessitamos, sobretudo, entender, de maneira mais elucidativa, a processualidade da problemática da alienação na sociedade capitalista, como também, os mecanismos para superá-la. Para tanto, devemos continuar nossos estudos sobre a problemática da alienação, visto que este momento da nossa

produção acadêmica significa, somente, o início de uma longa jornada de dedicação, com o intuito de contribuir com a luta contra o capitalismo em direção à emancipação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital**. São Paulo, Ensaio, 1995.

COGGIOLA, Oswaldo. **Universidade e ciência na crise global**. São Paulo: Xamã, 2001.

COSTA, F.J.F. *O marxismo enquanto referencial teórico para o conhecimento do ser social*. In: JIMENEZ, S. & FURTADO, E.B. **Trabalho e educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2001, pp.13-27.

_____. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia marxiana**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Trabalho, individualidade e pessoa humana**. Tese de Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

JIMENEZ, S. A Educação Pública: soçobra nas ondas do mercado – breves considerações críticas sobre a política privatizante da educação brasileira. IN: JIMENEZ, S. V. & FURTADO, E. B. (Orgs.) **Trabalho e Educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. A educação e a relação teoria-prática: considerações a partir da centralidade do trabalho. IN: JIMENEZ, S. V. & FURTADO, E. B. (Orgs.) **Trabalho e Educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2001.

_____. Sociedade sem universidades: mal parafraseando Illich. IN: MENEZES, A. M. D. de. & FIGUEIREDO, F. F. (Orgs.). **Trabalho, Sociabilidade e Educação: uma crítica à ordem do capital**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

_____. & SEGUNDO, M. das D. M. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [28]: 119 - 137, janeiro/junho 2007.**

JUNIOR, João & GONZÁLEZ, Jorge. **Formação e Trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade**. SP, Xamã, 2001.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOLANDA, Maria. **O Fenômeno do Estranhamento na Ontologia de Georg Lukács**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

_____. **Alienação e Ser Social**: determinações objetivas e subjetivas. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Lukács e a crítica ao capitalismo**: a alienação na Ontologia. Disponível em: <[www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../gt1/.../Maria Holanda](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v.../gt1/.../Maria%20Holanda)> Acesso em: 14.mar.2010.

_____. **Lukács e o estranhamento em MARX**. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/marianorma.htm> Acesso em: 14.mar.2010.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Marxismo e Alienação**: contribuição para um conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da Pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. São Paulo, 1998.

LÊNIN. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**, S.P: Parma, 1979.

LESSA, Sérgio. **O Reflexo como “não ser” na Ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas**. São Paulo: Xamã, Crítica Marxista, n. 4, pp. 88-112, 1997.

_____. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**, Maceió: Edufal, 2007.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Trabalho e luta de classes na “sociedade do conhecimento”. IN: JIMENEZ, S. V. & OLIVEIRA, J. L. de (Orgs.). **Marxismo, Educação e Luta de Classes: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana**. Fortaleza: Editora EdUECE/IMO/SINTSEF, 2008.

LIMA, Marteara. **Trabalho, Reprodução Social e Educação em Lukács**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2009.

_____. **O COMPLEXO DA EDUCAÇÃO EM LUKÁCS: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução social.** Universidade Estadual do Ceará, 2010.

LOPES, Maria. **Lukács: estranhamento, ética e formação humana.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, 2006.

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: estudos de dialética marxista.** Porto: Escorpião, 1974.

_____. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. **Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *La riproduzione.* [trad. Sérgio Lessa]. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale.** Vol. II*, 1 ed. Roma: Editora Riuniti, 1981 (texto mimeog., s/d)

_____. *Il lavoro.* [trad. Ivo Tonet]. In: **Per l'ontologia dell'essere sociale.** Vol. II*, 1 ed. Roma: Editora Riuniti, 1981. (texto mimeog., s/d)

_____. *L'estraniamento.* [trad. Norma Holanda]. In: **Per una Ontologia dell'Essere Sociale.** VOL. II**, IV, a cura de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981.

MANACORDA, Mário Alighieiro. **História da educação: da Antigüidade até os nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **A Ideologia Alemã (Feurbach).** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **A Miséria da filosofia,** tradução e introdução de José Paulo Netto, São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. **A Questão Judaica,** São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 2005.

_____. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil: o FUNDEF no centro do debate.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, 2005.

MESZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2009 (a).

_____. **A crise estrutural do capital.** *Outubro*, No. 4. SP: Instituto de Estudos Socialistas, 2002.

_____. **A Educação Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2006 (a).

_____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2006 (b).

_____. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação.** São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009 (b).

MORAIS, Betânia. **O Lugar do Sujeito no Processo de Emancipação Humana: um estudo exploratório sobre a individualidade em Marx e em Lukács.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2001.

_____. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de *O Capital* de Karl Marx.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação.** São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo – formas de subjetivação e de objetivação. In.

SILVEIRA, P. & DORAY, B. (orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade.** São Paulo: Edições Vértices, 1989.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital.** São Paulo: Ensaio, 1995.

TERTULIAN, Nicolas. “Uma apresentação à *Ontologia do ser social*, de Lukács”. Tradução: Ivo Tonet. **Crítica Marxista**. Vol.1, Nº 3, São Paulo, Brasiliense, 1996. pp. 54-69.

_____. “Metamorfoses da filosofia marxista: a propósito de um texto inédito de Lukács”. **Crítica Marxista**, Campinas: n. 13, p. 29-44, 2001.

TONET, Ivo. A Educação na Encruzilhada. In: MENEZES, A. M. D. e FIGUEIREDO, F. F. **Trabalho, Sociabilidade e Educação.** Fortaleza: Editora UFC, 2003, pp. 201-219.

_____. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2005.

_____. Educação e Formação Humana. In: TONET, I. & LESSA, S. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

VAISMAN, Ester. **O problema da ideologia na ontologia de G. Lukács**. 1986. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1986.

_____. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Ensaio**, São Paulo: Editora Ensaio, n. 17/18, p. 399-444, 1989.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Tradução: Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2007.